



FRIEDRICH POLLOCK

**Crise e transformação estrutural do capitalismo:
artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social,
1932-1941**

organização, tradução e posfácio

Amaro Fleck
Luiz Philippe de Caux

introdução
Phillip Lenhard

Página intencionalmente deixada em branco

Crise e transformação estrutural
do capitalismo: artigos na Revista
do Instituto de Pesquisa Social,
1932-1941

Amaro Fleck
Luiz Philipe de Caux
(Orgs.)

NEFIPO
Florianópolis
2019

Universidade Federal de Santa Catarina
Reitor: Ubaldo César Balthazar

Departamento de Filosofia
Chefe: Jaimir Conte

Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Coordenador: Roberto Wu

NEFIPO – Núcleo de Ética e Filosofia Política
Coordenador: Denilson Luís Werle

Corpo Editorial da NéfipOnline

Alessandro Pinzani
Aylton Barbieri Durão
Darlei Dall’Agnol
Delamar Dutra
Denilson Luís Werle
Franciele Petry
Janyne Sattler
Joel T. Klein
Maria de Lourdes Borges
Milene Tonetto

Conselho Editorial

Alberto Pirni
Amandine Catala
Amaro Fleck
Cristina Foroni Consani
Felipe Gonçalves Silva
Fernando Costa Matos
Fred Rauscher
Jorge Sell
Luiz Repa
Maria Clara Dias
Monique Hulshof
Nathalie Bressiani
Nunzio Ali
Nuria Sanchez Madrid
Nythamar Oliveira
Robson dos Santos
Rurion Melo
Thomas Mertens
Vilmar Debona
Yara Frateschi

Página intencionalmente deixada em branco

NÉFIPO

Núcleo de Ética e Filosofia Política

Coordenador: Denílson Luís Werle

Vice-coordenador: Delamar J. Volpato Dutra

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis

Caixa Postal 476 Departamento de Filosofia – UFSC

CEP: 88040-900

<http://www.nefipo.ufsc.br/>

Capa: Eduardo de Borba

Editoração: Eduardo de Borba

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

C932

Crise e transformação estrutural do capitalismo [recurso eletrônico] : artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941 / Amaro Fleck, Luiz Philipe de Caux (Orgs.). – Dados eletrônicos. – Florianópolis : NEFIPO /CFH/UFSC, 2019. 155 p. – (Nefiponline)

Inclui bibliografia

E-book (PDF)

ISBN 978-85-99608-22-7

1. História econômica. 2. Capitalismo - História. I. Fleck, Amaro. II. Caux, Luiz Philipe de. III. Série.

CDU: 330(091)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Jonathas Troglío – CRB 14/1093

Licença de uso Creative Commons:

(<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/deed.pt>)



Conteúdo

Introdução: As análises de Friedrich Pollock do nacional-socialismo
/8

A situação atual do capitalismo e as perspectivas de uma nova
ordem de planificação econômica (1932).
/35

Observações sobre a crise econômica (1933)
/55

Capitalismo de Estado: Suas possibilidades e limitações (1941)
/89

Seria o nacional-socialismo uma nova ordem? (1941)
/119

Posfácio: Pollock e os frankfurtianos
/137

Introdução: As análises de Friedrich Pollock do nacional-socialismo

Philipp Lenhard

Em 13 de outubro de 1933, Karl Korsch, um dos mais importantes intelectuais marxistas da República de Weimar, escreveu no exílio dinamarquês a seu companheiro e colega Friedrich Pollock: “Dou ao regime certamente uma vida ainda bem longa, este inverno, no melhor dos casos, pode haver (muito poucas e mal organizadas) agitações, mas mesmo isso não é de modo algum seguro”.¹ Nesse momento, Pollock, o diretor interino do Instituto de Pesquisa Social, já se encontrava há quase um ano em Genebra, onde havia construído uma filial do Instituto e também se instalado em um apartamento.² Visto posteriormente, Pollock, enquanto marxista e judeu, teve

¹ Karl Korsch a Friedrich Pollock, 13 de outubro de 1933, in: Karl Korsch: *Gesamtausgabe*. Herausgegeben von Michael Buckmiller. Bd VIII: Briefe 1908–1939. Amsterdam, Hannover 2001, p. 439.

² Sobre a biografia: Friedrich Pollock, o mais velho de dois filhos de uma família judia aculturada do ramo empresarial, nasceu em 22 de maio de 1894 em Freiburg im Bresgau. Em 1910, a família se muda para Stuttgart, onde o pai possui uma fábrica de malas e de artigos de viagem. Pouco tempo depois, Pollock conhece Max Horkheimer, com quem, a partir de então, estará ligado por uma amizade íntima de uma vida inteira. Durante a Primeira Guerra Mundial, Pollock é alistado como soldado, mas não vai ao *front*. Imediatamente após o fim da guerra, vivencia com Horkheimer em Munique a República de Conselhos. Em 1919, ambos se mudam para Frankfurt, onde Pollock estuda Economia e Ciências Políticas. Obtém seu doutorado em 1923, com um trabalho sobre o conceito de dinheiro em Marx, e, no mesmo ano, é um dos cofundadores do Instituto de Pesquisa Social. Obtém sua habilitação em 1928 e assume interinamente a direção do Instituto após o adocimento de Carl Grünberg. Após uma longa estadia em Genebra, Pollock sai para o exílio em Nova Iorque, onde o Instituto é reconstruído sob sua direção interina. Em 1950, Pollock retorna à Alemanha e em 1951 é admitido de início como Professor Extraordinário [“*Außerplanmäßiger Professor*”, posição acadêmica no sistema alemão que confere o direito de lecionar e conduzir pesquisas, sem, todavia, ocupar uma cátedra, N.T.] e, em 1958, como Professor da cadeira de Sociologia e Teoria

bastante sorte em escapar da perseguição dos nazistas, pois, ao cabo, apesar de todos os sombrios pressentimentos, não teria podido saber, quando viajou para Genebra em 1932, que não entraria mais na Alemanha na sequência por quase dezoito anos. Sua viagem de negócios significou, em retrospecto, uma fuga: repentinamente Pollock se encontrava exilado.

O Instituto frankfurtiano foi fechado pelo governo prussiano em 13 de março de 1933, na ausência de seus diretores Max Horkheimer e Friedrich Pollock. Alguns meses mais tarde, o edifício foi expropriado e cedido para a utilização da Liga Estudantil Nacional-Socialista. Pollock, que lecionava como *Privatdozent* na Universidade de Frankfurt, também teve cassada sua permissão de docência e, em 26 de maio de 1933, por fim ainda a sua cidadania prussiana. Não havia mais volta. A avaliação de Korsch de que Hitler se conservaria no poder de modo estável deve ter sido desalentadora, sobretudo por que ele não se entregava a ilusões. Pollock também não esperava um colapso repentino do regime, uma greve geral revolucionária das massas proletárias ou, ainda menos, um golpe de Estado do grande capital. Apesar disso, sua análise política era contraditória e vacilante, de tal modo que no que segue devem-se traçar os caminhos sinuosos que a compreensão de Pollock sobre o nacional-socialismo teve de percorrer.

Quão poucas ilusões Pollock tinha já no início dos anos trinta, isso é revelado pelo fato de que ele, num acordo com Max Horkheimer e Felix Weil, havia visto, já desde muito antes da tomada de poder pelos nazistas, a necessidade de transferir o patrimônio afetado da “Sociedade para a Pesquisa Social” para os Países Baixos e, por precaução, criar filiais do Instituto em Genebra, Paris e Londres – uma medida clarividente de cautela que deveria salvar-lhe a vida e a de muitos de seus colegas.³ Nisso sua posição contrastava com o *mainstream* da esquerda social-democrata e comunista partidária,

Econômica na Universidade de Frankfurt. Seu último grande estudo, publicado em 1956 sob o título *Automation*, se ocupa dos processos de automação na produção industrial. Friedrich Pollock faleceu em 16 de dezembro de 1970 na vila suíça de Montagnola, para onde havia se mudado em 1959 junto com Horkheimer. – O autor desta introdução prepara atualmente uma extensa biografia de Pollock, que deve ser publicada em fins de 2018. Os *Gesammelten Schriften in sechs Bänden* (“Escritos reunidos em seis volumes”), também organizados por este autor, serão publicados nos próximos anos isoladamente pela editora Ça Ira, de Freiburg, e o primeiro volume, que reúne os escritos marxistas anteriores a 1933, será publicado no próximo ano.

³ O papel igualmente fundamental de Felix Weil foi reconhecido, recentemente, por Jeanette Erazo Heufelder: *Der argentinische Krösus*. Kleine Wirtschaftsgeschichte der Frankfurter Schule. Berlin 2017, S. 100–108.

segundo a qual o grande capital alemão apoiava provisoriamente o “cabo boêmio” (a expressão é de Hindenburg) como déspota a fim de acabar com a classe operária revolucionária. Tão logo ele tivesse cumprido esse papel, teria seus movimentos novamente limitados. Consequentemente, depois de um curto *intermezzo* nacional-socialista, seguiria, no pior dos casos, outra vez o domínio aberto do capital monopolista na forma de um governo nacional de direita, como a esquerda havia caracterizado o gabinete presidencial da República de Weimar tardia. “Na segunda eleição para o parlamento, Hitler perdeu dois milhões de votos, a aura de implacabilidade está destruída, o declínio começou”, escreveu o teórico social-democrata Rudolf Hilferding ainda em janeiro de 1933, no periódico *Die Gesellschaft*, editado por Karl Kautsky.⁴ Um mês mais tarde, o presidente do KPD (Partido Comunista Alemão), Ernst Thälmann, proferiu perto de Berlim um discurso no qual chegou a interpretar a tomada do poder por Hitler como “exacerbação da luta de classes” e a concluir, a partir disso, que o KPD teria então “em suas mãos uma importante chave para a sublevação revolucionária em toda a Europa”.⁵ O fracasso do NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemão) prepararia o caminho para a revolução comunista. “Depois de Hitler viremos nós”, ofereciam como resposta, por conseguinte, os bolcheviques alemães.

Pollock, que tinha relações com vários dos intelectuais próximos ou mesmo pertencentes ao KPD, via o partido, desde a morte de Lênin, com olhos cada vez mais críticos. Mais tarde, com a stalinização sob Thälmann, foi considerado, numa só vez junto a Karl Korsch e Paul Mattick, como oposição marxista, ainda que, no interior do movimento de esquerda, ele tenha assumido um papel distinto desse. Fala por si só o fato de que uma grande parte dos colaboradores e assistentes de Pollock, como, por exemplo, Julian Gumperz, Heinz Langerhans ou Kurt Mandelbaum proviessem da esquerda anti-stalinista e, segundo Moscou, pertencessem aos “divergentes pequenoburgueses”: sob a égide de Pollock e Horkheimer, o Instituto se tornou um centro de acolhimento e asilo provisório dos que se desligavam do movimento comunista.

⁴ Rudolf Hilferding: Zwischen den Entscheidungen. In: *Die Gesellschaft* 10, 1 (Janeiro de 1933), p. 4.

⁵ Ernst Thälmann: Aus dem Referat auf der Tagung des ZK der KPD im Sporthaus Ziegenhals. In: Ders.: *Ausgewählte Reden und Schriften in zwei Bänden*. Band 2. Frankfurt am Main 1977, p. 345.

Uma vez que o marxismo da época era fortemente marcado por um esquema de base e superestrutura, todas as avaliações de esquerda sobre o nacional-socialismo dependiam, além das experiências pessoais, também decisivamente das respectivas orientações em teoria econômica. Pollock estava convencido desde o início dos anos vinte de que o fim do capitalismo liberal havia chegado e a instalação de uma econômica planificada havia se tornado inevitável, pois o desenvolvimento violento das forças produtivas rompia as cadeias das relações de produção. O desemprego elevado, a destruição do mercado pelo processo de monopolização, assim como a abrasante crise de superacumulação seriam consequências necessárias da “lei da queda tendencial da taxa de lucro” diagnosticada por Marx. Segundo essa lei, os capitalistas tentariam aumentar seu lucro ao reduzir o emprego de força de trabalho humana por meio de uma tecnicização intensificada e, assim, tanto economizariam os custos com os salários quanto elevariam a produtividade. O outro lado da moeda, segundo Marx, era, todavia, que a taxa de lucro, considerada no todo – portanto, não apenas no nível do capital individual – cairia, porque o mais-valor só é criado pela força de trabalho humana (“capital variável”), e não por máquinas (“capital constante”), que poderiam apenas transferir o valor já criado. Assim, o princípio da concorrência minaria a longo prazo o crescimento econômico – e chega-se à crise.

O que isso significava para o futuro do capitalismo era para Pollock uma questão essencial, talvez a mais importante de todas. Se em sua tese, em 1923, ele se ocupara do conceito marxiano de dinheiro e das implicações da teoria de Marx para a crítica da ideologia, agora Pollock descobria cada vez mais a questão politicamente realista acerca de uma transição, seja revolucionária, seja reformista, à economia planificada socialista como o problema decisivo. Nisso, ele se distanciava de todas as concepções puramente voluntaristas e pseudorradicais e tentava sondar de modo materialista em que medida as relações de produção existentes produziam as condições do socialismo a partir de si mesmas. Isso era, basicamente, um velho conhecido do “socialismo científico”. Enquanto os assim chamados revisionistas argumentavam que a história afluía de todo modo ao socialismo e é preciso, portanto, apenas acompanhá-la com reformas político-sociais, os radicais sustentavam que é verdade que o decurso histórico produziu as condições objetivas para o socialismo, mas é necessária a ação revolucionária da classe operária para também colher os frutos desse processo histórico de maturação. Na política partidária, essa diferença se expressava na separação do KPD da Social-Democracia depois da Primeira Guerra Mundial. Pollock se

inclinava à posição radical, mas – diferentemente da Liga Espartaquista e do KPD – era cético, em razão de suas compreensões sobre a crítica da ideologia, quanto ao que dizia respeito à consciência revolucionária do proletariado. Ele não via, portanto, nem um desenvolvimento automático para o socialismo, como a Social-Democracia, nem a inevitabilidade de uma subversão revolucionária. Sua convicção era, antes, a de que o capitalismo concorrencial liberal do século XIX chegara, de fato, a seu fim, mas ninguém sabia ao certo o que viria depois.

Era necessária, então, a teoria – a teoria crítica, isto é, a teoria que critica a tradição marxista.⁶ Ao lado de Marx, Engels e Lênin, era sobretudo Rudolf Hilferding aquele sobre quem Pollock trabalhava com afinco nos anos vinte. Hilferding havia elaborado em seu influente livro *O Capital Financeiro* (Das Finanzkapital), de 1910, com o qual Pollock debateu intensivamente, a ideia de que no curso da crise do princípio de mercado, o capitalismo se transforma em um capitalismo monopolista que depende cada vez mais do Estado como o “capitalista total ideal” (Friedrich Engels).⁷ Pollock partia diretamente dessa compreensão, mas negava a visão de que esse capitalismo monopolista garantido e administrado estatalmente fosse necessariamente um estágio prévio para o socialismo. Com isso, se punha ao mesmo tempo em oposição a Lênin, que tomou como base uma versão radicalizada do argumento de Hilferding em seu escrito programático, publicado em 1917, *O Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo*.⁸

Lênin permaneceu, não apenas para Pollock, mas também para Max Horkheimer e principalmente para Theodor W. Adorno, até mesmo para além da época de Weimar, um ponto de referência teórico importante, apesar de

⁶ O conceito de “teoria crítica” foi cunhado por Horkheimer em seu célebre artigo “Teoria tradicional e teoria crítica” (Traditionelle und kritische Theorie, in: *Zeitschrift für Sozialforschung* VI, 2 (1937), pp. 245–294). Emil Walter-Busch (*Geschichte der Frankfurter Schule: Kritische Theorie und Politik*. München 2010, pp. 52–54) salientou que o termo “teoria tradicional” remete essencialmente ao marxismo de partido tornado dogmático e, nesse medida, também se enlaça estreitamente com o trabalho de Pollock.

⁷ Rudolf Hilferding, *Das Finanzkapital: Eine Studie über die jüngste Entwicklung im Kapitalismus* [1910]. Berlin, 1955. A citação de Engels provém de Friedrich Engels, Herrn Eugen Dühring’s Umwälzung der Wissenschaft [1878]. In: *Marx-Engels-Werke*. Band 20. Berlin, 1960, p. 260.

⁸ Wladimir Iljitsch Lenin: Der Imperialismus als höchstes Stadium des Kapitalismus. Gemeinverständlicher Abriss [1917]. In: _____. *Werke*. Band 22. Berlin 1960, pp. 191–309.

contraposição crítica ao bolchevismo por ele fundamentado.⁹ Lênin era importante não apenas por sua teoria, mas em particular geopoliticamente, e isso significava que era preciso debatê-lo a sério. Portanto, não é de se estranhar que Pollock, desde meados dos anos vinte, se ocupasse intensivamente com a economia política da União Soviética – ele gostaria de saber se ela representou, de fato, a transição a uma ordem fundamentalmente nova, como os sucessores de Lênin sustentavam. Depois de anos de pesquisa, nos quais passou muitas semanas em Moscou e conduziu entrevistas intensivas com economistas, engenheiros e trabalhadores soviéticos, Pollock chegou à conclusão sóbria de que a “proclamada meta final” de uma sociedade sem classes na União Soviética teria sido adiada por razões econômicas e políticas. Em vez disso, “a conquista do poder estatal” teria sido “apenas o primeiro passo. A ela segue, segundo a visão bolchevique, um período mais longo de transição, a ‘ditadura do proletariado’, que deve fazer a travessia gradualmente para o socialismo. Assim, surge no domínio econômico uma forma de transição na qual as velhas instituições econômicas – em particular, o mercado – se encontram em dissolução, sem que as novas já se tenham desenvolvido completamente”.¹⁰ Em outras palavras: a economia planificada socialista era, por certo, uma resposta à crise do capitalismo, mas não o fim da dominação e da exploração, do Estado e do dinheiro.¹¹

Em particular no contexto da crise econômica mundial que começava em 1929, no qual também o escrito de Pollock sobre a economia soviética foi publicado, a questão da economia planificada se punha de modo totalmente novo. A crise tornava claro aos observadores cravados mais profundamente no campo burguês que tudo não poderia continuar como até então. A

⁹ Cf. Stefan Breuer, *Kritische Theorie: Schlüsselbegriffe, Kontroversen, Grenzen*. Tübingen, 2016, p. 14; enfatizado igualmente por Lars Quadfasel: Adornos Leninismus. *Kritische Theorie und das Problem der Avantgarde*. In: *Jungle World*, 21 (23. Mai 2013), pp. 18–23.

¹⁰ Friedrich Pollock: *Die planwirtschaftlichen Versuche in der Sowjetunion 1917–1927*. Leipzig 1929, p. 1. Sobre a viagem a Moscou, cf. Rolf Hecker: *Erfolgreiche Kooperation: Das Frankfurter Institut für Sozialforschung und das Moskauer Marx-Engels-Institut (1924–1928)*. Berlin, 2000, p. 112.

¹¹ No artigo “A situação atual do capitalismo e as perspectivas de uma nova ordem de planificação econômica”, incluído neste volume, consta então explicitamente: “Estamos convencidos, é claro, de que a teoria e a prática da economia planificada têm muito a aprender das tentativas russas, mas precisamos, no presente estágio, recusar ao experimento russo a força probatória de que seu tipo de economia planificada seja superior economicamente (...) ao sistema capitalista privado.” (p. 47-48)

circunstância de que a União Soviética foi relativamente pouco afetada pela crise econômica mundial despertava uma curiosidade especial. Pollock queria saber se se poderiam extrair ensinamentos da União Soviética para uma economia planificada burguesa e, de certo modo, imanente ao capitalismo. A experiência de que, mesmo sem a introdução do socialismo, elementos de planificação poderiam ser utilizados pelo Estado burguês provinha já da economia de guerra dos anos 1914-1918.¹² Agora, no entanto, se tratava da ordem econômica em tempos de paz. Não era apenas Pollock que considerava que a instituição de uma economia planificada, qualquer que fosse o seu caráter político, era, em última análise, inevitável: já nos primeiros tempos da República de Weimar, intelectuais burgueses e conservadores, dos quais o mais célebre era certamente Walter Rathenau, se manifestavam positivamente pela introdução de elementos de planificação. Mesmo a extrema-direita, por exemplo, o assim chamado *Tat-Kreis*,¹³ discutia ideias de planificação econômica, pois as distintas variações do “socialismo nacional” entendiam a si mesmas em todo caso como anticapitalistas.¹⁴

Pollock e o Instituto reagiam a esse discurso sobre a planificação: a primeira edição da *Zeitschrift für Sozialforschung*, publicada pela primeira vez em 1932 como a sucessora do *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* de Carl Grünberg, se ocupou intensivamente das discussões em curso. Já o ensaio em formato de teses e que introduzia o volume, *Bemerkungen über Wissenschaft und Krise* (“Observações sobre ciência e crise”), de Max Horkheimer, explicava que havia “sobre a terra mais matéria prima, mais máquinas, mais força de trabalho instruída e melhores métodos de produção” do que nunca, mas a sociedade, em sua constituição atual, não estaria em condições de “fazer uso efetivamente das forças que nela se desenvolveram e da riqueza que foi produzida em seu quadro”¹⁵. No texto de Friedrich Pollock que se seguia ao ensaio de introdução – o primeiro artigo científico publicado na *Zeitschrift für Sozialforschung* –, ele se dedicava à análise materialista da *situação atual do capitalismo* e das *perspectivas de uma nova ordem*

¹² Cf. Willy Huhn, *Der Etatismus der Sozialdemokratie: Zur Vorgeschichte des Nazifaschismus*. Freiburg im Breisgau, 2003.

¹³ Círculo da redação e dos autores da revista nacionalista alemã da República de Weimar *Die Tat* (N.T).

¹⁴ Cf. o ainda excelente estudo de Siegfried Kracauer: *Aufruhr der Mittelschichten. Eine Auseinandersetzung mit dem „Tat“-Kreis* [1931]. In: _____. *Schriften*. Bd. 5.2. Frankfurt am Main 1990, pp. 405–424.

¹⁵ Max Horkheimer: *Bemerkungen über Wissenschaft und Krise*. In: *Zeitschrift für Sozialforschung* I, 1 (1932), p. 2.

de *planificação econômica*. Vinculando-se ao diagnóstico de Horkheimer, Pollock constatava que a humanidade “não conheceu em toda a sua história nenhum período no qual fosse *per capita* tão rica em meios de produção e força de trabalho altamente qualificada como hoje”, mas, ao mesmo tempo, “se empobrece de modo duplo: pela monstruosa ociosidade das forças produtivas materiais e pessoais e pela aniquilação de uma parte do produzido”.¹⁶ Em outras palavras: o sistema capitalista, apesar de uma maior produtividade, impediria a utilização racional das forças produtivas dadas. A consequência seria não apenas a pauperização das massas, mas também o aumento ameaçador da não utilização da capacidade das fábricas e a autodestruição das empresas. Assim, o mercado se dissolveria progressivamente com seu “livre jogo de forças”. Sobrariam gigantescos conglomerados industriais centralizados que disporiam sobre um enorme poder econômico e político e ditariam os preços. O Estado-guarda noturno liberal, que, todavia, já era sempre ao mesmo tempo um “policia diurno para o proletariado”,¹⁷ sofreria uma mudança decisiva na era dos monopólios: se transformaria em um Estado autoritário, que intervém permanentemente “no livre contrato de trabalho” e aplica medidas sociais e políticas para dominar a crise.

Aquilo que, de uma perspectiva atual, soa tão óbvio, isto é, o fato de que o Estado entra em cena como ator econômico independente e planejador da sociedade, que, por exemplo, dá apoio a bancos falidos com dinheiro vindo dos impostos a fim de manter a economia em curso, Pollock registrava em 1932 ainda como um fenômeno novo que anunciava a transição do capitalismo concorrencial liberal ao capitalismo “garantido”, “vinculado” ou “organizado”. O decisivo é, pois, que Pollock era da opinião de que esse desenvolvimento não seria reversível, pois seria expressão de uma crise estrutural do sistema capitalista. É verdade que a crise poderia ser detida provisoriamente com meios capitalistas, mas “o velho sistema, que funciona ainda apenas de modo limitado”, estaria “daqui em diante carregado com tensões tais que ensejos relativamente insignificantes poderiam conduzir a uma catástrofe cujas consequências exterminadoras hoje ainda não podem ser previstas sequer de modo aproximado”.¹⁸ É difícil saber o que Pollock queria exatamente dizer com uma tal catástrofe, mas o contexto de sua declaração sugere que pensava numa nova guerra mundial, que outra vez restabelecesse

¹⁶ Pollock, A situação atual..., neste volume, p. 30, abaixo.

¹⁷ Johannes Agnoli, *Der Staat des Kapitals und weitere Schriften zur Kritik der Politik*. Freiburg im Breisgau 1995.

¹⁸ Pollock, A situação atual..., neste volume, p. 37, abaixo.

as proporcionalidades entre os fatores econômicos individuais através da “destruição massiva de valores e de vidas humanas”.¹⁹ Todavia, Pollock acreditava que, em vista do elevado grau de monopolização, medidas político-econômicas, isto é, pacíficas, poderiam atuar de modo tão profundo que uma nova guerra mundial não seria de início necessária de um ponto de vista econômico.²⁰

Mas justamente a superação “pacífica” da crise era o que Pollock via também como a força ameaçadora da fase monopolista do capitalismo. Apesar das contradições que ainda persistiam em vigor, o Estado autoritário estaria em condições de assumir o controle sobre a crise de modo duradouro. Contra Henryk Grossmann, que trabalhava como assistente no Instituto desde 1925 e defendera em sua obra principal, publicada em 1929, uma teoria da crise do colapso previsível,²¹ Pollock constatava que não se chegaria a nenhum “colapso automático” do capitalismo: “Num sentido puramente econômico, não há uma compulsão irresistível por substituí-lo por outro sistema”.²² Por conseguinte, a questão pelo sistema econômico não era uma problema econômico, mas político.

Max Horkheimer resumiu à mesma época em uma carta a Adorno o modo como ele e Pollock avaliavam a situação política na Alemanha: “Os grandes traços do desenvolvimento”, escreveu Horkheimer em 30 de junho de 1932 em Genebra, “estão consideravelmente estabelecidos. Os aspectos

¹⁹ Idem, p. 36. Pollock se remetia repetidamente e de modo positivo à teoria da crise das “desproporcionalidades”, desenvolvida em particular por Rudolf Hilferding sob a base do modelo marxiano sobre a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” no terceiro volume do *Capital*. . Vgl. Karl Marx. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 296; Rudolf Hilferding. *Das Finanzkapital: Eine Studie über die jüngste Entwicklung des Kapitalismus* [1910]. Wien 1923. Cf., sobre o assunto, Manfred Gangl. *Politische Ökonomie und Kritische Theorie: Ein Beitrag zur theoretischen Entwicklung der Frankfurter Schule*. Frankfurt am Main, New York 1987, pp. 168–179, assim como, mais recentemente: Manfred Gangl. The Controversy over Friedrich Pollock’s State Capitalism. *History of the Human Sciences* 29, 2 (2016), pp. 23-41.

²⁰ Nesse ponto, ele se distinguiu, por exemplo, de Alfred Sohn-Rethel, que concluiu relativamente cedo sobre a inevitabilidade de uma nova guerra mundial a partir das contradições entre indústria exportadora e importadora. Cf. Alfred Sohn-Rethel: *Die deutsche Wirtschaftspolitik im Übergang zum Nazifaschismus. Analysen 1932–1948 und ergänzende Texte*. Band II. Freiburg im Breisgau 2015.

²¹ Henryk Grossmann. *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*. (Zugleich eine Krisentheorie). Leipzig 1929.

²² Pollock, A situação atual..., neste volume, p. 37, abaixo.

particulares do processo dependem principalmente dos momentos extrapolíticos, que não podem ser previstos de antemão. É, todavia, muito provável que haverá êxito em recolocar completamente sob a direção da grande indústria os interesses dos distintos grupos sociais que se autonomizaram no movimento nacional-socialista e em paralisar tudo o que ele contém de tendências explosivas. A menos que a crise, em razão de uma política externa equivocada, alcance no inverno uma tal extensão que seja preciso se utilizar dos meios mais extremos. Essa é mais ou menos a opinião de Pollock também. Certo é apenas isto: a irracionalidade da sociedade alcançou um grau no qual são prováveis apenas as previsões mais sombrias”.²³

A tese de Horkheimer e Pollock de que – caso se chegue à guerra – os elementos anticapitalistas seriam novamente coagidos sob o domínio do capital monopolista deveria se revelar falsa. Pois já desde muito antes da irrupção da Segunda Guerra Mundial os nacional-socialistas conseguiram, por meio do terror e da propaganda, mas também como consequência de uma política social e econômica específica, criar uma “comunidade do povo” na qual o antagonismo social foi tanto paralisado quanto radicalizado na forma de uma luta brutal contra os que dela não faziam parte. “Força pela Alegria” e perseguição aos comunistas, Frente para o Trabalho e holocausto eram, por essa razão, indissociáveis desde o início.²⁴ A “revolução alemã”, como os nacional-socialistas chamavam grandiosamente a sua tomada do poder, não foi, portanto, nem uma quebra com a dominação e a exploração, nem um simples continuar como estava. A análise do anticapitalismo nacional-socialista deveria levar, nos anos quarenta, a uma polêmica cheia de desdobramentos no interior do Instituto, polêmica em cuja frente também Pollock se envolveu. De pronto, todos os membros do Instituto esforçavam-se por trazer ao conceito os novos desenvolvimentos.

²³ Max Horkheimer an Theodor W. Adorno, 30. Juni 1932. In: Theodor W. Adorno, Max Horkheimer. Briefwechsel 1927–1969, Band I: 1927–1937. Herausgegeben von Christoph Gódde und Henri Lonitz. Frankfurt am Main 2003, p. 14 et seq.

²⁴ Cf. Frank Bajohr, Michael Wildt (Hg.). Volksgemeinschaft. Neue Forschungen zur Gesellschaft des Nationalsozialismus. Frankfurt am Main, 2009. “Força pela Alegria” (Kraft durch Freude) foi uma organização nacional-socialista para organização e controle das atividades de lazer, com vistas ao aumento da produtividade laboral e à propaganda nacionalista. “Frente para o Trabalho” (Arbeitsfront) foi igualmente uma organização nacional-socialista que, em substituição aos sindicatos, reunia patrões e empregados. (N.T.).

Para isso, entretanto, um conhecimento preciso do desenvolvimento econômico era indispensável. No terceiro número do segundo volume da *Zeitschrift für Sozialforschung*, Pollock posicionou então – agora já depois da tomada do poder por Hitler – suas *Observações sobre a crise econômica*, que havia composto com base em um amplo material empírico e estatístico.²⁵ “A necessidade urgente de saber para onde vai essa viagem”²⁶ significava, na visão de Pollock, que era preciso descobrir quais eram as origens da crise econômica, como ela podia ser remediada e se o regime atual tinha condições de fazê-lo. Em conclusão, a questão era o que significava a forma da solução da crise para a realidade política no ano seguinte. Em sua resposta, Pollock já antecipava aquilo que deveria entrar em sua teoria do capitalismo de Estado desenvolvida no começo dos anos quarenta: a capacidade do nacional-socialismo de “superar as tensões existentes no interior do sistema sem chegar a suprimir seus fundamentos”.²⁷ Para Pollock, tratava-se de uma crise econômica “endógeno”-sistêmica que ainda era agravada por fatores externos contingentes, assim chamados “exógenos”. “Endógeno”, diferentemente do que para Grossmann, não significava, para Pollock, que o capitalismo colapsaria inevitavelmente, mas apenas que a política não poderia eliminar as causas profundas da crise sem modificar fundamentalmente todo o modo de produção. Talvez ela pudesse equilibrar as desproporcionalidades existentes, estimular o consumo e a produtividade e, assim, moderar os efeitos da crise e até adiá-la a longo prazo – até a próxima crise.²⁸ Numa proximidade notável

²⁵ Friedrich Pollock: *Observações sobre a crise econômica*, incluído abaixo, neste volume. Sob a direção de Pollock, formou-se no Instituto em Genebra um grupo de pesquisa econômica do qual também faziam parte Gerhard Meyer e Rudolf Katz. Um grupo semelhante existiria também em Nova Iorque, mas com outra composição, com Kurt Mandelbaum, Gerhard Meyer e Julius Gumperz.

²⁶ Pollock: *Observações sobre a crise econômica*, neste volume, p. 49, abaixo.

²⁷ *Idem*, p. 50.

²⁸ Cf. Também a crítica perspicaz a à obra de John Maynard Keynes publicada em 1936, *The General Theory of Employment*, de “Kurt”, ou “Erich Baumann” [Kurt Mandelbaum]: *Keynes’ Revision der liberalistischen Nationalökonomie. Zeitschrift für Sozialforschung* V, 1 (1936), pp. 384–403, procedente de discussões no círculo de trabalho em Economia do Instituto e que deu ao raciocínio de Pollock informações importantes. É significativo que Keynes tenha explicado no prefácio à edição alemã que sua teoria poderia “ser adaptada com muito mais facilidade às condições de um Estado total do que [...] de uma produção dada e construída sob as condições da livre concorrência e de uma grande medida de *laissez-faire*”. John Maynard Keynes. *Allgemeine Theorie der Beschäftigung, des Zinses und des Geldes*. Berlin 1936, p. IX.

com a *lingua tertii imperii*,²⁹ Pollock utilizava, na sua formulação de sua teoria da crise, conceitos como “purificação” (*Reinigung*), “erradicação” (*Austilgung*) e “aniquilação” (*Vernichtung*) e interpretava a propaganda nacional-socialista ao modo da crítica da ideologia como reflexão de processos econômicos: “O processo de ‘purificação’, isto é, de uma erradicação das ‘desproporcionalidades’ por uma aniquilação física ou do valor de uma parte dos meios de produção e dos produtos está em curso”.³⁰ Esse processo de purificação prepararia uma recuperação do sistema econômico, mas estaria ligada a enormes custos sociais e materiais. Ele não apenas lançaria milhões na ruína, mas também se basearia na aniquilação da riqueza social existente. Que essa gigantesca “aniquilação de valor” conduzisse à guerra, Pollock vislumbrou como uma possibilidade bastante forte, apesar de ainda ser do parecer de que dessa vez a crise teoricamente (isto é, considerada de um ponto de vista puramente econômico) poderia ser controlada sem a guerra pelas medidas retificadoras de política econômica de Roosevelt, Daladier, Chamberlain e Hitler.³¹ O capitalismo teria desenvolvido uma monstruosa força de resistência, que, na fase corrente, significava que “uma restrição mais ou menos profunda do poder de disposição do proprietário particular dos meios de produção de determinar arbitrariamente o modo e a direção de sua atividade econômica” ganhava lugar “em favor das grandes unidades ou mesmo do Estado”. O capitalismo concorrencial liberal chegaria assim a seu fim, os monopólios ou o Estado dominado por eles assumiriam eles mesmos o leme. Concretamente, isso significava que o ocaso dos proprietários privados, um processo que já se arrastava há muito, se completou – o indivíduo burguês, que se baseava de modo determinante na disposição dos meios de produção, foi cobrado pelo decurso histórico. Os nacional-socialistas, dessa perspectiva, foram os executores do testamento da irracionalidade capitalista.

Mas por que, esta era a questão candente, não houve nenhuma resistência contra isso? Se não apenas os livre-empresendedores, mas também as massas trabalhadoras se arruinavam, como a escassa minoria de dominantes pôde afinal se conservar no poder? “A estabilidade de um sistema econômico e social”, explicava Pollock, “não depende, no entanto, apenas de seus meios ‘técnicos’ para lidar com problemas econômicos, mas igualmente

²⁹ Referência ao título do livro de Victor Klemperer, publicado na Alemanha em 1947, no qual o filólogo analisa a linguagem utilizada no período do terceiro Reich (N.T.).

³⁰ Pollock: Observações sobre a crise econômica, neste volume, p. 51, abaixo.

³¹ Idem, p. 74 (343). Cf. também p. 80 (350).

da força de resistência das camadas sociais que tem de carregar os ônus da ordem vigente. Essa força de resistência, como a experiência ensina, foi amplamente superestimada no passado, e o peso modificado da classe trabalhadora, as revoluções da tecnologia armamentista e o extraordinário aperfeiçoamento do controle espiritual das massas fazem com que, até onde a vista alcança, semelhante resistência pareça possível apenas como consequência das mais graves catástrofes”.³² A experiência histórica à qual Pollock se referia não era a de 1º de maio de 1933, dia no qual os sindicatos se submetiam a Hitler à vista de todos no “dia do trabalho nacional”, mas retrocedia bem além no tempo: até o aburguesamento do SPD no final do século XIX, a concessão dos créditos de guerra em 1914 e, por fim, o fracasso da revolução de 1918/1919. Pollock sabia que não se poderia esperar muito dos trabalhadores, pois eles estavam politicamente paralisados, economicamente enfraquecidos e efetivamente marginalizados pela repressão estatal. A burguesia liberal, por sua vez, que ainda se contrapôs em recusa aos nacional-socialistas e acreditou até o último momento em sua própria força e superioridade, aceitou seu declínio de modo quase impotente. Quando também essa parte da burguesia, agora, que era tarde demais, se atirou nos braços dos novos senhores, foi chamada pelos nazis, de modo não tão injusto, de oportunista, e, desesperada, tentou permanecer do lado dos vencedores. Só a combinação de convicção e oportunismo fez dos nacional-socialistas um movimento de massas.

Havia ainda esperança? A arma do proletariado sempre foi a greve – diante de um desenvolvimento econômico que tornava a força de trabalho humana cada vez mais supérflua, essa arma perde sua força. “Mas mesmo a *vontade* combativa da grande massa se romperá, tanto em razão dos métodos modernos de controle das massas quanto por uma espécie de funcionarização que hoje já se delineia com clareza”, conjecturava Pollock, resignado, antes de prosseguir: “A aniquilação da força de resistência da classe trabalhadora se concluirá pela diferenciação dos desempregados entre aqueles que podem contar com seu retorno a uma ocupação e aqueles ‘elementos não confiáveis’ aos quais esse privilégio é negado momentânea ou permanentemente”.³³

Com esse prognóstico sombrio, Pollock, apoiado em uma análise científica, ia ao encontro da intuição de Karl Korsch citada no princípio. Na visão de ambos, havia pouca esperança de que o nacional-socialismo viesse abaixo nos próximos tempos. O perigo de guerra, que Pollock estimava, como

³² Idem, p. 80.

³³ Idem, p. 83. Grifo meu.

antes, como baixo, era entrementes onipresente na autorrepresentação marcial e na metafórica brutal dos nacional-socialistas. Mesmo se isso talvez fosse apenas uma vociferação impotente, nenhum dos dois queria confiar nisso. E, assim, Korsch partiu do exílio dinamarquês primeiramente para a Grã-Bretanha, para depois dar as costas para a Europa em 1936 e emigrar para os Estados Unidos. No caso de Pollock e Horkheimer, foi ainda mais rápido: já no verão de 1934, se mudaram para Nova Iorque, onde, com a ajuda do assistente de Pollock, Julian Gumperz, nascido na cidade, lograram refundar o seu antigo local de trabalho agora como *Institute for Social Research*, na *Columbia University*.

Os anos entre 1934 e a irrupção da Segunda Guerra Mundial deveriam se tornar a fase da vida de Pollock na qual ele permaneceria cientificamente menos produtivo e que mais tarde lhe renderia a reputação de ser apenas o administrador financeiro do Instituto. As razões para o silêncio de Pollock – entre 1934 e 1940, salvo inúmeras resenhas, não publicou nenhum texto mais longo – eram de ao menos duas espécies. Por um lado, ele trabalhava administrativamente dia e noite para que a atividade do Instituto funcionasse sem problemas e ajudava na sobrevivência prática de dúzias de cientistas judaico-alemães (certamente, seu maior mérito humano) com declarações lavradas em ata em cartório, pequenas bolsas de pesquisa, cartas de recomendação e garantias de emprego e, por outro lado, precisava cuidar de sua esposa gravemente doente, Andrée, desde 1936. Além disso, um olhar analítico dirigido à correspondência de Pollock mostra que ele simplesmente lutava para avaliar corretamente os desenvolvimentos políticos. Diferentemente de Adorno, Marcuse ou Löwenthal, Pollock se ocupava menos de questões filosóficas ou de ciências da cultura, mas era responsável pelos prognósticos político-econômicos do Instituto. Ele deveria dizer “para onde vai essa viagem”, de modo que os outros pudessem levar adiante seus estudos teóricos. Quando mais a desgraça progredia, menos Pollock se via em condições de fazê-lo.

É verdade que em julho de 1934 Pollock acreditava que após a desativação da SA³⁴ o “perigo agudo de guerra se tornou significativamente menor”, mas, por outro lado, “nada mudou *on the long run*” e a Inglaterra

³⁴ *Sturmabteilung*, milícia paramilitar nacional-socialista da época da República de Weimar. Foi incorporada pelo Terceiro Reich como uma “polícia subsidiária”, mas começou a perder importância após um incidente em 1934 (N.T.).

estaria se preparando para a guerra “contra a Alemanha inequivocamente”.³⁵ Um ano mais tarde, Pollock considerava, nas palavras de Adorno, “a solidariedade dos países capitalistas contra a Rússia como mais importante [...] do que os seus antagonismos” e, por isso, considerava baixo o perigo de que o ocidente atacasse a Alemanha.³⁶ O ocidente acolheria com passividade o armamento da Alemanha, que se dirigiria antes de tudo contra a Rússia. O fato de que a Grã-Bretanha e a França não tenham tomado nenhuma medida depois da ocupação da Renânia desmilitarizada em 1936 parecia dar razão a Pollock. Quando, no contexto da Guerra Civil Espanhola em setembro de 1937, ocorreram vários confrontos militares no Mar Mediterrâneo, Pollock, em um telegrama a Horkheimer, que ainda permanecia em Londres, se mostrou “CONVENCIDO DE QUE A CRISE EUROPEIA SE ENCERRARÁ ATRAVÉS DE COMPROMISSO”,³⁷ chamou, entretanto, a atenção, numa carta escrita em paralelo, para o fato de que “na história as coisas não sucedem de modo muito racional”.³⁸ Fundamentalmente, Pollock se encontrava com o pessimismo metódico de Horkheimer com uma sobriedade sem nenhum traço de excitação.³⁹ Esse era um ponto de disputa permanente entre os dois amigos, e isso independentemente do objeto concreto da discussão. Enquanto Horkheimer partia por princípio do pior dos casos, Pollock era aquele que tranquilizava e remetia às probabilidades reais. Quando os alemães, em março de 1938, ocuparam a Áustria e, salvo notas de protesto, não houve nenhuma reação das potências ocidentais, Pollock viu confirmadas as suas suposições. E, de fato, é espantoso retrospectivamente tudo o que pôde acontecer sem que as ambições de política externa de Hitler tenham encontrado oposição a sério.

Agora, no entanto, era difícil não notar o risco concreto de guerra: ela já explodia na Espanha, assim como na Ásia. A Áustria estava anexada, assim

³⁵ Friedrich Pollock, Carta de 21 de julho de 1934. Reproduzida em: Max Horkheimer, *Gesammelte Schriften*. Hg. von Alfred Schmidt und Gunzelin Schmid Noerr. Bd. 15: Briefwechsel 1913–1936. Frankfurt am Main 1995 (= HGS 15), p. 202.

³⁶ Theodor W. Adorno a Max Horkheimer, 13 de Mai de 1935. In: HGS 15, p. 350 f.

³⁷ Friedrich Pollock a Max Horkheimer, Telegrama de 7 de setembro de 1937. In: Max Horkheimer: *Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von Alfred Schmidt und Gunzelin Schmid Noerr. Bd. 16: Briefwechsel 1937–1940. Frankfurt am Main 1995 (= HGS 16), p. 230.

³⁸ Friedrich Pollock a Max Horkheimer, 7 de setembro de 1937. In: HGS 16, p. 231.

³⁹ Cf. Gérard Raulet: Kritik der Vernunft und kritischer Gebrauch des Pessimismus. In: Alfred Schmidt, Norbert Altwicker (Hg.): *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, 1986, pp. 31–51.

como as regiões antes tchecoslovacas da Boêmia e da Morávia, e agora a Alemanha ameaçava a Polônia. As potências ocidentais prosseguiram com sua política de apaziguamento, que alcançou seu cume no Acordo de Munique de 29 de setembro de 1938, no qual a Inglaterra e a França declaravam que não reagiriam militarmente à sujeição da Tchecoslováquia. Faticamente, o Acordo foi interpretado por Adolf Hitler – e Pollock subestimou essa força motivadora ideológica – como um passe livre para continuar a expansão do Terceiro Reich, e a ofensiva sobre a Polônia, que deveria marcar o começo da Segunda Guerra Mundial na Europa, foi preparada cuidadosamente.

Ademais, Pollock e Horkheimer insistiam na avaliação de que não se chegaria a uma grande guerra na Europa, uma vez que os interesses econômicos comuns dos países capitalistas, mesmo com todas as suas diferenças, eram muito grandes e todos só poderiam, na verdade, sair perdendo. Quando, em 1939, foi celebrado o Pacto Hitler-Stálin, que chocou muitos comunistas alemães, os membros do Instituto não chegaram a se surpreender de modo algum. Suas antigas simpatias pelo experimento bolchevique já se haviam arrefecido nos anos vinte, e mais tarde, com a instalação dos processos de Moscou, a Rússia Soviética foi considerada como inimiga. O pacto foi então visto como uma nova prova de que Stálin tinha traído a promessa da Revolução de Outubro e de que não viria uma guerra contra a Alemanha nazista.⁴⁰ Mas que grande equívoco de avaliação!

Apenas depois do primeiro assalto alemão à Polônia em 1º de setembro de 1939 e da declaração de guerra da Grã-Bretanha e da França é que Pollock e Horkheimer tiveram de admitir timidamente que era possível – era possível! – que tivessem se enganado: “se o improvável, uma guerra geral, deve ganhar terreno plenamente, então parece, de fato, que o interesse comum entre as potências da Europa central e ocidental, que determinou a política até o verão desse ano, extinguiu-se em razão das oposições que nós, no momento, não havíamos tomado como tão atuais”, consta sinuosamente numa carta de Horkheimer de 11 de setembro a Juliette Favez, que era colaboradora da filial do Instituto em Genebra.⁴¹

Quase ao mesmo tempo em que a guerra começava, a esposa de Pollock, Andrée, faleceu após uma longa enfermidade. Esse duplo choque, irrupção da guerra e morte de sua confidente, não apenas levou Pollock ao

⁴⁰ Neste ponto, chegou-se a uma forte desavença com Karl August Wittfogel, que justificava o Pacto Hitler-Stálin.

⁴¹ Max Horkheimer a Juliette Favez, 11 de setembro de 1939, In: HGS 16, p. 628.

luto, mas também liberou novas energias intelectuais.⁴² Ele não viu suas intuições fundamentalmente como refutadas, mas tratar-se-ia de incluir mais fortemente do que até então o político na análise da transformação do capitalismo monopolista. Aquilo que ela havia adiado por anos, ou havia precisado adiar, deveria agora ser posto no papel: uma teoria da sociedade pós-burguesa, pós-liberal, que pudesse virar arma na luta contra o nacional-socialismo. O resultado desses esforços foi o artigo “Capitalismo de Estado”, publicado no nono e último ano da revista (que agora se chamava *Studies in Philosophy and Social Science*), assim como uma versão transformada em artigo da conferência “Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?”, realizada na Columbia University.⁴³ Ambos devem ser entendidos apenas em combinação e discussão produtiva com o ensaio de Max Horkheimer, escrito em setembro de 1939, “Os judeus e a Europa” (*Die Juden und Europa*), bem como com a crítica interna ao Instituto feita por Franz L. Neumann e Theodor W. Adorno.⁴⁴

Em “Os judeus e a Europa”, que precedeu a publicação de “Capitalismo de Estado”, Horkheimer, sob influência clara dos primeiros artigos de Pollock, apresentou a transição da economia de mercado liberal para a economia de comando fascista e destacou a perda de importância da esfera da circulação na “era dos monopólios” para o avanço do antissemitismo.⁴⁵ Na base do artigo estava sobretudo o esforço de apresentar a mudança lógico-histórica de forma do capitalismo e, assim, explicitar que um retorno ao liberalismo, como esperavam justamente muitos dos exilados judeus, tinha se tornado impossível. Horkheimer viu que não a validade, mas

⁴² Um documento notável é o esboço, encontrado nos seus escritos póstumos, intitulado “A ordem melhor” (*Die bessere Ordnung*), de dezembro de 1941, que mostra que o processo de investigação teórica ainda estava longe de encontrar seu fim na publicação de “Capitalismo de Estado”. Cf., sobre isso, Philipp Lenhard, „In den Marxschen Begriffen stimmt etwas nicht“. Friedrich Pollock und der Anfang der Kritischen Theorie. *Sans Phrase. Zeitschrift für Ideologiekritik*, 5 (2014), pp. 5–16.

⁴³ Cf. ambos os artigos neste livro, abaixo.

⁴⁴ Max Horkheimer, *Die Juden und Europa*. *Studies in Philosophy and Social Science* VIII, 1/2 (1939), pp. 115–137. Cf., sobre isso e sobre o que segue, Philipp Lenhard: Abschied vom Marxismus? Friedrich Pollock, Franz L. Neumann und die Entstehung der kritischen Theorie des Antisemitismus im amerikanischen Exil, 1939–1945. In: Bettina Bannasch, Helga Schreckenberger, Alan E. Steinweis (Hg.): *Exilforschung. Ein internationales Jahrbuch*. München 2016, pp. 148–170.

⁴⁵ Cf. Dan Diner, Reason and the “Other”: Horkheimer’s Reflections on Anti-Semitism and Mass Annihilation. In: Seyla Benhabib et al. (Hg.): *On Max Horkheimer*. New Perspectives. Cambridge, London 1993, pp. 335–363.

o significado das categorias marxianas havia se modificado na “economia totalitária”: para compreender o fascismo, não era necessária “nenhuma revisão da teoria econômica. A troca igual e justa conduziu a si mesma *ad absurdum*, e a ordem totalitária é este *absurdum*”.⁴⁶

A questão que Horkheimer havia assim levantado sem responder inequivocamente era a questão se o nacional-socialismo de fato poderia ser descrito adequadamente com os conceitos da crítica da economia política ou se ele não tornava necessária uma “revisão da teoria econômica”. O conflito entre essas duas respostas possíveis deveria se articular agora com a publicação do artigo de Pollock “Capitalismo de Estado” e com a discussão que a ele se seguiu com o jurista e cientista político Franz L. Neumann, que era colaborador do Instituto desde 1936.

Pollock afirmara em “Capitalismo de Estado” que o nacional-socialismo deveria ser caracterizado como uma variante de uma nova fase social do assim chamado capitalismo de Estado, que se distinguiria fundamentalmente do capitalismo liberal e do monopolista. A tese de que o nacional-socialismo seria uma ordem radicalmente nova continha uma força explosiva inesperada. Em 23 de julho de 1941, Neumann escreveu uma carta furiosa a Horkheimer, na qual se referia detalhadamente à argumentação de Pollock. Sua crítica do objeto, no entanto, voltava sempre a resvalar em uma polêmica dirigida à integridade pessoal de Pollock. Assim, Neumann comparava a teoria de Pollock com a sociologia “burguesa” de Karl Mannheim, para prosseguir: “Eu sugeri a nomeação de Pollock como cidadão honorário da cidade de Mannheim, mas constato, para minha satisfação, que Mannheim está aos poucos sendo bombardeada pelos ingleses”.⁴⁷ O grau de ebulição emocional revela que não se tratava aqui apenas de diferenças de conteúdo na avaliação da ordem social nacional-socialista, mas das bases da identidade pessoal. As objeções de Neumann sempre giravam ao redor da acusação de traição: “resumidamente, eu gostaria de dizer que o artigo contém inequivocamente a despedida ao marxismo. O artigo documenta ainda uma completa desesperança. O capitalismo de Estado, como Pollock o concebe, pode durar o milênio”.⁴⁸

⁴⁶ Horkheimer: *Die Juden*, p. 116. Cf, semelhantemente, também o artigo de Theodor W. Adorno publicado em 1942: *Reflexionen zur Klassentheorie*. In: Ders.: *Soziologische Schriften 1*. Frankfurt am Main 1972, pp. 373–391.

⁴⁷ Franz L. Neumann a Max Horkheimer, 23 de julho de 1941. In: Max Horkheimer: *Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von Alfred Schmidt und Gunzelin Schmid Noerr. Bd. 17: *Briefwechsel 1941–1948*. Frankfurt am Main 1996 (= HGS 17), p. 103.

⁴⁸ *Idem*, p. 107.

Neumann combatia o artigo de Pollock, pois este sugeriria que um colapso do nacional-socialismo não deveria ser esperado num tempo previsível. Enquanto o capitalismo liberal, segundo a análise de Pollock, ainda era caracterizado por contradições fundamentais que estouravam regularmente em crises, o capitalismo de Estado obteve êxito em eliminar esses fatores de crise e integrar as forças conflituosas. Essa avaliação dizia respeito, em particular, ao papel do proletariado como sujeito revolucionário de então. Os trabalhadores estariam integrados à comunidade do povo⁴⁹ por meio do terror, da propaganda e de concessões materiais – os párias, sobretudo os judeus, eram muito fracos para poder oferecer resistência. Só havia esperança, para Pollock, na medida em que esperava a vitória dos Estados Unidos (com cuja entrada na guerra ele já contava antes do ataque a Pearl Harbour). A derrota da Alemanha daria fim ao capitalismo de Estado *totalitário*, mas não ao capitalismo de Estado enquanto tal, que ele, em concordância com Horkheimer em “Os judeus e a Europa”, considerava como uma fase histórica irreversível. A *pax americana* seria a de um capitalismo de Estado democrático, uma vitória da humanidade sobre a barbárie – mas, ao mesmo tempo, o fim de toda perspectiva revolucionária futura, em particular porque Pollock também classificava a Revolução de Outubro bolchevique como “capitalismo de Estado totalitário”.⁵⁰

A Neumann, tão cético quanto fosse ele mesmo acerca da resistência contra o regime nazista, essa análise pessimista pareceu uma capitulação frente ao inimigo. Mas a diferença refletia ao mesmo tempo o caráter distinto de cada um deles: enquanto Pollock, o intelectual de esquerda e simpatizante prudente do movimento comunista, tentava expor de modo sóbrio e sem ilusões sua compreensão teórica (inspirado pelo conceito de objetividade científica de Max Weber),⁵¹ Neumann, enquanto membro ativo do movimento sindical, estava muito mais envolvido politicamente. “Verdade” significava,

⁴⁹ *Volksgemeinschaft*, conceito nacional-socialista para designar a comunidade nacional étnica alemã. (N.T.)

⁵⁰ Ou, nas palavras de Horkheimer: “como quer que o presente encontre um fim, os homens terão de escolher entre uma nova era mundial de democracia de consumo ou o inferno de uma nova ordem autoritária” Max Horkheimer, Preface. *Studies of Philosophy and Social Science* IX, 2 (1941), p. 199.

⁵¹ Cf. Max Weber: Die „Objektivität“ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In: _____. *Schriften zur Wissenschaftslehre*. Stuttgart 1991, S. 21–101. Cf. sobre essa caracterização de Pollock, também Helmut Dubiel: Einleitung des Herausgebers. In: Friedrich Pollock: *Stadien des Kapitalismus*. Hg. von Helmut Dubiel. München 1975, p. 7–19.

para Pollock, objetividade sem escrúpulos, enquanto Neumann, por sua vez, estava convencido de que a “verdade” não era de natureza puramente teórica, mas, ao mesmo tempo, era o resultado de lutas políticas. Isso significava, como consequência, que Pollock suspeitava de que Neumann ainda continuasse a nutrir ilusões sobre o caráter subversivo da classe operária e superestimasse a disposição das sociedades ocidentais a defender os elementos liberais da velha ordem. Neumann, por sua vez, suspeitava da atitude distanciada de Pollock em relação ao movimento operário. Se Pollock não acreditava mais na possibilidade da revolução proletária, Neumann concluía, então ele deve ter renunciado ao marxismo. Ele excluía categoricamente a ideia de que o próprio marxismo, em particular sua teoria da revolução, poderia ter se tornado não verdadeiro em razão de modificações históricas. Neumann acreditava que Pollock era um dissidente, um traidor, que havia feito as pazes com as condições existentes. Max Horkheimer respondeu de modo decidido a essa acusação: “suas cortantes afirmações científicas e pessoais, que começam dizendo que o senhor ‘rechaça’ o artigo, são muitas vezes mais aborrecidas do que parecem. (...) Só posso desejar ao senhor e a nós que também aqueles nossos conhecidos que o senhor hoje menos acusa de terem realizado a despedida que Pollock ‘inequivocamente’ teria realizado que eles não girem mais inequivocamente ‘de um extremo para o outro’ do que Pollock o fez em sua vida até aqui e fará no futuro”.⁵²

A desavença foi terrível. Pollock, Horkheimer e, até certo grau, também Adorno compartilhavam a visão de que o nacional-socialismo era uma forma especial do capitalismo de Estado, ou seja, uma ordem fundamentalmente nova que se baseava essencialmente no poder político de comando em vez do poder econômico.⁵³ A revista do ano de 1941 foi proposital e explicitamente pensada pelos três como o “número sobre o capitalismo de Estado”, e Adorno via seu artigo sobre Oswald Spengler como

⁵² Max Horkheimer a Franz Neumann, 2 de agosto de 1941. In: HGS 17, p. 119.

⁵³ Após a revisão do primeiro esboço, Adorno de início se dirigiu chocado a Horkheimer e reclamou em uma carta de 8 de junho de 1941 que o artigo de Pollock não era dialético o suficiente e apresentava o capitalismo de Estado democrático (isto é, o New Deal) de modo muito positivo. HGS 17, p. 54–57. No entanto, dois meses depois, em 18 de agosto de 1941, ele separava em uma carta a Horkheimer a distinção clara entre capitalismo monopolista e fascismo como dois tipos distintos de sociedade. HGS 17, p. 133. Cf., sobre a posição de Adorno, também Dirk Braundstein, *Adornos Kritik der politischen Ökonomie*. Bielefeld 2011, pp. 145-160.

contribuição original sobre o assunto.⁵⁴ Em 1942, Horkheimer por fim publicou, num volume dedicado à memória de Walter Benjamin, o artigo “Estado autoritário” (“*Autoritärer Staat*”), que não apenas deveria se chamar originalmente “Capitalismo de Estado”, mas ainda levava adiante de modo consequente a ideia de Pollock de uma “transição do capitalismo monopolista ao capitalismo de Estado”.⁵⁵ Do outro lado, Neumann, Otto Kirckheimer, Arkadij Gurland e, outra vez com reservas, Herbert Marcuse defendiam veementemente a tese de que o nacional-socialismo seria a forma mais avançada do capitalismo monopolista.⁵⁶ Eles negavam a afirmação de Pollock e Horkheimer de que o primado da economia estaria abolido e que a política dirigiria então os processos econômicos. Todavia, também Neumann, que, em seu sensacional e até hoje pioneiro estudo *Behemoth*, investigou pela primeira vez de modo abrangente e com base em fontes materiais a estrutura e a práxis do nacional-socialismo, não deixou de falar da transformação do Estado em agente econômico no sistema nacional-socialista. Fiel a sua análise do nacional-socialismo como ordem social policrática, que seria caracterizada principalmente por contradições, caos voluntariamente produzido e lutas de poder intensificadas, Neumann também incluiu em sua análise os elementos dirigistas, típicos do capitalismo de Estado, de uma economia de comando: “A economia da Alemanha nacional-socialista se distingue por dois traços abrangentes e destacados. Ela é uma economia de monopólio – e uma economia de comando. Ela é uma economia capitalista privada que se regulamenta por um Estado totalitário. Como melhor nome para descrevê-la, sugerimos ‘capitalismo monopolista totalitário’”.⁵⁷

O dualismo também se manifestou das divisões de seu livro: ao capítulo “*The Monopolistic Economy*” seguia o “*The Command Economy*”, pois a limitação ao primeiro traçaria uma imagem apenas unilateral e incompleta da economia alemã. Mas se a economia de comando – controles de preços, fixações de salários, estatizações, comércio de divisas, política de cartel –

⁵⁴ Cf. Rolf Wiggershaus, *Die Frankfurter Schule. Geschichte – Theoretische Entwicklung – Politische Bedeutung*. München 1991, p. 316.

⁵⁵ Max Horkheimer, *Autoritärer Staat*. In: HGS 5, pp. 293-319; aqui: p. 294.

⁵⁶ Cf. Dubiel: *Einleitung*, p. 17. Ver também Jürgen Bast: *Totalitärer Pluralismus*. Zu Franz L. Neumanns Analysen der politischen und rechtlichen Struktur der NS-Herrschaft. Tübingen 1999, pp. 238–256.

⁵⁷ Franz Neumann: *Behemoth*. Struktur und Praxis des Nationalsozialismus 1933–1944. Frankfurt am Main, 1984, p. 313. Todas as citações da tradução alemã aqui utilizadas provêm originalmente da primeira edição de 1942, mas foram mantidas na segunda edição, consideravelmente retrabalhada, de 1944.

assumia um espaço de tal modo grande no sistema nacional-socialista, por que Neumann acreditava, então, que ainda era preciso ressaltar, no aspecto econômico, o momento capitalista monopolista?

Em primeiro lugar, Neumann interpretava mal a teoria do capitalismo de Estado de Pollock no sentido de este esperava a dissolução total dos elementos de capitalismo privado, quando Pollock falara conscientemente de um modelo típico ideal cuja intenção era a de tornar visíveis, por meio de uma abstração, tendências da nova sociedade, em vez de representar a realidade tal e qual ela é. Pollock também constatara que no capitalismo de Estado o Estado não seria necessariamente o único possuidor de capital, mas apenas o ator dominante que, por meio da violência política, assinala aos demais possuidores de capital o seu lugar e, caso necessário, pode desapropriá-los sem indenização (pensa-se aqui particularmente nas assim chamadas “arianizações”).⁵⁸ Em segundo lugar, Neumann não pôde aceitar a consequência de Pollock de que “com o mercado autônomo” desapareceriam também “as assim chamadas leis econômicas”.⁵⁹ Isso teria de fato significado a despedida do marxismo em sua variante tradicional, pois, sob esse pressuposto, as tendências de crise e colapso não podiam mais ser explicadas a partir da base econômica. Ora, no momento da mais elevada urgência, era exatamente disso que se tratava – do colapso da ordem nacional-socialista.

Neumann insistia em que os restos do movimento operário que teriam sido moldados como forças antagonistas pelo processo econômico trariam um dia o nacional-socialismo à sua derrocada: “Mesmo o trabalhador egocêntrico se colocará praticamente todos os dias diante da questão: por que um aparato industrial altamente desenvolvido como o alemão precisa ser mantido juntamente com o terror? Produtividade ilimitada, terror e propaganda não podem produzir nos trabalhadores um nacional-socialismo. Ao contrário, o mais provável é que os trabalhadores virão a se mover em trilhos sindicalistas revolucionários, desenvolver ideias de sabotagem e ação direta, e ideias que foram desaprovadas tanto pelos social-democratas quanto pelos comunistas podem ser vistas pelos trabalhadores, todavia, como o único meio de preservar a dignidade humana em um sistema de terror”.⁶⁰

Neumann estava convencido de que a classe trabalhadora continuava a ser ainda revolucionária, mas fora muito enfraquecida pela propaganda e pelo terror para poder realizar sozinha o golpe revolucionário.

⁵⁸ Isto é, da expropriação dos judeus pelo Estado nazista (N.T.).

⁵⁹ Pollock: *Capitalismo de Estado*, neste volume, abaixo, p. 85.

⁶⁰ Neumann: *Behemoth*, p. 266.

Mas, por fim, assim rezava a última frase do livro, a queda do regime só poderia suceder “pela ação política consciente das massas reprimidas que se aproveitam dessas fissuras e fraturas”.⁶¹ Ele seguia acreditando, portanto, numa tendência de colapso imaneente ao sistema nacional-socialista, que poderia ser utilizada apenas pelas massas reprimidas.

Pollock salientou, frente a isso, as capacidades integrativas do regime, os seus elementos típicos de Estado social, se assim se quiser.⁶² Em seu segundo artigo, “Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?”, que se baseava em uma conferência que Pollock realizara na *Columbia University*,⁶³ ele explicava que o papel do indivíduo no nacional-socialismo se distinguiria completamente do sujeito de mercado liberal: “Propriedade e renda não são mais os principais determinantes da posição social do indivíduo. Capitalistas e trabalho estão organizados da mesma forma em uma organização totalmente abrangente, a Frente para o Trabalho, e unidos ideologicamente na comunidade do povo. [...] Poder social, prestígio e honra dependem agora decisivamente da posição que se ocupa no governo e nas hierarquias do partido. Assim, a relação entre propriedade, renda e poder social foi radicalmente alterada. O dinheiro sozinho dá apenas um poder limitado ou (como no caso dos judeus) absolutamente poder algum”.⁶⁴

A capacidade dos nazistas de vincular a si uma grande parte do proletariado foi vista com muito mais clareza por Pollock do que por Neumann.⁶⁵ A razão principal está em que Pollock se desprendera do quadro

⁶¹ *Idem*, p. 550.

⁶² Uma visão semelhante foi defendida nos últimos tempos por Götz Aly: *Hitlers Volksstaat*. Raub, Rassenkrieg und nationaler Sozialismus. Frankfurt am Main 2005.

⁶³ O ensejo foi uma série de eventos organizados pelo Instituto em novembro e dezembro de 1941, na qual, além de Pollock, também Marcuse (“Estado e indivíduo no nacional-socialismo”), Gurland (“Propriedade privada sob o nacional-socialismo”), Kirchheimer (“A ordem jurídica sob o nacional-socialismo”) e mesmo Neumann (“Os novos dirigentes na Alemanha”) apresentaram trabalhos.

⁶⁴ Pollock: “Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?”, neste volume, abaixo, p. 119.

⁶⁵ A pesquisa mais recente mostrou, segundo Borowsky, que é observável “uma propensão essencialmente mais elevada dos trabalhadores frente ao NSDAP do que se assumiu por muitos anos. Assim, a participação de trabalhadores entre os novos membros ingressantes do NSDAP entre 1925 e 1930 era de ao redor de 40%, e entre 1930 e 1933, ao redor de 36%. Entre os membros da AS, estava, entre 1929 e 1933, acima de 60%”. Peter Borowsky: *Wer wählte Hitler und warum? Ein Bericht über neuere Analysen der Wahlergebnisse 1928 bis 1933*. In: _____: *Schlaglichter historischer*

da teoria das classes e, em vez disso, colocava em primeiro plano aspectos social-psicológicos. Uma vez que salário, preço e lucro, segundo sua opinião, certamente seguiam ainda em vigor, mas não eram mais forças motoras decisivas da sociedade, Pollock se focava na satisfação de carências psíquicas. “O regime nacional-socialista”, dizia Pollock, “mais do que qualquer outra forma de governo, liberou os mais brutais instintos do indivíduo”.⁶⁶ Pela supressão de tabus sociais – em particular, de natureza sexual –, o regime nazista teria indenizado o indivíduo pela sua perda de autonomia, mas, ao mesmo tempo, vinculado a liberalização sexual avançada a uma politização dos relacionamentos sexuais. A fronteira erigida pelo liberalismo entre esfera privada e pública teria sido derrubada e o indivíduo liberado de todas as ligações (também as causadoras de infelicidade) à família e à tradição, a fim de se integrar de modo pleno e por inteiro à comunidade do povo dessublimada.

Em conclusão, Pollock falava do antissemitismo, que ele, por um lado, relativizava, caracterizando-o como um exemplo aparentemente qualquer de “crueldade contra o fraco e desamparado”, mas, por outro lado, integrava na psicopatologia do Terceiro Reich.⁶⁷

É verdade que Pollock, enquanto o economista de formação no sentido da divisão do trabalho interna ao Instituto, não era competente para a elaboração das questões psicológicas, e a abandonava precavidamente primeiro ao psicanalista de formação Fromm, e, então, depois de sua saída, a Adorno, Löwenthal e Marcuse, mas sabia muito bem que a análise do nacional-socialismo seria incompleta se fosse considerada apenas pelo lado político-econômico. Isso é mostrado também pelo primeiro esboço de projeto do Instituto de Pesquisa Social sobre o tema do antissemitismo, do ano de 1941, no qual Pollock colaborara e que não por acaso foi publicado igualmente no número da revista sobre o capitalismo de Estado. “O projeto”, consta no esboço, “combinará pesquisa história, psicológica e econômica com estudos experimentais”.⁶⁸ Em fevereiro de 1942, aconteceu uma reunião com possíveis patrocinadores do projeto sobre o antissemitismo. O Instituto apresentava, além de diversos pareceres de recomendação e do esboço do projeto, ainda

Forschung. Studien zur deutschen Geschichte im 19. und 20. Jahrhundert. Hamburg 2005, p. 240 f.

⁶⁶ Pollock: “Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?”, neste volume, abaixo, p. 123

⁶⁷ Idem, p. 124.

⁶⁸ Institute for Social Research: Research Project on Antisemitism. *Studies of Philosophy and Social Science* IX, 2 (1941), p. 124.

um adendo que se relacionava claramente à tese do capitalismo de Estado de Pollock. Sob o título “*Our basic assumptions*”, dizia num inglês seco: “(1) O antissemitismo não é um acidente. Ele é utilizado deliberadamente para tornar uma transformação social mais palatável para grandes grupos sociais. [...] (2) Nossa sociedade está passando por uma transformação profunda do *laissez-faire* liberal ao controle centralizado. Esse processo envolve a concentração rapidamente crescente de poder econômico e a gradual eliminação de pequenos negócios e profissões independentes. (3) Esse progresso também envolve mudanças sócio-psicológicas profundas. [...] Com sua vida tornando-se cada vez mais dependente de agências centralizadas, todo indivíduo sentirá que é um mero objeto nas mãos de forças além de seu controle”.⁶⁹

Os paralelos com os artigos de Pollock na *Zeitschrift für Sozialforschung* são patentes. E, assim, não é de se espantar que Pollock também estivesse incluído como responsável no trabalho de pesquisa sobre o antissemitismo quando o *American Jewish Committee* se ofereceu em 1943 para financiar o projeto.

Sabe-se que levou até 1949/1950 para que fossem publicados cinco volumes da série *Studies in Prejudice*, financiada pela AJC, entre os quais o estudo talvez mais conhecido do Instituto, *The Authoritarian Personality*, no qual, da parte do Instituto, era principalmente Adorno quem participara.⁷⁰ Neste, Pollock atuou apenas administrativamente, diferentemente do amplo estudo *Antisemitism among American Labor*, de mais de 1400 páginas e que foi concluído em 1945, mas terminou não sendo publicado.⁷¹ Pollock era o diretor desse projeto, que investigou o antissemitismo nos Estados Unidos, mas pôs a lupa justamente nas atitudes daqueles que sempre haviam contado, para o marxismo, como o sujeito revolucionário: os trabalhadores. O estudo *Antisemitism among American Labor* aprofundava os resultados do estudo de

⁶⁹ Institute for Social Research: The Political Function of Anti-Semitism. Supplementary Statement to the Research Project on Anti-Semitism, 15. Dezember 1942. In: Max-Horkheimer-Archiv (=MHA). Archivzentrum der Universitätsbibliothek Frankfurt am Main, IX, 92.7, p. 19 f.

⁷⁰ Theodor W. Adorno et al. *The Authoritarian Personality*. Studies in Prejudice 1. New York 1950.

⁷¹ Institute for Social Research: Antisemitism among American Labor. 4 Bände. New York 1944–45 [Typoskript]. MHA IX 146, 1–23. Cf., detalhadamente sobre o assunto: Ziege. *Antisemitismus*, assim como Catherine Collomp: ‘Anti-Semitism among American Labor’: A Study by the Refugee Scholars of the Frankfurt School of Sociology at the End of World War II. *Labor History* 52, 4 (2011), pp. 417–439.

Fromm sobre os trabalhadores alemães, concretizava os projetos de pesquisa do Instituto e estendia a consideração aos Estados Unidos, uma vez que tanto Horkheimer e Pollock quanto Adorno temiam que o antissemitismo pudesse se impor também ali.⁷²

Sabe-se que a capitulação incondicional do Terceiro Reich, em 8 de maio de 1945, contribuiu para neutralizá-lo, e o antissemitismo americano se enfraqueceu notavelmente nos anos posteriores à guerra. Pollock, que também havia trabalhado temporariamente como conselheiro do *War Production Board* do governo americano, já se ocupava desde 1945 em pensar como deveria ser formada a ordem pós-guerra na Alemanha ocupada, e optava por um “*enlightened American occupation and welfare collectivism*”.⁷³ Apenas em 1950, depois de titubear longamente, ele retornou para Alemanha e ajudou coletivamente na construção de um Estado democrático e liberal. Ele nunca revisaria sua teoria do capitalismo de Estado. Ao contrário, ele via em um capitalismo de Estado democrático – uma forma de Estado social, que evoluiu de uma economia de mercado restaurada a uma economia de distribuição sem o mercado – uma possibilidade de evitar o retorno da barbárie nacional-socialista. De Marx a Roosevelt – aproximadamente nesses termos poderia ser resumido o decurso político de Pollock fundado na experiência do nacional-socialismo.

Os artigos reunidos neste volume e traduzidos ineditamente em português foram publicados pela primeira vez na *Zeitschrift für Sozialforschung*, que, desde 1939, recebeu o nome de *Studies in Philosophy and Social Science*. O primeiro volume da revista, de 1932, no qual consta o artigo de Pollock “A situação atual do capitalismo”, foi publicado pela editora C. L. Hirschfeld, de Leipzig, e os volumes posteriores pela Librairie Felix Alcan em Paris. Apenas o nono e último volume, de 1941, que contém também ambos os artigos sobre o capitalismo de Estado, foi publicado pela editora do próprio Instituto. Em 1970 – portanto, ainda no período de vida de Horkheimer –, foi publicada com autorização do editor uma reprodução fotomecânica da revista

⁷² Cf. também Philipp Lenhard: „An Institution of Nazi Statesmanship“. Friedrich Pollock’s Theoretical Contribution to the Study of Anti-Semitism. *New German Critique* 43, 1 127 (Februar 2016), pp. 195–214.

⁷³ Tentative Worksheet for a Discussion on European (foremost German) Reconstruction. January 11, 1943. MHA XXIV 17, 8.

pela editora Kösel, e em 1980 uma reimpressão desta edição agora pela dtv, com uma ampla introdução de Alfred Schmidt. A primeira edição em livro que reuniu os quatro artigos de Pollock é o volume *Stadien des Kapitalismus*, organizado em 1975 por Helmut Dubiel pela editora C. H. Beck, de Munique. A edição em seis volumes dos escritos reunidos (*Gesammelten Schriften*) de Pollock, organizada por este autor, terá seu primeiro volume ("*Marxistische Schriften*" – Escritos marxistas) publicado em 2018 pela editora Ça Ira, de Freiburg. No volume 2 ("*Schriften zu Planwirtschaft und Krise*" – Escritos sobre planificação econômica e crise) estarão contidos os dois primeiros artigos, e, no volume 3 ("*Schriften zu Nationalsozialismus und Antisemitismus*" – Escritos sobre nacional-socialismo e antisemitismo), os dois últimos. No volume igualmente organizado por Helmut Dubiel em 1984 pela Suhrkamp, *Wirtschaft, Recht und Staat im Nationalsozialismus: Analysen des Instituts für Sozialforschung 1939–1942*, constam tanto "Capitalismo de Estado" quando "Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?". "Capitalismo de Estado" foi publicado já em 1948, em uma tradução autorizada por Pollock, no periódico *Die Umschau – Internationale Revue* (Jahrgang III, Heft 2), cujo redator era Marcel Mauss. O original em inglês foi incluído no livro-texto *The Essential Frankfurt School Reader*, editado por Andrew Arato und Eike Gebhardt e publicado em três edições (1978, 1982, 1990). O artigo "Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?" foi incluído em uma edição pirata de título *Autoritärer Staat II*, publicada em 1967 e em 1969 em Berlim. Em 1973, a editora holandesa Rotdruck publicou um número de título *Möglichkeiten und Grenzen gesellschaftlicher Planung im Kapitalismus*, no qual se incluem os dois artigos de 1932 e 1933, ao lado de um artigo de Kurt Baumann (isto é, Kurt Mandelbaum). Até o presente momento o autor não tem conhecimento de outras republicações, por exemplo, em francês, espanhol ou italiano.

A situação atual do capitalismo e as perspectivas de uma nova ordem de planificação econômica (1932)

I

“Desde seu nível mais elevado em meados de 1929, a produção industrial diminuiu em cerca de 46%. Até o fim de 1931 ela decaiu até o nível do fim dos anos noventa. Para poder avaliar toda a gravidade desse retrocesso, é preciso se ter em mente que a população do *Reich* alemão é agora um quinto maior do que era então.

A ruína dos mercados de capital paralisou as atividades de investimento praticamente por completo. Quase não se dá mais início a novos investimentos. Investimentos substitutivos cada vez mais deixam de ser realizados...

O mercado de trabalho oferece a imagem da mais grave perturbação. O número dos desempregados, atualmente acima de seis milhões, significa que quase 30% dos trabalhadores e empregados se veem obrigatoriamente sem trabalho. Apenas pouco mais de dois quintos dos postos de trabalho existentes na indústria estão ocupados... A renda nacional (no ano de 1929, cerca de 76 bilhões de marcos do Reich¹) é estimada para o ano de 1930 em 60 a 70 bilhões e para o ano de 1931 em cerca de 50 a 60 bilhões de marcos do Reich. O ano de 1932 certamente renderá cifras ainda mais baixas. Com estimadamente 18.800 no ano de 1931, as falências alcançaram o nível mais elevado jamais registrado.”

Como se retiradas de um relatório militar de uma guerra perdida, leem-se essas frases com as quais o *Institut für Konjunkturforschung* (Instituto de Pesquisa Econômica) tenta descrever a gravidade da crise alemã no início do ano de 1932.² Há informes semelhantes para a maioria dos outros Estados capitalistas, e, se no início do ano de 1931, ainda pôde parecer que alguns

¹ *Reichsmark* (RM), moeda oficial da Alemanha entre 1924 e 1948. (N.T.)

² Relatório semanal do *Institut für Konjunkturforschung* de 17 de fevereiro de 1932.

países particularmente favorecidos permaneceriam poupados pela crise econômica, hoje se mostra que também as economias nacionais até então mais capazes de resistir, principalmente a França, são cada vez mais acometidas pelas forças destruidoras da crise. A desconfiança geral dirigida a todas as moedas e a todas as empresas conduz à renúncia mesmo a uma taxa de juros desprezível, que encontra expressão no entesouramento privado de ouro. Esse comportamento se torna compreensível quando se está a par das destruições de capital que sucederam desde o colapso da bolsa de Nova Iorque no outono de 1929 e dos quais os índices da bolsa oferecem uma imagem aproximada.³

Essa imagem é complementada e aprofundada por um olhar para o desenvolvimento dos preços internacionais de matérias primas. Em face do nível de 1926, eles se reduziram raramente em menos do que metade, frequentemente em um terço (trigo, açúcar, petróleo, café, chumbo, zinco, seda etc.) e, em casos isolados, até ainda mais do que isso (por exemplo, a borracha, que caiu de um preço médio de 4436 RM a tonelada no ano de 1926 a 643 RM), enquanto os estoques de provisões se multiplicaram e continuam temporariamente a exercer uma pressão sobre os preços.

Quanto mais se adentra nos pormenores das manifestações da crise, mais se acumulam os exemplos que mostram a gravidade das destruições que elas ocasionam em todo o mundo capitalista. A humanidade, que não conheceu em toda a sua história nenhum período no qual fosse *per capita* tão rica em meios de produção e força de trabalho altamente qualificada como hoje, se empobrece de modo duplo: pela monstruosa ociosidade das forças produtivas materiais e pessoais e pela aniquilação de uma parte do produzido. Uma reflexão simples oferece uma ideia daquilo que, em termos de valores econômicos que poderiam ter sido produzidos com os meios de produção existentes, deixou de poder ser consumido, em razão do desemprego do ano de 1931, pelas pessoas em situação de miséria. Se, para todos os Estados industrializados na média do ano de 1931, tomarmos como base um desemprego de 20 milhões (no que trabalhadores em tempo parcial

³ Índice das ações

	Estados Unidos		Alemanha	
	Data	1926 = 100	Data	1924/26 = 100
Nível mais elevado	Set. 1929	257	Mai. 1927	203
Nível mais baixo até então	Mar. 1932	56	Abr. 1932	46,5

seriam convertidos, de acordo com uma fórmula correspondente, em desempregados plenos) e assumirmos a média bruta de renda anual por trabalhador de 2000 RM, então isso resulta em uma queda da renda de 40 bilhões RM e uma queda em produção nova tecnicamente possível cuja importância se eleva bem acima desses 40 bilhões de marcos.

A contradição gritante entre, de um lado, a pauperização de camadas cada vez maiores e a falta dos meios mesmo para as mais prementes tarefas civilizacionais e, de outro, as possibilidades técnicas dadas pela revolução nos métodos de produção agrícolas e os progressos vertiginosos na produtividade do trabalho industrial obrigam camadas sociais mais amplas a refletir sobre a adequação da ordem econômica capitalista. É cada vez menor o número dos que reclamam que a condução econômica deveria “ser outra vez reconduzida ao fundamento da visão de mundo individualista lá onde a gestão administrada dos negócios não é suficiente”, e que acreditam que seria preciso apenas “dar novamente mais espaço ao livre jogo de forças que constitui a essência da ordem capitalista” a fim de pôr a crise sob controle.⁴ Em vez disso, mesmo nos círculos que antes eram tomados como os mais fiéis partidários do sistema liberal, ressoa o chamado de que o fim do capitalismo teria chegado e de que apenas uma nova ordem de planificação econômica poderia superar as atuais dificuldades e por a serviço dos homens as forças econômicas que hoje operam para poderes destrutivos e hostis à vida. É tarefa das páginas seguintes indicar alguns dos pontos de vista para avaliação dessas questões em disputa.

II

Apenas os defensores de uma teoria “exógena” da crise poderiam contestar a sério o fato de que a atual crise econômica mundial deve ser remontada em boa parte às mesmas causas das crises nacionais e internacionais que a precederam desde o início do século XIX. Não há consenso, todavia, sobre quais são os fatores que atuam de modo a agravar o decurso da crise e sempre voltam a retardar a superação do seu ponto mais baixo. Num esquema um pouco grosseiro, estes fatores adicionais de perturbação podem ser divididos em três grupos: momentos de perturbação política, causas excepcionais de perturbação econômica e modificações “estruturais” tais que impedem o curso normal do automatismo capitalista.

⁴ Relatório do *Darmstädter und Nationalbank* sobre o exercício financeiro de 1930, p. 12.

Os dois primeiros grupos estão parcialmente conectados de modo íntimo. Os fenômenos de que aqui se trata foram descritos tão frequentemente que lembraremos apenas de dois fatos particularmente importantes. As perturbações da divisão internacional do trabalho pelas consequências da guerra e a inquietude política geral produzida pelos tratados de paz e pelas reparações abalaram severamente o sistema internacional de crédito, hoje entrelaçado de modo mais cerrado do que nunca.

O encontro de uma grave crise agrária com a crise industrial deve ter atuado ainda de modo a agravar particularmente a crise, pois, segundo a experiência, nas crises anteriores a renda relativamente constante da população que vive da economia rural ofereceu sustentação à demanda por mercadorias da indústria e, juntamente com a renda fixa em dinheiro restante, desempenhou um papel importante na absorção das provisões estocadas para a redução dos custos da crise. Esse fator refreador da quebra deixou dessa vez de ocorrer em razão da velocidade vertiginosa da revolução da técnica de produção agrícola.

Para o nosso problema, é especialmente relevante um terceiro grupo de fatores de perturbação, porque eles precisam ser vistos como estando de modo duradouro em ação e ameaçam continuamente o funcionamento do mecanismo de mercado. Desse grupo faz parte, em primeiro lugar, o deslocamento de peso econômico para as empresas grandes e gigantes na indústria, no comércio e nas instituições bancárias. Desde Marx, foram empreendidas diversas tentativas de explicar o caráter forçoso desse processo, mas quer ora se assuma uma determinada lei da concentração e da centralização, quer se designe a crescente importância dos “custos fixos” como causa, o fato é que esse desenvolvimento mesmo já não pode hoje ser posto seriamente em questão. Por certo, há ainda na indústria norte-americana cerca de 30.000 empresas com um capital total aplicado de ao redor de 600 bilhões RM, mas mais de 44% desse capital correspondia, já em 1927, a cerca de 200 empresas.⁵ Cada nova publicação estatística sobre o evolução da dimensão das empresas, cada visão geral sobre os processos na esfera da formação de cartéis, trustes e grupos econômicos fala sempre uma linguagem semelhante. O crescimento das unidades econômicas empresta a seus

⁵H. F. Simon, *Amerikas Industriesystem*, *Deutscher Volkswirt* de 20/11/1931, p. 251. Cf. também H. W. Laidler, *Concentration of Control in American Industry*, New York, 1931. – Na Alemanha havia, em 31 de dezembro de 1930, 10.970 sociedades anônimas com um capital nominal no total de 24,1 bilhões RM, dos quais mais da metade (12,5 bilhões RM) recaíam em 189 sociedades (*Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich*, 1931, p.361 et seq.).

diretores um poder econômico e político crescente. Surge então aquele tão discutido “enrijecimento” na economia, no qual os preços de muitas mercadorias importantes não se formam mais através do “livre jogo das forças”, mas sim por vínculos monopolistas. Esses preços vinculados são possibilitados pelo fato de que, sob a influência política das grandes potências econômicas, implementa-se uma política aduaneira que mantém à distância do mercado interno a concorrência estrangeira ou permite aos grandes grupos repartir com ela os mercados.

Assim como uma esfera decisiva para a estrutura do sistema econômico liberal experimenta uma modificação drástica pela intervenção na livre formação dos preços, o velho sistema é modificado em suas bases pela limitação da livre atividade e da responsabilidade empresarial. Novamente, é o crescimento das unidades econômicas que provoca essas modificações. Enquanto ainda era modesta a dimensão das empresas individuais em relação ao todo da economia, não se podia esperar do Estado que ele evitasse a quebra de uma empresa que não alcançasse êxito economicamente. As consequências no caso particular deviam ser suportadas pelo restante da economia e o número dos que iam para a rua em razão da bancarrota não ultrapassava limites relativamente moderados. Hoje tantas empresas na indústria e nas finanças cresceram de modo tão gigantesco que nenhum poder estatal, o quão liberal ele ainda se porte, pode observar passivamente a sua ruína. A partir de uma determinada dimensão do seu capital, a empresa pode, é claro, reivindicar apenas para si o seu lucro, mas também pode descarregar o risco do empreendimento sobre a massa de contribuintes, uma vez vez que sua quebra implicaria nas mais pesadas consequências para a totalidade do corpo econômico e, assim, também para a situação política.⁶ Não procede a objeção de que também antes o Estado já teria eventualmente intervindo para dar sustentação a empresas, uma vez que tais medidas, nos séculos passados, ainda eram exceção, enquanto hoje, por exemplo, todo banco de grandes dimensões sob ameaça precisa ser sustentado pelo subsídio estatal. Se se fala nos últimos tempos com cada vez mais frequência que ao subsídio aos desempregados se contrapõe recentemente um “subsídio ao fracasso econômico” e que essa fase do desenvolvimento capitalista precisaria ser designada como capitalismo “garantido”, com isso se caracteriza uma

⁶ Um exemplo drástico disso foi a reestruturação dos bancos alemães com o dispêndio de muitas centenas de milhões de recursos públicos, logo depois de, ainda poucos meses antes da crise de julho de 1931, o diretor do primeiro banco a quebrar protestar, no relatório anual acima citado, contra as intervenções estatais.

importante modificação estrutural, que põe sob ameaça o automatismo do mercado.

A intervenção do Estado no livre contrato de trabalho, as medidas político-sociais a ela ligadas e o reconhecimento estatal dos sindicatos estão tão pouco de acordo com as ideias originárias do liberalismo quanto a vinculação do preço de outras mercadorias que tem, por certo, um significado econômico e social totalmente distinto. A afirmação de que hoje houve apenas uma substituição da concorrência "ruinosa" pela "regulada" admite justamente aquilo que queria negar, pois a concorrência só pode ser eficaz como reguladora na medida em que é "ruinosa". A crescente atividade estatal, todavia, não é uma peculiaridade contingente do capitalismo do pós-guerra, mas é de se prever que ela será, a partir de então, determinante para o sistema capitalista. Na crise, é natural que se intensifique significativamente a pressão sob o poder estatal para que intervenha no processo econômico, pois as forças de autocondução bem como os meios normais da política econômica liberal não são suficientes.

O liberalismo consequente admite apenas um meio para a regulação econômica, a saber, a política de descontos do banco central. Mas esse meio só pode ser eficaz na medida em que há livre concorrência dos capitais e empresas. Na atual economia "vinculada", é "um instrumento fino demais, com o qual não é possível em absoluto se opor às grandes perturbações que emergem repentinamente".⁷

Perturbações análogas às do automatismo intraeconômico também podem ser demonstradas nas relações econômicas internacionais. Poder-se-ia chamar de trágica a situação de que justamente no momento em que as técnicas de informação e tráfego tornam pela primeira vez possível em geral uma economia mundial plenamente desenvolvida, as mais potentes forças trabalham para o isolamento das regiões econômicas umas das outras e para a limitação do comércio internacional ao estritamente necessário. Sob o lema irônico "tarifas protecionistas pagas no ato – livre comércio por prazo determinado", foi publicada há pouco uma confrontação das sugestões bem-intencionadas para a facilitação da divisão internacional do trabalho e das medidas protecionistas que entraram em vigor ao mesmo tempo.⁸ Ali se encontra a indicação resignada de que o resultado positivo de todos os trabalhos livre-cambistas da Liga das Nações de até então consiste em um

⁷ E. Lederer, *Planwirtschaft*, Tübingen, 1932, p. 23.

⁸ *Nachkriegskapitalismus*, Eine Untersuchung der Handelsredaktion der Frankfurter Zeitung, Frankfurt 1931, p. 30 et seq.

acordo sobre a exportação de peles e couros. Enquanto, todavia, nada houve a se adicionar a essa constatação também na primavera de 1932, a longa lista das medidas protecionistas concluída em outubro de 1931 precisou ser complementada por uma lista quase tão longa das tarifas, proibições de importação e contingenciamentos que entraram em vigor ou foram planejados desde então. Esse protecionismo crescente certamente não é provocado apenas pela crise econômica; ele se fez possível em primeiro lugar pela cessação dos pressupostos de uma divisão internacional do trabalho nos quais se apoiava a doutrina do livre comércio. Justifica-se, assim, a suspeita já expressa por List de que se trata, nessa doutrina, de uma ideologia com a qual os Estados industrialmente mais avançados ou preponderantemente mercantis maquiaram seus interesses. O nexó: dimensão crescente das unidades econômicas – poder político e econômico crescente – utilização desse poder para vinculação dos preços no mercado interno e fechamento contra a concorrência estrangeira – inevitabilidade do subsídio estatal quando partes importantes da economia estão ameaçadas,⁹ tal nexó enfraquece ou elimina a autocondução da economia capitalista, conduz a maus investimentos em larga escala, torna mais acentuada a desproporção entre os ramos econômicos individuais e obriga a uma luta cada vez mais violenta no mercado mundial que não cessa de se contrair.¹⁰

III

Se a crise econômica deve ser vista como uma crise capitalista "normal" agudizada por fatores extraordinários e duradouros, então impõe-se a pergunta se após uma gradual resolução das causas da crise o velho

⁹ Nesse contexto, deve-se remeter também ao protecionismo agrícola. Os custos das ações de proteção dos *Farm-Boards* norteamericanos ou da valorização do café brasileiro são conhecidos. O preço que os consumidores alemães têm de pagar pela manutenção do cultivo de cereais alemão foi calculado recentemente em algo entre 30 e 35% do valor líquido da produção de cereais, ou seja, em algo entre 3 e 4 bilhões RM por ano. Cf. F. Dessauer, *Landwirtschaftliche und industrielle Subventionen*, no *Der Deutsche Volkswirt* de 13/11/1931.

¹⁰ Uma vez que não há espaço aqui para uma incursão mais detalhada sobre esse contexto, remetemos aos seguintes trabalhos, com os quais concordamos amplamente nesse ponto: A. Löwe, *Lohn abbau als Mittel der Krisenüberwindung*; A. Löwe, *Der Sinn der Weltwirtschaftskrise*, *Neue Blätter für den Sozialismus*, Jahrgang I, Heft 5 bzw. Jahrgang II, Heft 2; E. Lederer, *Wege aus der Krise*, Tübingen 1931.

automatismo do sistema capitalista não poderia ser restabelecido. Tampouco faltam hoje vozes que sustentam que a desordem contemporânea vem do fato de que esse “mecanismo, se não ideal, ao menos digno de admiração, da economia de mercado” foi perturbado “pelas intervenções desajeitadas e pouco inteligentes da política interna e externa depois da guerra”, e que se trataria de depurar esse sistema que, “de uma maneira incomumente razoável, ainda que das menos plenamente compreendidas”, realiza “a adequação automática da produção pela divisão do trabalho à demanda através da regulação dos preços e o direcionamento das forças produtivas para os âmbitos mais lucrativos através da regulação dos juros”.¹¹ Em face dessa apresentação harmonizadora do “capitalismo do pré-guerra”, não há ênfase que baste para dizer que, se é verdade que o automatismo capitalista realizou coisas grandiosas, é porque ele se utilizou para tal dos meios bárbaros de uma impiedosa guerra de aniquilação cujos custos – não somente os identificados com a economia privada, mas os custos para o todo da sociedade – até hoje nunca foram contabilizados. Nenhuma terminologia eufemística que faça pouco das destruições realizadas por esse automatismo grosseiro como sendo apenas “fricções” pode apagar o fato de que o sistema capitalista, desde que existe, sempre saiu da situação de equilíbrio em intervalos mais ou menos uniformes e que as proporcionalidades necessárias tiveram de ser produzidas a cada vez através da destruição massiva de valores e de vidas humanas. Por muitos séculos, não houve, por certo, nenhuma via melhor do que esse automatismo para desenvolver as forças produtivas da sociedade humana, assim como por séculos o combate a epidemias não era possível senão pelo isolamento dos doentes, que eram deixados à própria sorte, mas compreender isso não deve obscurecer o juízo sobre o caráter bárbaro de tais métodos.

Ademais, é ao menos questionável se o mecanismo de mercado realizou efetivamente nos últimos cinquenta anos uma “adequação ótima das forças de produção às necessidades”. Caso se reflita em que extensão o aparato produtivo foi faticamente aproveitado neste último século, então é de se presumir que, na média das situações econômicas, encontrar-se-á um desperdício considerável da capacidade. O automatismo realmente realiza uma adequação tendencial da produção à demanda capaz de pagar por ela. Trata-se, no entanto, de possibilitar um melhor e mais uniforme provimento das necessidades fáticas.

¹¹ Nachkriegskapitalismus, loc. cit., p. 7.

IV

Sem dúvida, é possível encontrar argumentos para sustentar que essa crise pode ser superada com meios capitalistas e que o capitalismo "monopolista" é capaz de existir por um tempo imprevisível de início. Todavia, o velho sistema, que funciona ainda apenas de modo limitado, está daqui em diante carregado com tensões tais que ensejos relativamente insignificantes poderiam conduzir a uma catástrofe cujas consequências exterminadoras hoje ainda não podem ser previstas sequer de modo aproximado.

Os elementos para a superação da atual crise econômica já estão presentes em ampla medida. Se abstraírmos dos países que tiveram de passar por uma crise de crédito particular condicionada politicamente, o capital assumiu em grande medida a forma dinheiro, o processo de "descapitalização" está em pleno curso, as matérias primas sofreram parcialmente uma queda de preços que não se tomava como possível, a adequação dos valores da terra aos preços das matérias primas em queda se impõe gradualmente, o estoque de produtos acabados decaiu em todos os países, em suma, parece ser necessário ainda apenas um "estímulo" para livrar o processo econômico de sua atual paralisia. A insegurança política no mundo todo, o estado delicado das finanças públicas, ligado de modo estreito a essa insegurança, e a guerra cambial e alfandegária internacional, todavia, atuam de modo inibidor no mais alto grau. Mesmo que nos próximos anos os fatores agravantes devam manter a preponderância e que, apesar de todas as tentativas de estímulo, a destruição de valores econômicos prossiga, permaneceria a possibilidade teórica de uma gradual superação da crise. Há muitas indicações, no entanto, de que nesse capitalismo vinculado as depressões serão mais longas, as fases de crescimento, mais curtas e intensas, e as crises, mais destruidoras do que nos tempos da "livre concorrência", mas não se deve esperar o seu colapso "automático". Num sentido puramente econômico, não há uma compulsão irresistível por substituí-lo por outro sistema.

Quanto menor o número dos que estão objetivamente interessados na manutenção do presente sistema econômico,¹² mais urgente se torna a

¹² Os números das estatísticas de renda e patrimônio oferecem um ponto de referência para saber o quão pequena já se tornou essa camada na Alemanha. Eles foram recolhidos de forma popular por F. Fried em seu livro sobre "O fim do capitalismo" (p. 50 et seq.). Segundo a última estatística de imposto de renda do ano de 1928, 89,4% dos

pergunta pela possibilidade de substituí-lo por um melhor. Vemos uma tal possibilidade apenas na direção de uma substituição da organização "parcial" por uma "total" e, por isso, nos perguntamos aqui sobre as perspectivas de uma nova ordem de planificação econômica.

V

As notórias dificuldades do sistema capitalista, assim como o fato de que o colapso das tentativas russas de planificação econômica, profetizado por quase todos os especialistas, não aconteceu, são os motivos principais pelos quais hoje se fala em todo lugar de economia planificada. Nos países nos quais o sistema capitalista ainda aparece como enraizado mais solidamente, nos Estados Unidos e na França, discutem-se planos decenais e quinquenais para o desenvolvimento da economia. Os periódicos econômicos norte-americanos e ingleses estão repletos de discussões sobre problemas de planificação; em Amsterdã aconteceu em agosto do ano passado um congresso, frequentado em grande número particularmente por americanos, no qual se discutiu de modo bastante sério as possibilidades de uma economia planificada sob bases capitalistas; na ocasião do congresso dos sindicatos britânicos, em setembro de 1931, houve manifestações sobre a possibilidade de uma economia planificada nacional britânica. Relatórios sobre os destinos dos planos quinquenais russos são publicados em todas as línguas do mundo. Mas, com poucas exceções, a discussão de problemas de planificação econômica até o momento serviu mais para confundir do que para esclarecer, e apenas em poucos casos chegou-se a uma elaboração mais precisa da problemática conexa à economia planificada.¹³

É mérito de Lorwins ter trazido uma certa ordem na confusão linguística da discussão sobre planificação econômica ao distinguir

trabalhadores assalariados, no que não se consideram os membros da família que contribuem para o sustento, recebiam uma renda de até 250 RM mensalmente, e 57,2%, uma renda de até 100 RM. Fried calculou que entre os 32,5 milhões de trabalhadores assalariados, há cerca de 100.000 que "podem viver realmente sem preocupação, bem e confortavelmente". Na Alemanha no ano de 1928, no total, 2,76 milhões de pessoas eram tributáveis em razão da renda. Da renda declarada numa soma total de 77,37 bilhões RM, 29,11 bilhões (cerca de 37,6%) correspondem a uma renda acima de 100.000 RM. Esses estão de posse de 3,8 das pessoas tributáveis em razão da renda, ou seja, de 104.955 pessoas (*Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich*, 1931, pp. 533 e 514 et seq.).

¹³Remetemos aqui sobretudo às publicações de Heimann, Landauer, Lederer e Lorwin.

conceitualmente quatro tipos diferentes de sistemas de planificação. Concordando parcialmente com ele, compreendemos por economia planificada um sistema econômico no qual produção e distribuição são reguladas centralmente pelo planejamento social, e distinguimos dois tipos principais: economia planificada capitalista sob a base da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, no quadro de uma sociedade de classes, e economia planificada socialista com as características da propriedade social dos meios de produção e do espaço social de uma sociedade sem classes. Em um esquema cujos extremos são caracterizados por esses dois tipos principais, é possível classificar, em princípio, todas as propostas de planificação de até então. Em uma das pontas se encontra o cartel geral de Hilferding, no qual todas as empresas se associam, mas, em princípio, é mantida a propriedade privada dos meios de produção em uma cisão mais aguda entre uma classe dominante relativamente pequena e a grande massa dos despossuídos. Seguem então os projetos nos quais o Estado surge como o capitalista maior, sem que se abra mão em princípio da propriedade privada dos meios de produção. Para julgar essas formas, a resposta à pergunta sobre qual classe está na posse do poder estatal é que decide se a forma deve ser contada entre as de tipo capitalista ou de tipo socialista.¹⁴ Das formas mistas, como pensadas pelas reivindicações democrático-econômicas e nas quais há propriedade pública, cooperativa e privada dos meios de produção, diversas transições conduzem, em teoria, ao tipo socialista de economia planificada.¹⁵ O quão distintos sejam todos esses

¹⁴ Tais propostas de planificação econômica, como, por exemplo, a do *Tat-Kreis* [círculo da redação e dos autores da revista nacionalista alemã da República de Weimar *Die Tat*], nas quais se opera com um conceito de Estado totalmente indefinido, apenas muito dificilmente se deixam incluir em nosso esquema, pois é possível apenas supor que espécie de estrutura é esse Estado que mantém a posse dos “altos comandos” (*Kommandohöhen, commanding heights*) econômicos na reivindicada “economia total”. Muitos indícios permitem, no entanto, concluir que se supõe como classe dominante os pequenos proprietários, o que resultaria na caracterização como economia planificada capitalista. Cf. E. W. Eschmann, *Übergang zur Gesamtwirtschaft*, in: *Die Tat*, Septemberheft 1931.

¹⁵ Aqui deve-se lembrar de que há tão pouco uma teoria universalmente reconhecida da economia planificada quanto há uma teoria da economia capitalista de mercado aceita universalmente ou mesmo apenas pela maioria dos especialistas. Além dessa dificuldade, a teoria da planificação encontra-se na condição precária de não ter chegado a uma formação escolar e de que, no que diz respeito a suas teses positivas, praticamente não há autores que concordem uns com os outros nos pontos essenciais. Na medida em que determinadas teses são defendidas no que segue, o autor as

tipos no que diz respeito ao objetivo econômico, a seu conteúdo social, à diferenciação da renda e, assim, também à determinação da direção da produção, todos têm em comum o fato de que no lugar da "autocondução" da economia, com sua correção fundamentalmente sempre tardia das ações econômicas mal-sucedidas, deve entrar um plano ao qual idealmente todas as particularidades do processo econômico devem ser integradas de tal modo que se alcance, com os meios existentes, um desempenho ótimo. O pensamento típico da engenharia deve ser transferido da empresa individual para o todo da economia e o grau de eficácia da colaboração social deve ser elevado a um nível até então não alcançado. De início, permanece em aberto a questão se os distintos tipos podem obter o mesmo resultado econômico. Em primeiro lugar, é preciso conseguir um esclarecimento sobre quais são os pressupostos econômicos de que depende o sucesso de uma nova ordem de planificação.

VI

Faz parte das intuições fundamentais da teoria econômica marxista a ideia de que um novo sistema econômico só pode se impor quando seus pressupostos econômicos e sociais foram formados previamente ao menos em seus elementos sob a superfície do sistema anterior e as relações de produção passaram a acorrentar as forças produtivas.

Assim como o desfazimento dos velhos vínculos na França do fim do século XVIII só teve como consequência um desenvolvimento econômico rápido porque já estavam disponíveis sob os escombros do sistema econômico feudal sobrevivente os pressupostos técnicos, econômicos e sociais para o sistema do *laissez-faire*, também só será possível contar com uma liberação das forças produtivas existentes através de uma nova ordem de planificação econômica se os seus pressupostos já estiverem dados. De modo bastante geral, suas condições econômicas – deixemos as condições políticas de lado de início – podem ser descritas na seguinte fórmula: que o peso da produção industrial esteja na fabricação em massa por grandes empresas e o processo

considera apenas como uma contribuição para um esclarecimento teórico situado nas primeiras abordagens. O caráter desse artigo como uma contribuição a uma discussão estreitamente limitada espacialmente carrega consigo o fato de que são formuladas muitas afirmações que não podem ser aqui fundamentadas. Artigos ulteriores deverão tentar complementar e corrigir o presente esboço aproximado.

de centralização tenha alcançado um certo nível, que os meios técnicos e organizacionais para o enfrentamento das tarefas de uma condução econômica centralizada sejam conhecidos e que haja uma reserva de produtividade considerável que possa ser aproveitada pela aplicação de métodos de planificação. É possível mostrar com facilidade que todos esses pressupostos econômicos já estão amplamente presentes nos grandes Estados industriais, assim como na economia mundial.

Justamente aquele desenvolvimento que se mostra fatal para o "curso normal do mecanismo de mercado" é o que produz um dos mais importantes pressupostos para a possibilidade de uma condução planejada do processo econômico. Em muitos aspectos, os processos de concentração e centralização facilitam uma condução econômica central. As exigências técnicas da produção em massa agem no sentido de um nivelamento crescente permanente das necessidades, de uma diminuição dos tipos fabricados e, assim, simplificam sobremaneira o registro das necessidades. Nas empresas grandes e nos escritórios centrais das empresas gigantes, desenvolvem-se os métodos de resolução de problemas estatísticos e organizacionais de processos econômicos expandidos espacial e materialmente. Por fim, as inúmeras dificuldades de uma condução econômica central se reduzem na medida em que o número das empresas a serem reguladas se torna menor. A implementação de um plano econômico para um âmbito econômico de grande porte exige meios técnicos poderosos, não importa o quão longe também tenha ido a descentralização na execução do plano. Esses meios estão disponíveis no capitalismo moderno. Os melhoramentos na transmissão da informação, o desenvolvimento de métodos estatísticos e dos meios técnicos para sua aplicação, a mecanização da contabilidade, ainda há uma década tomada como impossível, permitem resumir panoramicamente e registrar, sem desperdício de tempo, processos econômicos das maiores dimensões desde uma posição central.

A técnica da produção e da distribuição já perdeu hoje o caráter do individual em amplas áreas e, com a penetração de administração científica de empresas, se uniformiza e é formulada em proposições teóricas que podem ser aplicadas em toda parte com a ajuda de uma formação acessível a todo homem médio. Funções empresariais particulares tornam-se passíveis de serem aprendidas mediante a progressiva especialização, enquanto outras são assumidas por instituições especiais. O progresso técnico, em regra, não é mais relegado às descobertas casuais, mas é preparado de modo planejado nos laboratórios das grandes empresas.

Os problemas do enfrentamento organizacional das tarefas maiores de planificação já foram iniciados na prática há bastante tempo no âmbito dos grandes Estados capitalistas. Um papel pioneiro foi desempenhado pela economia bélica, cujas realizações extraordinárias, em particular na Inglaterra e nos Estados Unidos, quase não puderam ser objeto de atenção graças à contrapropaganda de fortes grupos de interesse econômico. Mas a prática capitalista atual também oferece inúmeros exemplos de como grandes tarefas de planificação tiveram de ser assumidas pelos governos. A política alfandegária protecionista, que em alguns Estados vai bem até os limites de um monopólio do comércio exterior, a organização da economia carvoeira e de eletricidade, por exemplo, na Alemanha e na Grã-Bretanha, assim como as medidas na área da economia de crédito nos Estados Unidos, que encontrou seu coroamento parcial na fundação da *Reconstruction Finance Corporation*, dotada de um poder de disposição de mais de dois bilhões de dólares, são evidências particularmente características, se não para o êxito, ao menos para a compulsão para a proposição de intervenções reguladoras. Em que medida o terceiro dos pressupostos que citamos, a existência de reservas de produtividade não aproveitadas, está dado, isso é mostrado por cada investigação sobre a relação entre capacidade produtiva e produção efetiva na média de um ciclo econômico. Em todas as áreas da produção e da distribuição, é possível demonstrar o fato de um acorrentamento das forças produtivas pelas relações de produção. Nesse contexto, dever-se-iam nomear também os ramos da produção cuja regulação planejada já precisa ser realizada no sistema capitalista, pois os meios da concorrência impedem manifestamente o aproveitamento das possibilidades técnicas existentes (eletricidade, transporte ferroviário etc.).

O quão grandemente já estão desenvolvidos os pressupostos econômicos para uma ordem de planificação do todo da economia no seio do atual sistema econômico, isso é demonstrado indiretamente pelo fato de que mesmo o mais firme dos partidários da economia livre apela para a ajuda do Estado em situações críticas. Eles reconhecem, assim, que o mecanismo de mercado fracassa justamente no que é mais decisivo e precisa ser complementado pela intervenção estatal.

VII

Os opositores de uma nova ordem de planificação econômica tem até hoje um argumento importante do seu lado. O mal-funcionamento do

automatismo de mercado e a presença de importantes pressupostos econômicos para uma planificação ainda não demonstra que ela apresenta uma melhor performance do que o sistema de até então. Uma tal prova só poderia ser produzida, em última análise, pela prática, assim como os pregadores do princípio do *laissez-faire* na segunda metade do século XVIII só puderam verificar seus enunciados teóricos através do êxito do sistema que demandaram. Até aqui, também os defensores da ideia de planificação tem de se restringir a examinar do modo mais cuidadoso possível os argumentos contrários em sua solidez e a formular uma teoria sistemática da ordem de planificação econômica livre de contradições e adequada ao estado atual da ciência econômico-social. Ambas as tarefas apresentam dificuldades tão grandes que só podem ser enfrentadas pelo trabalho coletivo. Aqui nos limitamos a dar um panorama sumário sobre as questões polêmicas mais importantes e a indicar uma posição própria.

Contra a economia planificada se levanta em primeiro lugar a objeção de que ela é menos produtiva do que a economia de mercado atual, pois ela destruiria o mercado sem poder substituir suas funções. Sobretudo, seria impossível para a economia planificada calcular os seus custos, e sob tais condições seria "sempre ainda melhor equivocar-se nas contas de vez em quando do que simplesmente não calcular".¹⁶ Enquanto nos últimos cem anos a economia de mercado, apesar de uma grande perda da sua capacidade de atrito, satisfaz de modo sempre melhor as necessidades de uma população que cresce rapidamente, uma economia planificada precisaria se limitar a manter de pé o *status quo*, uma vez que ela não poderia apreender nem os deslocamentos das necessidades nem as modificações da técnica de um modo economicamente utilizável. Os teóricos da planificação tratam dessa objeção de três modos: a organização pelo mercado e a economia planificada não seriam de modo algum contrapostos inconciliáveis, mas, ao contrário, apenas uma economia planificada poderia aproveitar plenamente as vantagens do estabelecimento dos custos pela formação dos preços no mercado.¹⁷ A réplica à segunda objeção diz que o estabelecimento dos custos também seria possível sem o meio indireto da troca. "Assim como a troca só estabelece os preços corretos pondo-os à prova, do mesmo modo uma economia planificada rigorosa só pode realmente deslocar parcialmente bens particulares de uma produção a outra depois de planejar em larga escala sobre a determinação

¹⁶ Nachkriegskapitalismus, loc. cit., p. 19.

¹⁷ Principalmente E. Heimann, cujo escrito *Sozialistische Wirtschafts- und Arbeitsordnung*, Potsdam, 1932, se ocupa detalhadamente com essa questão.

particular dos preços e só pode descobrir de modo tateante como a dimensão de importância dos respectivos bens pode se elevar em razão da elevada utilidade da nova combinação.¹⁸ Outros teóricos chegam mesmo a oferecer a demonstração de que um cálculo "natural-econômico", que também não trabalha mais com preços fictícios, seria superior ao estabelecimento dos custos do mercado.¹⁹ Por fim, é possível objetar com O. Bauer: "A sociedade capitalista não é capaz de racionalidade social. Ela reduz o dispêndio da empresa particular sem considerar se essa redução de seus custos será superada pelo maior dispêndio dos custos sociais... Apenas numa sociedade socialista, na qual a própria sociedade dispõe dos meios de produção e a conduz, cada decisão econômica será dependente da comparação calculada da renda e do dispêndio social".²⁰

Nós também tomamos como dada, já com base na experiência atual, a possibilidade de constatar a relação dos custos e dos ingressos de modo distinto que pela troca, ainda que os métodos necessários para isso precisem ainda ser muito aprimorados até que se alcance o ótimo concebível do cômputo econômico exitoso.

Uma segunda objeção diz que, em uma economia planificada, a força pulsional decisiva da aspiração do lucro e da livre concorrência, que levaria à ativação de todas as forças econômicas, seria suprimida e a produtividade da economia se rebaixaria rapidamente. Essa objeção nos parece se apoiar em uma psicologia insustentável.

Sustenta-se, ademais, que em uma economia planificada faltaria o estímulo para a formação de capital e o capital existente seria distribuído de forma inapropriada. No entanto, justamente aqui a formação de capital poderia ser subtraída do arbítrio dos sujeitos econômicos individuais e transferida aos órgãos sociais, aos quais então corresponderia também o complexo funcional dos capitais. Investimentos mal-sucedidos seriam notados mais rapidamente e os meios para sua correção seriam significativamente mais eficazes do que são hoje.²¹ O perigo de que os progressos técnicos se atenuem em uma economia planificada é eliminado pelo fato de que a atividade inventiva nos estabelecimentos técnico-científicos

¹⁸ Landauer, loc. cit., p. 120.

¹⁹ O. Neurath, *Wirtschaftsplan und Naturalrechnung*. Berlin, 1925, em particular p. 53 et seq.

²⁰ O. Bauer, *Kapitalismus und Sozialismus nach dem Weltkrieg*, Vol. 1. Rationalisierung-Fehlrationalisierung, Viena, 1931, p. 181.

²¹ Cf. Landauer, loc. cit., pp. 121-130, que nos parece ter dito nessas páginas o decisivo sobre essa questão.

das empresas e dos Estados já hoje está amplamente racionalizada e pode-se falar quase de uma produção contínua de invenções. Ao por em prática novos procedimentos técnicos, uma economia planificada precisará dar atenção à regulação da velocidade e da dimensão da recomposição, e assim evitará as grandes perturbações e prejuízos que surgem necessariamente na tecnicização orientada ao lucro.

Outro grupo de questões polêmicas diz respeito aos princípios organizacionais de uma economia planificada. A maior dificuldade remonta ao problema de como os princípios da centralização e da descentralização podem ser associados um ao outro de modo mais adequado e funcional. Pois a exigência de uma condução central do processo econômico inteiro não pode ser compreendida de modo que toda empresa individual, em todas as peculiaridades de sua administração, fique subordinada a uma central. Não é possível dizer de uma vez por todas quais são os limites da condução centralizada, uma vez que eles são bastante diferentes em distintos graus da técnica, da unificação de processos produtivos e distributivos e da diferenciação da formação e dos conhecimentos dos administradores.

Em estreita conexão com esse problema está a proposta já acima citada de, por assim dizer, colocar o lado bom do processo feito pelo mercado a serviço da economia planificada. Assim aparentemente seria traçado um limite claro à atividade central e, ao mesmo tempo, seria assegurada a solução de um outro problema difícil, a saber, a adaptação ágil da produção aos desejos dos consumidores que dispõem livremente de sua renda. Segundo todas as experiências de até então, a transição do atual sistema à planificação econômica precisaria de início partir de instituições de mercado, pois as muitas abordagens existentes para uma economia sem mercado carecem de modificação, de harmonização recíproca e de complementação antes que as funções do mercado possam ser substituídas com sua ajuda de forma vantajosa. Nossas dúvidas se dirigem não contra a manutenção lateral da organização de mercado em uma economia de transição, mas sim contra a concepção de que, por princípio, apenas o mercado seria capaz de possibilitar os cálculos pelos quais uma política econômica racional precisaria se orientar. É típico de todas as tentativas sérias de incluir o mecanismo de mercado no edifício de uma economia planificada que o princípio da livre formação dos preços seja regularmente rompido em prol de preços "sociais" (Lorwin) ou de tais preços "ditados", que devem servir, por exemplo, a uma formação de capital decidida pela sociedade, isto é, por seus órgãos de planejamento (Heimann). A livre formação de preços encontra ainda outra limitação na maioria desses sistemas na política de crédito, que, numa economia

planificada, não precisa necessariamente guiar os capitais ao local de maior rentabilidade. Em vez disso, os órgãos de planejamento "decidem ativamente se o capital deve ser levado a um ramo da produção, que o utilizaria por conta própria como capital portador de juros. O capital só seria levado a tal ramo da produção caso a visão geral sobre o deslocamento da demanda de trabalho no quadro total da economia nacional não levasse à expectativa de nenhum risco"²² e caso não houvesse previsão de outra distribuição do capital no âmbito do plano global. Se uma tal ordem de planificação econômica adequada ao mercado é possível, é uma questão que carece de discussão abundante. Em todo caso, não se podem levantar dúvidas contra a utilização de preços no sentido de meros meios de compensação. As empresas vinculadas pela divisão do trabalho precisam ajustar as contas umas com as outras e, na medida em que aos consumidores não é atribuída sua renda "in natura", é necessário um meio para compensação dessa renda.

Dependendo da concepção sobre o tipo de economia planificada a ser posto em prática, o resultado é uma posição diferente em relação ao problema da liberdade de consumo e da questão sobre em que medida os consumidores têm de participar da determinação sobre o estabelecimento do plano econômico sobre a direção e a extensão do consumo e, portanto, da produção. Ao lado de muitas questões não resolvidas, tropeçamos aqui também com uma série de problemas aparentes, como, por exemplo, a afirmação de que um plano econômico exclui toda liberdade de consumo. Nunca houve liberdade de consumo, ao menos em sentido absoluto, para a imensa maioria das pessoas, e ela só é pensável em um grau de riqueza da sociedade que por enquanto não é realizável. Com uma liberdade de consumo limitada, não seriam de se temer, no entanto, perturbações consideráveis do plano, uma vez que as necessidades habituais nas condições médias de renda são relativamente rígidas e essa constância ainda se torna mais forte pela influência social e pela compressão da pirâmide de renda.

Se visualizarmos os distintos graus de desenvolvimento e maturidade capitalista nos países individuais, levanta-se a questão se uma economia planificada é possível em países isolados ou apenas internacionalmente e se no interior de uma economia nacional podem ser erigidos planos parciais na economia de mercado. Lederer tentou há pouco tempo mostrar que a economia livre e a planificada "são contrapostas apenas em princípio, mas não se excluem na realidade", mas chegou então ao resultado de que as vantagens de uma economia planificada só podem

²² Heimann, loc. cit., p. 39.

repercutir plenamente quando todos os ramos econômicos estão incluídos em um plano geral".²³

Também somos da opinião de que um plano parcial representa algo qualitativamente bastante distinto de um plano geral e de que só se pode falar de uma economia planificada se ao menos os ramos econômicos decisivos são regulados de acordo com um plano. Por outro lado, um sistema de planificação também poderia ser possível, em princípio, no âmbito de uma economia nacional, na medida em que ela seja capaz de superar as dificuldades que podem surgir para o plano em razão da dependência do abastecimento vindo do estrangeiro. Os perigos que ameaçam desde o lado econômico desempenham aqui um papel provavelmente bem menos importante do que os do lado político. Por meio de um poder de disposição sobre uma região relativamente autárquica, o trabalho de planejamento se torna extraordinariamente mais fácil.

Na enorme quantidade de problemas sobre a planificação, escolhemos ainda a questão se uma economia planificada é compatível com a propriedade privada dos meios de produção. Se entendermos por propriedade o poder de disposição exclusiva, então não vemos como o plano deva ser exequível se os proprietários individuais dos meios de produção tiverem a escolha de só observar as suas instruções no modo como lhes convier. Por outro lado, não haveria nenhuma dificuldade, em sentido econômico, em se manter nominalmente a propriedade privada, se o poder de disposição fosse cedido aos órgãos de planejamento. Ela teria se tornado então aquilo que hoje ela já é em muitíssimos casos, ou seja, uma pretensão mais ou menos segura a receber uma renda.

VIII

Ainda que o estado atual da teoria da planificação econômica não autorize delinear uma imagem de uma planificação detalhada em pormenores, parece-nos todavia que todos os pressupostos econômicos para sua realização estão dados.²⁴ Uma questão totalmente distinta é, entretanto, se

²³ E. Lederer, *Planwirtschaft*, loc. cit., pp. 9 et seq., 39 et seq.

²⁴ Despertará estranheza em alguns o fato de que dentre os argumentos a favor da possibilidade de uma economia planificada, não mencionamos o sistema econômico soviético. Estamos convencidos, é claro, de que a teoria e a prática da economia planificada têm muito a aprender das tentativas russas, mas precisamos, no presente

os fatos sociais igualmente importantes e, em particular, os políticos, permitem uma economia planificada em breve.

Uma economia planificada capitalista não pode ser tolerada pelos proprietários dos meios de produção já somente pelo motivo de que eles, como já mencionado acima, precisariam se despir de sua função econômica e se degradar a meros rentistas. Em nenhuma ordem social até então a mera percepção de renda aos custos da sociedade pôde se manter por muito tempo sem uma contraprestação em vista.

As perspectivas para a realização de uma economia planificada socialista são escassas, apesar de todas as possibilidades econômicas, enquanto não alcançar um grau suficiente a influência das camadas interessadas numa tal forma econômica em razão de sua condição de classe. Permanece importante, no entanto, perseguir as tendências que impelem à planificação, testar todas as possibilidades de uma tal economia e estruturar uma teoria fechada que possa servir como meio de orientação a uma futura política econômica.

estágio, recusar ao experimento russo a força probatória de que seu tipo de economia planificada seja superior economicamente – e discutimos o problema até então apenas sob esse ponto de vista – ao sistema capitalista privado. As condições sob as quais a política econômica da União Soviética está desde 1917 são, em sentido negativo e positivo, peculiares de tal modo que hoje mal é possível dizer se os êxitos ou fracassos devem ser explicados a partir das peculiaridades da situação russa ou das especificidades dos métodos de planificação econômica.

Observações sobre a crise econômica (1933)

As desconcertantes e ameaçadoras formas fenomênicas econômicas e sociais da crise econômica e os esforços incomuns e, até o momento, sempre frustrados para sua superação impelem à reflexão sobre o significado histórico desses processos. Oferecem-se inúmeras explicações que se contradizem umas às outras, mas justamente as teorias que se apresentam com a maior pretensão de autoridade são refutadas pelo fracasso das tentativas de extrair delas consequências práticas.

Este artigo reproduz ideias que surgiram nas discussões científicas e no estudo dos fatos e de uma parte da literatura teórica que se tornou opaca mesmo para os especialistas, ideias que podem ser adequadas para integrar em um nexu de inteligibilidade alguns desses fenômenos enigmáticos.¹ Ele é voltado à explicação da estrutura básica dessa crise a partir do conflito entre forças produtivas e relações de produção, que se expressa na contradição entre as possibilidades técnico-econômicas ilimitadas e o limitado objetivo de valorização do capital, que apresenta a tendência de se realizar com uma dificuldade a cada vez maior. Ademais, a compreensão sobre a necessidade de um equilíbrio econômico determinável com rigor e sobre a contingência e a instabilidade de sua realização serve como fio condutor no labirinto dos fatos e das opiniões.

Em vista do laço cada vez mais estreito entre dados econômicos e sociais, uma limitação a fatos puramente econômicos fica vedada. Esses dados nos obrigam a ir além dos limites das disciplinas, caso não queiramos nos dar por satisfeitos com enunciados muito abstratos e alheios à vida. Tentar-se-á, do mesmo modo, traçar um prognóstico do futuro econômico e social. A necessidade urgente de saber para onde vai essa viagem faz o caráter de mera probabilidade de tais previsões parecer um mal menor em face de um *ignoramus* resignado.

¹ Sou grato a Gerhard Meyer e Rudolf Katz por muitos estímulos e pela coleta de uma parte dos materiais muito volumosos que estão na base desse trabalho. F. P.

Esforçamo-nos, de início, para obter clareza sobre até que ponto essa crise é de natureza idêntica à de suas antecessoras e quais fatores condicionam a sua diferença. A partir dessas reflexões, é possível extrair conclusões sobre as perspectivas de sua superação. Para a avaliação do futuro mais distante do capitalismo, será necessário, além do mais, ponderar sobre os meios que parecem permitir superar as tensões existentes no interior do sistema sem chegar a suprimir seus fundamentos.

I

Quem, nos anos da *prosperity* americana, manifestasse a opinião de que esse movimento para adiante precisaria um dia alcançar seu fim, receberia o esclarecimento de que está preso dogmaticamente a uma antiquada teoria da crise. Crises não seriam de modo algum características do capitalismo, os colapsos econômicos prévios devem ser remontados apenas a um aumento da frequência de episódios infelizes estranhos ao sistema. Mesmo hoje, sustenta-se reiteradamente a opinião de que tanto a catástrofe americana quanto a crise mundial foram provocadas em geral por fatores “exógenos”. De fato, cooperam tantos fatores excepcionais em cada crise e cada onda de crescimento econômico que em cada caso particular pode ser dada uma explicação a partir de momentos contingentes de perturbação e de alívio.² Explicações desse tipo, todavia, não são satisfatórias, pois não são capazes de interpretar as regularidades típicas que a pesquisa de conjuntura econômica, apesar da progressiva diferenciação, sempre volta a constatar. Consideramos demonstrado que o ciclo econômico é causado “endogenamente” e que a crise provoca, no essencial, o restabelecimento violento (todavia, apenas provisório) do equilíbrio que foi necessariamente perturbado na onda de crescimento precedente.

Se, em vista de exposições minuciosas como as que foram publicadas nos últimos anos pela Liga das Nações ou pelo Instituto de Pesquisa Econômica alemão (*Institut für Konjunkturforschung*),³ consideramos de modo

² J. Schumpeter em: *Der Stand und die nächste Zukunft der Konjunkturforschung*: Festschrift für Arthur Spiethoff. Munique, 1933, p. 263.

³ *Le cours et les phases de la dépression économique mondiale*, publicado pelo Secrétariat de la Société des Nations, Genebra, 1931 (Autor: B. Ohlin); *Société des Nations, Situation économique mondiale 1932/33*, Genebra, 1933 (Autor: J. B. Condliffe); *Vierteljahrshefte für Konjunkturforschung*, Berlim;

imparcial e sem preconceitos os fenômenos de crise e os comparamos com os esquemas econômicos típicos,⁴ então sobressai a forma como muitas das suas características essenciais apresentam uma concordância exterior. Também desta vez foi um ensejo externo, a quebra da bolsa de Nova Iorque (em 1873 houve uma quebra análoga em Viena), que conduziu ao fim da situação econômica anterior de investimentos.

Esse colapso, que não é explicável pelo seu ensejo imediato, mas apenas pela instabilidade já antes existente da economia como um todo, dispara o mecanismo típico de crise: limitação da produção, demissão de trabalhadores, estagnação das vendas, queda dos preços, contração do sistema de crédito, suspensão dos pagamentos, crise de confiança, falências. O processo de “purificação”, isto é, de uma erradicação das “desproporcionalidades” por uma aniquilação física ou do valor de uma parte dos meios de produção e dos produtos está em curso. Assim, surge paulatinamente um novo equilíbrio, que se exprime num deslocamento da relação entre custo e preço na direção de uma nova rentabilidade e, juntamente com a acumulação de capital líquido, constitui um pressuposto para a recuperação. As “forças da natureza” da crise também não se detiveram anteriormente ante as empresas “saudáveis”. Aquilo que se chama hoje de “autodeflação” e que constitui um objeto central de conflito na teoria da crise pode ser observado também nas crises anteriores (ainda que não com a severidade atual): o “processo de purificação” produz as mais fortes quedas dos preços, que provocam falências e, assim, execuções judiciais e novas quebras, de tal modo que se cai outra vez num círculo vicioso. O capital líquido frequentemente não é reinvestido, uma vez que o aparato produtivo existente e as provisões já parecem grandes demais. Muitos preços caem abaixo do nível em que a produção ainda é rentável mesmo para as empresas mais fortemente racionalizadas, e muitas empresas que nem são supérfluas nem tem sua confiança posta em cheque são ameaçadas por um mecanismo de crise extremamente brutal.

Muitas vezes já se apontou para o fato de que representações contemporâneas de crises anteriores são lidas como variações de determinadas fases da crise atual; em alguns pormenores, essa concordância vai até grau mais ínfimo.⁵ Com tudo isso, no entanto, pode-se mostrar apenas

E. Wagemann, *Struktur und Rhythmus der Weltwirtschaft*, Berlim, 1931.

⁴ Por exemplo, com o de Mitchell (*Business Cycles*, Nova Iorque, 1927) ou Spiethoff (*Art. Krisen in Handw. d. Staatsw.* IV. Aufl.).

⁵ Cf., por exemplo, M. Wirth, *Geschichte der Handelskrisen*, Frankfurt a. M., 3a. ed., 1883; ademais, na literatura mais recente: Wagemann, op. Cit.; J. Leseure, *Des crises générales*

que o estado atual acusa grandes semelhanças com o anterior, semelhanças que justificam que se assumam causas condicionadas sistemicamente e já conhecidas desde as crises do século precedente.

Ora, é óbvio, todavia, que a crise econômica que assola os Estados Unidos desde o fim do ano de 1929 e que progressivamente se apoderou de quase todos os países⁶ ultrapassa em muito todas as crises precedentes em gravidade, duração, assim como em abrangência geográfica e dos setores atingidos. Em muitos aspectos, a crise que irrompeu em 1873 e que só foi superada aproximadamente em 1879, ou, segundo alguns autores, apenas ao redor do fim dos anos 80 [do século XIX] ou ainda mais tarde, é a que se mostra com maior semelhança com a atual. Ela cobriu todos os países europeus e a maior parte dos ramos da economia. Os preços de mercadorias individuais apresentaram uma pesada queda, e sobretudo o preço do aço, que em seu momento mais alto, no ano de 1873, fora registrado em 116 xelins e 11 pênis e em 1879 despencou para 47 xelins. Mas aqui se trata de um caso excepcional, caracterizado pela combinação de uma estagnação das vendas com uma redução extraordinária dos custos de produção. O preço do aço influencia muito fortemente, por conseqüência, o índice de preços das matérias-primas industriais, que foi na Alemanha em 1873 de 123,8 e em 1878 de 69,7 (1913 = 100).⁷ Outras cifras ficam bem aquém das de hoje. Assim, as exportações inglesas de 1873-79 caem em termos de valor em 25%, contra um retrocesso de aproximadamente 40% em 1929/32 para o Reino Unido e ao redor de 60% em 1929/32 para os Estados Unidos. A cifra de membros de Trade Unions desempregados alcança seu máximo com 11,4% em 1879, enquanto a *American Federation of Labor* conta entre seus membros com 35% de desempregados em tempo integral e 20% de empregados de curta duração em 1932.⁸ Apesar de os salários terem caído consideravelmente em ramos particulares da indústria, na Inglaterra eles se reduziram de 108 em 1873 para 102 em 1879, para então permanecer razoavelmente constantes até 1887 (base 1867-77=100),⁹ enquanto o índice dos salários norte-americanos e alemães de

et périodiques de surproduction, 4a ed., Paris, 1932; o relatório da Sociedade das Nações de Ohlin, op. cit., p. 308 et seq. Dois artigos recentes na *Weltwirtschaftlichen Archiv* [Arquivo de economia mundial] de outubro de 1933 são instrutivos sobre a crise de 1857, em razão de um material parcialmente não publicado até então.

⁶ A União Soviética, o Japão e a Palestina constituem as únicas exceções.

⁷ Wagemann, op. cit., p. 236. Lá se encontram outras indicações numéricas, assim como nas obras citadas na nota de rodapé n. 5, supra.

⁸ *Annuaire Statistique de la Société des Nations 1932/33*, Genebra, 1933.

⁹ Segundo G. D. H. Cole, *British Trade and Industry, Past and Future*, London, 1932, p. 99.

1930 até o fim de 1933 mostra uma redução de 20%; e aqui a redução efetiva dos salários nominais é apenas parcialmente apreendida, em razão de métodos insuficientes de cálculo.¹⁰ A severidade da crise atual torna necessária uma explicação especial. Tentou-se oferecer uma tal explicação com a “teoria das ondas longas”. Segundo essa teoria, os ciclos econômicos de oito a dez anos se moveriam em um sistema “secular” de forças direcionadas ascendentes e descendentes, e, se o colapso econômico colide com um vale da onda no sistema de ondas longas, chega-se a uma crise particularmente grave. Uma coincidência assim teria ocorrido nos anos setenta do século passado e ocorre no momento atual. As demonstrações que foram oferecidas para essa hipótese, com grande dispêndio de esforços, se apóiam em generalizações improcedentes de fatos isolados.¹¹ É preciso buscar, portanto, uma melhor explicação para o caráter excepcional da crise.

¹⁰ Société des Nations, *Situation Économique Mondiale 1932/33*, Genebra, 1933, p. 112. Na investigação dos salários reais, esse relatório chega um resultado que diz respeito apenas a uma pequena camada e é enviesado mesmo quanto a ela em razão da insuficiência dos índices do custo de vida, a saber, o resultado de “*qu’il n’est guère douteux que la plupart des salariés travaillant d’une façon permanente a horaire normal, a des taux standards, ne soient, si l’on néglige la perte des gains additionnels que fournissent les heures de travail supplémentaires, dans une situation bien meilleure qu’en 1929*” [“que quase não há dúvidas de que a maior parte dos assalariados que trabalham permanentemente e com horário normal, em taxas padrão, não estão, se deixamos de lado a perda dos ganhos adicionais fornecidas pelas horas de trabalho suplementares, em uma situação muito melhor do que em 1929”]. O desenvolvimento do poder de compra de todos os assalariados é especialmente importante como sintoma de crise, e o próprio relatório indica que há um enorme declínio aqui. Para a indústria de processo nos Estados Unidos, citam-se as seguintes cifras na publicação da Repartição Internacional do Trabalho (Relatório do diretor, Genebra, p. 45):

	1929	1932 (Outubro)
Soma total dos salários	100,5	39,9
Índice do custo de vida	100	78,1
Poder de compra	100,5	52,4

Isso significa, então, uma redução da soma dos salários de mais de 60% e do poder de compra de quase 50%.

¹¹ As explicações de Wagemann sobre esse problema em sua obra (de resto, obra excelente, aqui várias vezes citada) possuem um caráter deveras metafísico. O mesmo vale para o papel assinalado à teoria das ondas longas no livro de J. Dobretsberger, *Freie oder gebundene Wirtschaft* (München, 1932), que vale a leitura.

II

A convicção de que o ciclo econômico é provocado “endogenamente” não exclui que fatores “exógenos” o modifiquem consideravelmente. Se os focos “externos” de perturbação são rejeitados como única explicação para a crise, eles ainda podem ser admitidos como fundamentos para as suas peculiaridades. Dois desses fatores “casuais” desempenham claramente um papel decisivo no agravamento da crise: a Guerra Mundial, com todas as suas consequências econômicas e políticas, e a revolução da técnica agrícola.

As perturbações provocadas pela Guerra Mundial foram descritas tão minuciosamente que aqui basta uma enumeração sumária das mais importantes.¹² A guerra elevou extraordinariamente a força produtiva de todo o mundo e, ao mesmo tempo, em razão da destruição da divisão internacional do trabalho (industrialização de novos países, demarcação de novas fronteiras políticas etc.) e da confusão das relações internacionais de crédito (como consequência de dívidas de guerra e reparações), dificultou em muito o estabelecimento de um novo equilíbrio. Isso se deu de modo mais agudo pela primeira vez quando foi coberta a necessidade represada de renovação da maquinaria e das mercadorias no pós-guerra¹³ e, mais tarde, na irrupção da crise na Europa em 1931, quando não havia mais nenhum empréstimo privado à disposição para o financiamento dos pagamentos políticos. Os graves abalos que resultaram disso criaram uma atmosfera da maior insegurança política e econômica, que exerceu uma influência devastadora sobre o mecanismo nacional e internacional de crédito, de todo modo já perturbado pelas consequências da guerra. Ao tomar medidas em favor de seus próprios interesses monetários e de vendas, cada país prejudica os interesses da maior parte dos demais, de modo que se produzem, ao fim, um caos terrível e tensões políticas perigosas. O colapso econômico “normal” ocorreu sob condições excepcionais, sob as quais se carecia em grande parte dos fatores de elasticidade antes existentes. Nessa instabilidade de todas as relações econômicas e políticas elevada a seu mais alto grau, o capital que se tornou fluído no processo da crise não é reinvestido, mas se refugia em investimentos de curto prazo ou é acumulado em entesouramentos de ouro

¹² A respeito das particularidades, cf. os capítulos correspondentes de Sir Arthur Salter, *Recovery*, London, 1932; B. Ohlin, *op. cit.*; A. H. Hansen, *Economic Stabilization in an Unbalanced World*, New York, 1932.

¹³ Na grave crise de 1921, que, no continente europeu, foi ocultada pela inflação.

totalmente anacrônicos.¹⁴ Produz-se a situação grotesca de que países grandes mal sabem como se defender dos efeitos catastróficos exercidos pela retirada da sua inteira vida econômica do capital errante de curto prazo. Ocorre então que o mecanismo “normal” de mercado e de crise não funciona mais corretamente, pois os pressupostos para um decurso normal parecem ter sido infringidos por toda parte em razão de conseqüências diretas ou indiretas da guerra. Em muitas partes o Estado precisa intervir para evitar o pior, e cai-se em um intervencionismo não planejado que aumenta ele próprio a insegurança geral e opera como fator de perturbação “político”.

A essa imagem, esboçada em traços largos, ainda é necessário adicionar as devastações ocasionadas pelo segundo foco de crise, um foco “acidental” e aparentemente independente do primeiro: a crise agrícola. Provocada diretamente pela revolução da técnica agrícola no ultramar, ela intervém dos modos mais variados no decurso do processo econômico de todos os países. A existência econômica da população rural é ameaçada por uma superprodução jamais vista e que, depois de mesmo as tentativas de valorização colapsarem em preços desastrosos, só pode ser compensada parcialmente; abalou-se severamente o edifício creditício dos negócios agrários; e as relações de comércio exterior dos Estados com dívidas no setor agrário e seu balanço de pagamentos sofrem uma deterioração catastrófica. Para os verdadeiros beneficiários, os consumidores de bens agrícolas, a vantagem do barateamento inicial é, em regra, compensada por outras desvantagens, em particular pelas conversões, que necessariamente geram prejuízos.¹⁵

Num exame mais próximo desses dois focos “casuais” de perturbação, agravantes da crise, impõe-se logo a questão se eles de fato devem ser julgados como “casuais” e “extraordinários”. De início, mostra-se que não se trata de duas perturbações de tipos distintos, uma vez que a revolução precipitada da técnica agrícola obviamente representa apenas um caso especial das conseqüências da Guerra Mundial. Os elevados preços de guerra dos cereais e dos salários dos trabalhadores do campo proporcionaram a base econômica da revolução da técnica agrícola; o desenvolvimento da casa de máquinas, a sua base técnica. Aqui, levantam-se de imediato novas questões: a tecnicização da agricultura e vários outros processos indicados

¹⁴ O relatório da Sociedade das Nações 1932/1933 estima essas reservas privadas em 1,3 bilhões de dólares em ouro. Op. cit., p. 326.

¹⁵ Para os detalhes, cf. O supracitado memorando de Ohlin, assim como o notável estudo do mesmo autor no *Weltwirtschaftliches Archiv*, Julho 1932: *Ungelöste Probleme der gegenwärtigen Krise*.

comumente como consequências da guerra (p. ex., a industrialização de países fora da Europa) não começaram já muito antes da guerra?¹⁶ E a própria guerra é realmente apenas um fator político “estranho ao sistema”?¹⁷ É possível mostrar que os assim chamados fatores políticos se desenvolveram a partir das condições econômicas e sociais do capitalismo e que eles emergem como forças aparentemente independentes com mais frequência na medida em que o sistema capitalista se torna menos elástico e suas tensões internas crescem. Pode-se assumir que a velocidade do desenvolvimento, a data da emergência, o modo particular de coincidência dos fatores agravantes da crise, assim como determinados erros da política e da política econômica podem contar, em certo sentido, como extraordinários e casuais. Mas é errôneo caracterizá-los como “estranhos ao sistema”, pois novos focos de perturbação por assim dizer casuais precisam sempre surgir necessariamente das tensões internas do sistema capitalista.

A Guerra Mundial e os tratados de paz produziram diversos fatores de perturbação “extraordinários” como esses, a partir dos quais é possível explicar parcialmente a profundidade da crise e a dificuldade de se superá-la. Além disso, puseram em curso e aumentaram a velocidade de contínuas transformações na estrutura do sistema capitalista, que colocaram em questão permanentemente o funcionamento “normal” do mecanismo de mercado e de crise.

III

“Por todo o espectro dos esforços e das necessidades humanas, a procura e a oferta se ajustam sem que ninguém precise estimar uma delas ou planejar a outra. O produtor individual buscou tateantemente seu caminho para um mercado novo ou em expansão... não foi guiado por uma avaliação do mundo da demanda e da produção, mas pelo índice em movimento dos preços em constante mudança. Se ele e seus competidores fizessem mais do que aquilo que consumidor compraria em todos os mercados que eles pudessem alcançar, os preços cairiam; os produtores menos eficientes e

¹⁶ Cf., sobre isso, a obra elaborada e organizada pelo Institut für Weltwirtschaft und Seeverkehr da Universidade de Kiel: *Der deutsche Aussenhandel unter der Einwirkung weltwirtschaftlicher Strukturwandlungen*, 2 v., Berlin, 1932.

¹⁷ É pouco conhecido o fato de que a Guerra Mundial teve início imediatamente antes da irrupção de uma crise econômica provavelmente gravíssima.

localizados nas posições menos vantajosas perderiam e seriam lançados para fora; com o tempo, a oferta cairia então abaixo da demanda; os preços subiriam; e, um pouco mais tarde, a perspectiva de lucros mais elevados atrairia mais capital e empreendimentos para a produção. Assim, oferta e demanda oscilariam ao redor de um ponto de equilíbrio central, ainda que em movimento – amarradas a ele por um vínculo elástico, mas limitado. Aqueles que planejaram empresas em qualquer esfera não tanto veriam, mas sentiriam o seu caminho para o mercado... nenhum campo de visão estendido foi nem necessário nem possível. A produção e a distribuição foram ajustados por um processo automático, elástico e que reage à ação”.¹⁸

Essa canção de glorificação ao sistema econômico liberal se encontra em um obituário escrito por um dos mais importantes economistas ingleses. Se abstrairmos do fato de que em discursos fúnebres é costume exagerar os méritos do falecido e tivermos em mente que as palavras de Salter enfatizam bem mais o modo como o funcionamento foi pensado do que as “perdas por atrito” que ele custou, essas frases oferecem uma boa visão de uma parte dos pressupostos externos para o curso do mecanismo de mercado. Empresários relativamente pequenos eram característicos em todos os ramos da economia, e por bem ou por mal eles seguiam com considerável obediência o comando dos preços que caíam ou subiam; o capital podia ser retirado de modo comparavelmente fácil de um ramo econômico sobrecarregado e levado a um mais rentável. Se acrescentarmos ainda (como Salter faz em outro lugar) que o dinheiro e o crédito funcionavam, em geral, de modo razoavelmente confiável, que grandes mercados no ultramar estavam abertos e que surpresas na política de comércio exterior aconteciam raramente, então temos em linhas bem gerais um esboço das condições sob as quais a economia (no entanto, com as mais graves e nunca consideradas “perdas por atrito”) sempre voltou a encontrar automaticamente o seu equilíbrio.

Desses pressupostos restaram apenas os escombros, e, quando falamos de uma “mudança estrutural”, deve ser dito que nessa mudança dos “dados” não se trata de uma manifestação passageira de crise, mas antes de fatos irreversíveis. Dentre eles, nomeamos aqui apenas os mais importantes e apenas na medida em que desempenham um papel considerável para o agravamento da crise e da dificuldade de superá-la.¹⁹

¹⁸ Sir Arthur Salter, *op. cit.*, p. 10 et seq. Citação em inglês no original.

¹⁹ Cf., sobre isso, “A situação atual do capitalismo e as perspectivas de uma nova ordem de planificação econômica”, neste volume, p. 32 et seq.

Em primeiro lugar está o deslocamento do peso econômico para as empresas e firmas grandes e conglomerados de empresas. Ainda que as empresas pequenas e médias sejam significativas em número, em todas as decisões importantes (a não ser que considerações políticas particulares sejam introduzidas), são as grandes unidades que tem voz.²⁰ Estas aspiram ao domínio do mercado pelo monopólio e tem a vontade e o poder para, no interior de limites amplos, opor resistência à imposição anônima dos preços. No entanto, elas não podem seguir essa imposição sem sofrer graves prejuízos, pois sua dimensão técnica e organizatória as torna inelásticas. Sabe-se do papel nefasto desempenhado pelos “custos fixos” nas grandes empresas, que as obriga a eliminar por conta própria o mecanismo de concorrência por todos os meios imagináveis dentro e, se possível, fora das fronteiras do país. O único meio político-econômico à disposição do liberalismo, o “parafuso de desconto”,²¹ é impotente em face dos lucros e prejuízos que estão em jogo para as grandes unidades. Por meio de uma tal resistência, as desproporcionalidades, que precisariam surgir de um modo ou de outro, se agravam significativamente. O poder dos diretores dos trustes e dos cartéis de definir acerca da utilização de grandes massas de capital próprio e alheio²² age na mesma direção, com todas as consequências de investimentos mal feitos ou ao menos de expansões excessivas de capacidade. O mecanismo de concorrência entra em completa desordem ainda em razão de as grandes unidades poderem não apenas decidir sobre política econômica, mas também estar asseguradas pelo subsídio financeiro do Estado em qualquer situação crítica. A principal função da crise econômica, o

²⁰ Por grandes unidades, compreendemos aqui tanto a grande empresa individual quanto as associações, cartéis e consórcios econômicos que aparecem como unidades econômicas; além disso, até o momento e com determinadas restrições, também os sindicatos.

²¹ “A condução indireta do mercado monetário acontece principalmente pelo exercício de influência na circulação dos meios de pagamento em vista de um estreitamento ou uma fluidificação geral desse mercado. Isso se dá, por exemplo, pela regulação do dinheiro para crédito (i.e., em particular da circulação de letras de câmbio) por meio do “parafuso de desconto” [*“Diskontschraube”*]: o aumento do desconto (i.e., dos juros dos papéis do Banco Central) encarece e a sua redução barateia o crédito, de modo que, em regra, restringem-se os empréstimos no primeiro caso e eles se elevam no segundo.” (Walter Wedding, *Grundzüge der Allgemeinen Volkswirtschaftspolitik*, Wiesbaden, 1966, p. 107 (N.T)).

²² É um fenômeno conhecido que, em regra, a disponibilidade de oferta de crédito por parte de quem empresta cresce mais rápido do que a capacidade de solver as dívidas do tomador do empréstimo à medida que o capital próprio deste aumenta.

restabelecimento das proporcionalidades que sofreram perturbações, é assim impedida, o nível mais baixo da crise econômica perdura por mais tempo e multiplicam-se suas devastações. As crescentes dimensões e a estabilidade do capital fixo necessárias para uma empresa tornam a cada vez mais difícil, ademais, a migração necessária do capital de um ramo econômico a outro, assim como a imigração de capital novo. A regulação automática do equilíbrio econômico se apoiava nessas transferências de capital, que eram reguladas pela rentabilidade relativa dos ramos econômicos particulares.

Mesmo deixando-se de lado a sua vinculação com as tendências reais de concentração econômica, o desenvolvimento da técnica deve contar também como umas das modificações estruturais mais molestas. Desde a Revolução Industrial, cada geração tem se maravilhado com as conquistas da técnica. Todavia, desde a guerra, em razão da cientificização dos métodos de produção e dos meios postos à disposição pelas “grandes unidades” para a racionalização sistemática que as atravessa por inteiro, esse desenvolvimento atingiu uma velocidade que já superou há muito tempo o do mecanismo de mercado do qual ele emergiu. A produção em massa, com presença intensificada do capital e presença humana reduzida, aumenta em importância e, com ela, o perigo de uma superprodução contínua e do desemprego “estrutural”. Cresce a parcela da produção total representada pela produção de meios de produção e isso, por sua vez, torna igualmente a totalidade do sistema mais sensível a crises.²³ Por fim, a maquinaria se apoderou da agricultura e nela introduziu revoluções que só são comparáveis a abalos tais como a substituição do tear manual pelo tear mecânico. Isso significa, entretanto, que uma parte da economia até então relativamente pouco sensível a crises e que, durante a depressão, pôde atuar de modo a mitigá-la, de agora em diante terá ela mesma de suportar por inteiro o impacto da crise.

Outra modificação estrutural decisiva é a quebra, evidentemente definitiva, do monopólio da Europa e dos Estados Unidos na provisão mundial de mercadorias industriais. Repete-se assim em escala bastante ampliada um processo que foi descrito cinco anos atrás da seguinte forma:

“A teoria do livre-câmbio fundava-se numa hipótese: a Inglaterra tornar-se-ia o único grande centro industrial de um mundo agrícola - e os fatos desmentiram inteiramente essa hipótese. As condições da indústria

²³ Cf. Frederick C. Mills, *Economic Tendencies in the United States*, New York, 1932, p. 533.

moderna, isto é, a energia vapor e a maquinaria, podem ser criadas onde quer que exista combustível, isto é, o carvão; e outros países, além da Inglaterra, o possuem: a França, a Bélgica, a Alemanha, a América e mesmo a Rússia. Ademais, os habitantes desses países não viram nenhuma vantagem em serem reduzidos à condição dos irlandeses, exceto para a maior glória e riqueza dos capitalistas ingleses. Por isso mesmo, construíram fábricas e começaram a produzir artigos industriais para si e para o resto do mundo e, por conseqüência, rompeu-se definitivamente o monopólio industrial que a Inglaterra detivera por quase um século.”²⁴

Se, no lugar de energia a vapor e carvão, colocamos eletricidade, e no lugar de europeus, países asiáticos, ganhamos uma boa imagem do que se desenrola no mercado mundial. Produtos têxteis, relógios e outros artigos de primeira necessidade japoneses e tecidos indianos batem a concorrência europeia nos mercados asiáticos e sul-americanos; galochas malásias e lâmpadas e sapatos japoneses penetram até mesmo na Europa, apesar da elevada barreira alfandegária. Enquanto a capacidade de produção europeia e americana de artigos em massa cresceu gigantesicamente, antigos compradores ameaçam ao mesmo tempo se tornar concorrentes muito perigosos. A saída em tempos de crise oferecida até então pela exportação de capital e pela abertura de novos mercados se tornou assim dificilmente praticável. As perturbações da divisão internacional do trabalho são a uma só vez consequência e causa de um protecionismo crescente que, além disso, experimenta continuamente novos impulsos a partir da necessidade das grandes unidades de se assegurarem uma grande saída de vendas do modo mais duradouro possível.

Com tudo isso, só aludiu-se a uma parte das modificações irreversíveis. Um estudo particular mostraria que ocorreram transformações de longo alcance em inúmeras outras áreas: no sistema de crédito, nos métodos de venda de mercadorias, na composição e na variabilidade das necessidades da massa, no movimento da população (para mencionar ao menos alguns pelo nome). Junto com as explicações precedentes, essas transformações tornam compreensível por que o mecanismo liberal de mercado, que emergiu com base em outros pressupostos e que funcionou relativamente bem, hoje não

²⁴ Friedrich Engels, Prefácio à edição alemã de 1892, in: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 355. (tradução corrigida).

está mais à altura das tarefas que deveria cumprir. Todos os indícios dão mostras de que seria um esforço vão tentar restabelecer os pressupostos técnicos, econômicos e social-psicológicos de uma economia de mercado livre. Essas modificações estruturais, indicadas aqui apenas sumariamente, provocam uma intensificação da sensibilidade a crises do sistema como um todo. Será preciso contar, no futuro, não apenas com crises que tendem a se tornar cada vez mais severas, mas também com uma sucessão mais rápida de crises em razão da crescente aceleração dos processos produtivos,²⁵ que são decisivos no decurso econômico.

IV

Foram feitas incontáveis sugestões para a superação da crise econômica. Tem-se uma escala policromática de projetos, desde as advertências dos liberais ortodoxos de que a única salvação está no *laissez-faire* integral em todas as áreas da atividade econômica e de que dever-se-ia depositar confiança nas comprovadas capacidades do sistema de curar a si mesmo, até a exigência de reforma e de reconstrução radical de planificação econômica.²⁶ Discutimos aqui brevemente algumas das medidas político-econômicas cuja efetivação está previsivelmente por vir ou que ao menos são possíveis de imediato sem intervenções pesadas em demasia, e consideramos então nos próximos parágrafos os meios em princípio utilizáveis para a superação da crise no presente.

Depois de quatro anos de devastações inimagináveis, a “autocura” progrediu tanto que já não parece uma tarefa insolúvel concluir ao menos o “ajuste” através de uma série de intervenções e, com isso, obter os pressupostos necessários para uma recuperação digna do nome. Faz parte dessas intervenções, sobretudo, uma revisão minuciosa das relações de

²⁵ A tendência à diminuição das pessoas envolvidas no processo econômico combinada com a lucratividade crescente do modo de produção moderno e a maior durabilidade dos produtos de massa tem por consequência que o limite relativo de saturação é atingido em cada caso muito rapidamente. Automóveis, seda artificial e rádio, mas também muitos dos produtos mais baratos das cadeias de lojas de departamento são exemplos típicos. Cf. também D.H. Robertson no *Festschrift* para Spiethoff, op. cit., p. 240 et seq.

²⁶ Uma apresentação sistemática do tipos principais pode ser encontrada em G. Colm, *Die Krisensituation der kapitalistischen Wirtschaft. Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, julho 1933.

dívidas de crédito, em particular no caso das dívidas agrícolas e políticas que há algum tempo fluem nos e entre os Estados mais importantes.²⁷ Em todo caso, são estritamente necessários a ordem do sistema monetário e, vinculado a ela, o cuidado com o equilíbrio orçamentário em cada Estado. Apenas um governo forte, capaz de deixar de lado interesses secundários sem escrúpulos, pode conseguir tal coisa. Um governo assim é ainda necessário para distribuir os tributos e manter os salários em um grau tal que a rentabilidade da atividade econômica não fique ameaçada, ao menos por este lado. Certos acordos internacionais também são necessários para eliminar uma parte das inibições para uma reelevação. O fracasso da Conferência Econômica Mundial de Londres não prova nada contra a possibilidade de tais acordos. Lá, fixaram-se objetivos de pretensões muito elevadas e esqueceu-se de que o tempo do livre comércio ficou de uma vez por todas para trás e que, em razão da diversidade das condições de produção, acordos sobre a sua limitação (exceção feita a algumas matérias-primas) precisariam exigir sacrifícios intoleráveis justamente dos mais fortes.²⁸ O momento escolhido também não podia ser menos favorável, pois não se pôde contar com a colaboração ativa dos EUA, na medida em que lá não se havia, até certo ponto, dominado a situação sumamente ameaçadora no próprio país. Num momento posterior, quando, nos países mais importantes, concluiu-se o “ajuste interno” e as vantagens do dumping de moeda estrangeira²⁹ se convertem no contrário em razão de seu uso generalizado, um acordo internacional sobre a estabilização da taxa de câmbio pode bem ser do interesse de todos os Estados. Outros acordos internacionais para a facilitação do comércio exterior também são concebíveis, mas é de se prever, por motivos ainda a serem discutidos, que serão fechados apenas para determinados grupos de Estados. Com a restauração da estabilidade monetária, que, com a satisfação das condições

²⁷ Deixando-se de lado a anulação declarada, o meio mais drástico de desvalorização de dívida, a inflação, é aplicado hoje (outubro de 1933) nos EUA por todo tipo de caminhos indiretos. A anulação parcial sem declaração de falência ocorreu na Alemanha no contexto das medidas da *Osthilfe* (“ajuda ao leste”: política de subsídios agrícolas às províncias prussianas do leste na época da República de Weimar).

²⁸ As fortes divergências de interesse, que persistem em todo caso, se agravam significativamente se se considera a indústria da guerra (para a qual paulatinamente precisava passar a contar todos os ramos maiores da produção, incluindo a agricultura), na qual todo Estado grande deseja conservar uma capacidade de produção a maior possível.

²⁹ Isto é, a prática de obter vantagens na balança comercial pela desvalorização da própria moeda (N.T.).

acima nomeadas, poderia se fazer acompanhar de um retorno da confiança, tornar-se-ia absurdo manter improdutivos inúmeros bilhões de capital fluido em ouro ou créditos de curto prazo. A “pletora” de capital monetário, que há muito se sabe ser o mais visível sintoma de que a crise transformou-se em depressão, finalmente se expressará, junto com a disposição retornada dos capitalistas para fazerem novos investimentos, também em uma queda das taxas do crédito de longo prazo e das participações de toda espécie. No que diz respeito à sobre capacidade, de modo algum eliminada pela crise, em todos os ramos importantes da economia, a acomodação de tais capitais em busca de investimentos nos principais países industrializados esbarrará de início em dificuldades.³⁰ Aqui se abre, no entanto, o extenso terreno da abertura intensiva dos mercados de partes inteiras da Terra. África e Ásia³¹ ainda são capazes de absorver enormes montantes de capital e a política da “*valorisation des colonies*” pode servir de base para uma expansão extraordinária dos mercados. Pode-se facilitar consideravelmente o processo se for concedida garantia estatal aos empréstimos e à entrega de mercadorias. Subestima-se habitualmente a capacidade de absorção de novos capitais de tais países. Sabe-se que na China, fora dos poucos centros comerciais, ainda há carência de tudo. Na África (onde amplas regiões se tornaram novamente acessíveis pelo combate exitoso à doença do sono),³² a construção sistemática de estradas, estradas de ferro e centrais elétricas pode dar outro aspecto a toda essa parte da Terra. Mesmo a Índia, um país colonizado já há bastante tempo, oferece um espaço imenso para novos investimentos e, assim, para mais um mercado para meios de produção e de consumo.³³ A inclusão plena da produção agrícola no sistema capitalista pode desempenhar um papel

³⁰ O elevado estado técnico do aparato produtivo torna inverossímil que, como foi o caso na superação da crise anterior, a introdução de novos métodos de produção de maior intensidade de capital desempenhe um papel considerável nas velhas indústrias.

³¹ Também a União Soviética. França e EUA parecem decididos a tirar proveito dessa possibilidade.

³² Trata-se de outro nome para a tripanossomiase africana, transmitida pela mosca tsé-tsé (N.T.).

³³ “A maior parte dos 500.000 vilas ainda não possuem estradas pavimentadas ou ferrovias, os pontos dos correios se encontram muitas milhas afastados uns dos outros, e ainda mais os de telégrafos. Com exceção do noroeste, todo o país é dependente das monções, e as principais operações de agricultura são determinadas e tem data marcada por esse fenômeno. A menos que uma irrigação perene esteja disponível, as condições climáticas restringem as operações da agricultura de alguns meses até o ano inteiro”. *Report of the Indian Statutory Commission*, vol. I, London, 1930 (p. 16). Cf. também *Report of the Royal Commission on Agriculture in India*, London, 1928.

relevante no processo de ajuste do consumo, pela abertura de novos mercados, ao aparato de produção antecipadamente existente. Num primeiro momento, a revolução técnica na agricultura agravou consideravelmente a crise. Com o tempo, no entanto, a diminuição dos custos por ela provocada pode se exprimir em um poder de compra aumentado, em particular para produtos agrícolas beneficiados e mercadorias industriais. Por outro lado, as economias camponesas, protegidas em muitos países pela intervenção estatal contra as “perdas por atrito” de uma adaptação às circunstâncias modificadas, são, por fim, forçadas a se adequar a um modo de produção racional, calculadamente planejável e capaz de fazer uso de todos os meios técnicos aplicáveis. Esse processo, que tende a uma supressão da diferença das condições de vida da cidade e do campo, está hoje apenas em seu começo. Sua imposição significa uma expansão considerável do mercado das indústrias tanto de meios de produção quanto (mais tarde) de meios de consumo.

Entretanto, com a execução das medidas de ajuste e com a possibilidade assim obtida de abertura de novos mercados ainda não ocorreu tudo o que é necessário para a superação de uma crise grave. Segundo as experiências prévias, para isso é preciso uma “ignição inicial”, como, por exemplo, foi o caso, em 1848, da descoberta de novas áreas auríferas ou, no fim do século [XIX], da marcha triunfal da eletricidade. Discute-se sobre o que poderia hoje cumprir a função de uma tal “ignição inicial”: a remissão de grandes trabalhos públicos (Alemanha, França), o aumento dos preços por meio de políticas monetárias e de crédito para liberar os mercados dos estoques que pressionam os preços, a elevação dos salários (a velha exigência dos sindicatos) ou uma combinação dessas e de outras medidas (o programa de Roosevelt). O fato de acreditarmos que não devemos esperar que, como foi o caso antes, ocorra uma ignição inicial “acidental”, mas por toda parte considerarmos que é preciso superar a depressão com intervenções “artificiais” é uma expressão dos graves riscos e das condições sistêmicas modificadas. Depois de ter sido eliminada grande parte dos pressupostos para o funcionamento do mecanismo de mercado, são necessárias intervenções especiais para superar situações críticas, mas também para tornar menos sensível a perturbações o sistema como um todo. Dessas, fazem parte as inúmeras intervenções do Estado em todos os âmbitos da atividade econômica, em particular o fomento de todas as fusões econômicas (o que Roosevelt reconheceu corretamente) e uma política de crédito orientada para a política econômica e que não se acanhe diante de um controle dos investimentos (Keynes, Salter). Nesse contexto, a política de comércio exterior, em particular, desempenha um papel decisivo e de graves

consequências. Pois ultimamente pergunta-se sempre mais frequentemente se, em vistas dos perigos que as relações de comércio exterior trazem para todos os países, é em geral desejável o restabelecimento do mercado mundial desequilibrado. O partido dos autarquistas ganhou há pouco tempo um filiado tão inesperado como J. M. Keynes.³⁴ “Que os bens sejam produzidos na pátria”, explica ele, “sempre que isso for possível de modo razoável e prático e, principalmente, que as finanças sejam fundamentalmente nacionais”. Segundo Keynes, a paz seria hoje mais favorecida pelo isolamento econômico do que pelo seu contrário. E embora a autossuficiência nacional tenha um custo, haveria boas razões para prestar-se esse luxo. Ademais, a técnica teria chegado tão longe que os modernos produtos de massa poderiam ser produzidos em quase todos os países e climas com mais ou menos o mesmo êxito.³⁵ É certo que isso não quer dizer que uvas e algodão sejam cultivados na Inglaterra, mas tampouco que devem ser comprados do “exterior”. A consequência lógica dessa postura é antes um autarquismo imperialista, que visa a criação de um império o mais independente possível do exterior. Essas cadeias de pensamento já saíram há muito tempo do estágio das ponderações acadêmicas. Tornam-se visíveis ao mesmo tempo o retrocesso do comércio mundial e os contornos de blocos econômicos supranacionais, que poderiam reservar um grande mercado a seus associados e garantir uma autossuficiência relativamente grande.³⁶

É, todavia, problemático por quanto tempo uma economia assim “impulsionada” poderia persistir. Com todas essas medidas, não se muda fundamentalmente nada nos focos de perturbação e alguns deles, ao contrário, se tornam ainda mais perigosos com essas intervenções. Por exemplo, cada elevação artificial dos preços conduz em um tempo relativamente curto a uma enorme superprodução, nenhuma das medidas previstas assegura o cumprimento das proporcionalidades necessárias, a

³⁴ Em um artigo que foi impresso primeiro no “*Nation*” de Londres, e depois em alemão no Anuário de Schmoller, Agosto de 1933, sob o título “*Nationale Selbstgenügsamkeit*”.

³⁵ Op. cit., p. 79 et seq.

³⁶ Poder-se-ia pensar nas seguintes combinações como exemplos de tais blocos econômicos sobre os quais já existem algo mais do que meros esboços:

1. O Império Britânico, incluindo a Escandinávia e partes da América do Sul,
2. França e suas colônias, incluindo uma parte da região do Danúbio, os Estados da fronteira oriental, e provavelmente com certos privilégios na política comercial com a União Soviética,
3. Os EUA, incluindo partes da América do Sul e da China,
4. A União Soviética.

industrialização das colônias produz num futuro próximo novos e perigosos concorrentes e a repartição do mundo em blocos econômicos conduz à necessidade de sua defesa armada contra os que ficaram para trás na distribuição.³⁷

No entanto, as possibilidades do sistema capitalista se adaptar a condições modificadas não estão nem perto de se esgotar com as medidas aqui traçadas. Trata-se aqui apenas de caminhos que devem conduzir a uma saída da crise atual. Para um prognóstico ulterior, é necessária reflexão fundamental sobre os meios de que o sistema capitalista dispõe para corrigir suas tensões internas.

V

Uma das características decisivas da situação social contemporânea é que o conflito entre forças produtivas e relações de produção se tornou mais intenso do que jamais foi. As forças de toda espécie que poderiam se tornar úteis para a satisfação de carências humanas nunca se chocaram com tal força com os limites que lhes são postos pelo modo de relação entre os homens vinculados entre si pela divisão do trabalho. Esse processo não apresenta qualitativamente nenhuma novidade: a longa série de crises econômicas é expressão de que, com maiores ou menores distâncias, a forma econômica presente se mostrou como incapaz de levar as forças desenvolvidas por ela própria a servir por inteiro ao provimento de todos os membros da sociedade. A imagem que, no entanto, se oferece hoje é distinta quantitativamente dos processos de adaptação “normais” anteriores. Isso é uma expressão do fato de que em todos os âmbitos da economia as forças produtivas se inquietam nos grilhões das relações de produção com uma força até então desconhecida, e em particular na medida em que essas relações são encarnadas por determinadas relações de propriedade.

Dessa situação resulta uma série de possibilidades. A mais próxima logicamente é o rompimento das barreiras pela pressão que se tornou demasiado forte. Tudo parece indicar que esse desenvolvimento não é de se esperar no momento. Ao contrário, um processo de adaptação ocorre claramente diante de nossos olhos, e isso de modo duplo: tanto

³⁷ Ainda não é óbvio, por exemplo, onde, nas combinações aludidas acima, a Alemanha e o Japão devem encontrar ligação. É de se imaginar que aqui se repita, em condições essencialmente menos favoráveis, a situação de 1914.

pela diminuição violenta das forças produtivas quanto pela expansão dos limites nos quais elas se encontram cativas. O primeiro caminho, por motivos de concisão e para lembrar a lenda grega, pode ser chamado de “método de Procusto”. Trata-se de procedimentos altamente violentos e ligados às perdas mais graves de toda espécie, que só podem ser explicados pelo fato de que o sistema econômico vigente se encontra em uma luta impiedosa contra as forças produtivas que se tornaram demasiado poderosas. A outra possibilidade é um afrouxamento dos grilhões, uma certa adaptação, em particular das relações de propriedade, às circunstâncias modificadas. Ambos os métodos tem em comum o fato de deixarem intactos os fundamentos do sistema capitalista. Eles só podem ser estritamente distinguidos, afinal, no pensamento, uma vez que muitas medidas carregam ou imediatamente ou em suas consequências traços tanto de um quanto do outro. Sob a pressão da crise econômica mundial, tem sido reiteradamente explicado por inúmeros especialistas o quão incomparavelmente melhor a satisfação das carências humanas poderia se configurar hoje se as forças produtivas já existentes pudessem se desenvolver livremente sob condições adequadas. Do grande coro daqueles que dividem essa opinião, damos a palavra a três vezes particularmente enfáticas:

“Seríamos, se ao menos pudéssemos lidar com nosso destino, a mais afortunada das gerações humanas. No período de vida de uma geração, a Ciência nos deu mais poder sobre a Natureza e estendeu mais longe o campo de visão da mente exploradora do que o registrado em toda a história. Agora, e agora apenas, nossos recursos materiais, conhecimento técnico e habilidade industrial são suficientes para prover cada homem da abundante população do mundo com conforto físico, lazer adequado e acesso a tudo em nossa rica herança civilizacional para o que ele tenha qualidades pessoais para usufruir”.³⁸

“Há uma ironia trágica em nossa situação econômica hoje. Não fomos trazidos a nosso presente estado por nenhuma calamidade natural... temos uma superabundância de matérias primas, de equipamento para manufaturar esses materiais e transformá-los nos bens que precisamos e

³⁸ Sir Arthur Salter, op. cit., p. 302.

facilidades de transporte e comércio para torná-los acessíveis para todos os que deles precisam”.³⁹

“Apenas agora, pela primeira vez na história humana, podemos falar de uma vida opulenta liberada do trabalho árduo para toda a comunidade como uma possibilidade para a qual os meios estão visíveis e a nosso serviço e comando imediato. Essa possibilidade só passou a estar a nosso alcance quando a ciência abriu, uma após a outra, as até então ocultas câmaras de tesouros da natureza, nos oferecendo a entrada do conhecimento a novos recursos em poder e materiais, e em dispositivos para utilizá-los o máximo possível para servir às necessidades humanas”.⁴⁰

O grande mérito dos tecnocratas é terem dirigido a atenção geral às possibilidades técnicas de hoje. Criticou-se com razão os sensacionais efeitos colaterais de sua atuação, a generalização inadmissível dos métodos de produção mais avançados ou, se possível, que se encontrassem ainda apenas “em estágio de teste” (Chase) e os erros de cálculos em casos particulares. Eles têm razão quando apontam o hiato entre o que hoje é tecnicamente possível e o quanto é posto a serviço da humanidade. Ao seu modo, eles protestam, enquanto representantes das forças produtivas, contra o aprisionamento destas pelo “sistema de preços”. Os exemplos dos arroubos de elevação da produtividade do trabalho humano mencionados pelos tecnocratas são tão conhecidos que não é necessário repeti-los aqui. Eles coincidem com os resultados da experiência cotidiana e com os números da estatística de produção. A possibilidade de uma melhor provisão com um tempo mais curto de trabalho poderia significar o início de uma série que, passando por uma formação e organização mais intensiva dos membros da sociedade e por uma assim possibilitada racionalização que atravessasse o processo econômico em seu todo, conduz a uma provisão de bens e a uma elevação das energias sociais que teria contado, poucas décadas atrás, como uma utopia.

Que, apesar dessa riqueza potencial e nunca conhecida nessas proporções, a humanidade ameaça se tornar cada vez mais pobre, esse é um

³⁹ Franklin D. Roosevelt, *Looking Forward*, Londres, 1933, p. 45.

⁴⁰ Fred Henderson, *The Economic Consequences of Power Production*, Londres, 1931, p. 61.

paradoxo sobre o qual nos últimos anos inúmeros leigos e especialistas proferiram vívidos discursos e redigiram uma imensa literatura. A visão mais comumente defendida na ciência especializada e entre os homens de Estado responsáveis diz que:

“A crise econômica que hoje oprime o mundo dos negócios é a mais estúpida e gratuita da história. Todas as circunstâncias essenciais – exceto a sensatez financeira – favorecem uma era de prosperidade e bem-estar... mas a incapacidade de ajustar o veículo à carga, e os meios de pagamento às exigências, acarretou uma crise, de modo que muitos estão morrendo de fome em um mundo de abundância enquanto todos são oprimidos com um sentimento de depressão e de incapacidade para lidar com a situação. A explicação dessa anomalia é que a maquinaria para manejar e distribuir o produto do trabalho revelou-se bastante inadequada”.⁴¹

O problema está justamente no fato de que a permanência do sistema de distribuição aquém do desenvolvimento das possibilidades de produção não é uma contingência, não é um descuido, mas é condicionado por um interesse de nível mais elevado: o de encerrar em limites todos os acontecimentos econômicos e sociais que garantem a conservação dos fundamentos da ordem social contemporânea. Uma vez que não há nenhuma harmonia preestabelecida entre, de um lado, o crescimento das forças técnicas e organizatórias e, de outro, as necessidades de valorização e dominação do capital, mas antes é o caso de que entrem sempre em conflito entre si, não se trata então simplesmente da tarefa técnica de trazer o aparato de distribuição para o mesmo nível do da produção, ou de uma “distribuição funcionalmente adequada” da renda, mas sim do problema, compreensível apenas a partir da situação social em toda a sua amplitude, da adequação das forças produtivas às relações de produção.

O método de Procusto, isto é, a aniquilação ou a repressão das forças produtivas, foi aplicado em todas as crises econômicas até então. Hoje precisam ser utilizados meios de uma violência até então desconhecida, em correspondência com o tamanho das forças a serem restringidas. A história econômica não conhece nenhum período no qual matérias primas de todo tipo tenham sido aniquiladas sistematicamente nesse volume e que se tenha

⁴¹ De um discurso do Lorde D' Abernons, citado por Henderson, op. cit., p. 60. Grifos nossos.

louvado como a maior das virtudes econômicas, uma virtude a ser recompensada pelo Estado com dinheiro vivo, o não uso de uma parte das possibilidades existentes de produção. O leitor dos grandes jornais só tem uma ideia bastante insatisfatória da extensão dessas medidas.⁴² Torna-se notável cada vez mais claramente o desperdício pela inatividade durante anos da força de trabalho de uma grande parte dos trabalhadores mais bem qualificados do mundo, o que representa uma aniquilação de forças produtivas em dimensão muito maior do que a paralisação de fábricas ou o sucateamento de máquinas. Foram feitas diversas tentativas de calcular o dano ocasionado à humanidade pelos “métodos de adaptação”.⁴³

Em todo caso, ele se eleva a uma soma de valor incrivelmente grande. Caso queria explicar o caráter desmedidamente custoso do sistema, o crítico da atual organização econômica precisa fazer referência a essa soma, e não à importância substancialmente menor que é apropriada pelos “capitalistas”.

⁴² Mesmo da imprensa especializada, apenas eventualmente é possível se obter dados concretos. Sobre a destruição de café no Brasil, por exemplo, *The Commercial and Financial Chronicle* relata que o governo fez com que fossem destruídos mais de 16 milhões de sacas de café (sendo a colheita anual estimada, em 1933, em 26 milhões de sacas); neste ano, foram pagos 30 mil-réis para cada saca destruída, e no ano anterior, até mesmo um pouco mais. Sobre os primeiros resultados das medidas do governo americano para restrição da produção de algodão, encontra-se em Condliffe, op. cit., p. 339, a informação de que as gratificações pagas pelo Estado fizeram com que 11 milhões de acres de plantação de algodão ficassem arados ou sem cultivo. O supracitado periódico americano relata no mesmo número sobre gratificações para colheitas de tabaco apenas parciais nos EUA, e ainda, em 8 de julho de 1933, sobre o sacrifício de 225.000 ovelhas no Chile, das quais apenas o sebo pôde ser aproveitado, e, em 12 de agosto de 1933, sobre medidas para descarregar o mercado suíno dos EUA, no que uma parte dos animais devem ser empregados para fabricação de alimentos para outros animais e de sabão. Relata-se da Dinamarca que neste ano foi sacrificada e incinerada uma grande quantidade de vacas, das quais uma parte foi utilizada como alimento para porcos. Cf., sobre essas questões, também John Strachey, *The Coming Struggle for Power*, London, 1932, p. 89 et seq.

⁴³ Um dos mais originais vem de Abbati, que calculou para 1930 (!) uma capacidade de produção inexplorada (“*unclaimed wealth*”) de 15 bilhões de dólares de ouro e uma perda dos produtores de 18,5 bilhões de dólares de ouro. Todavia, seus métodos de cálculo são mais sugestivos do que sólidos teoricamente (A. H. Abbati, *Economic Lessons*, London, 1932.) W. Woytinsky estimou há pouco tempo os custos da crise até o final de 1933 em cerca de 200 bilhões de dólares de ouro, isto é, mais ou menos tanto quanto os cursos da Guerra Mundial.

“Não é o lucro realmente obtido pelo caçador de fortunas o que constitui a massa do problema; é o desperdício e desajuste que ele cria ao tentar obtê-lo. Para cada êxito há uma série de fracassos, e muitos dos fracassos são responsáveis por ao menos tanto deslocamento quanto o são os êxitos. Numa economia de abundância, devidamente organizada, provavelmente poderíamos suportar a falta de dinheiro em espécie no poder de compra causada por exploradores e proprietários ausentes. O que nenhum sistema pode tolerar indefinidamente é o contínuo espiçamento de suas partes vitais por aqueles que estão tentando enriquecer... Se tirássemos toda a renda dos ricos e distribuíssemos para o resto da população, o padrão de vida aumentaria, segundo o Professor Bowley, em somente algo como dez por cento. Mas se pudéssemos eliminar as rotações daqueles que estão tentando enriquecer, poderíamos abolir a pobreza e duplicar o padrão de vida virtualmente de um dia para o outro.”⁴⁴

A objeção de que se trataria apenas de manifestações de crise confirma o que deveria contestar: que a economia capitalista aniquila uma grande parte das riquezas disponíveis para a finalidade de sua conservação. Uma ilustração alarmante da aniquilação de valor é oferecida pela espiral cada vez mais estreita representada graficamente pelo volume de negócios mensais no comércio mundial desde janeiro de 1929.⁴⁵ No primeiro semestre de 1933, o valor das transações do comércio mundial decresceu 34,5% em relação ao primeiro semestre de 1929. Ainda que o montante das transações (que, todavia, tem um significado bastante problemático enquanto índice) tenha encolhido 27% (em 1932), a contração das transações de valor dá uma ideia da dimensão das devastações em poucos anos nos países do mundo ligados uns aos outros pela divisão do trabalho.

Mostraram-se acima quais forças impelem ao círculo vicioso do protecionismo cada vez mais inescrupuloso. Deve-se acentuar aqui que se trata de uma renúncia consciente a métodos ótimos de produção, em favor de interesses de grupos. É óbvio que em um Estado mundial sem classes e sem fronteiras, uma divisão internacional do trabalho como foi imaginada pela economia clássica seria tecnicamente possível e desejada. A consideração da conservação das relações de propriedade vigentes e da proteção econômica e

⁴⁴ Stuart Chase, *A New Deal*, New York, 1932, p. 21 et seq.

⁴⁵ Na publicação da Sociedade das Nações *Situation économique mondiale 1932/33*, op. cit., p. 8. Os números se encontram nas pp. 230 et seq. e 352.

militar do capital investido obriga à aplicação dos métodos de Procusto e, assim, à redução dos custos de vida da maior parte da humanidade a um estado que nenhum Malthus poderia mais justificar a partir da escassez da natureza. Consequentemente, também se estigmatiza a liberação da humanidade da preocupação com o pão diário como um objetivo “materialista” e prega-se um evangelho da vida simples. Esse elogio da pobreza entra em cena sempre que se reivindica conscientemente uma renúncia aos melhores meios de produção a fim de esconjurar o perigo que ameaça o capital investido com a revolução técnica.⁴⁶

Reflexões como essas se unem a medidas que crescem desde outra raiz, as medidas dirigidas contra o desenvolvimento da “maior força produtiva”, a classe trabalhadora. A elevação cultural dos trabalhadores, exigida e favorecida até certo ponto pelo desenvolvimento técnico, conduz a uma crescente organizabilidade e ao mesmo tempo a uma capacidade ativa de organização da classe trabalhadora. Isso, juntamente com a redução tecnicamente considerável do tempo de trabalho, cria um pressuposto para a reorganização da sociedade. Um grau mais elevado de habilidade e saber técnico em várias áreas da economia e da administração, além de disciplina e de consciência de responsabilidade, tendem, nos países mais avançados, a se tornar qualidades tão evidentes do trabalhador médio quanto o conhecimento transmitido na *Volksschule*.⁴⁷ Hoje, poderosas forças atuam para evitar esse desenvolvimento. Se às massas é oferecido o evangelho da vida dura e, ao mesmo tempo, rebaixam-se a um mínimo a formação escolar e o direito à autoadministração e à organização própria, um dos mais importantes pressupostos para uma organização planejada da vida social com base em uma economia conduzida conscientemente pode ser reprimido em seu desenvolvimento ou até mesmo destruído.⁴⁸

A luta para domar as forças produtivas não se dá em todos os âmbitos nas formas dramáticas da aniquilação publicamente visível.

⁴⁶ “Algumas autoridades acreditam que o velho sistema pode seguir aos cambaleios se estabilizar uma produção baixa, um padrão de vida baixo e uma base de renda baixa. Artigos tem sido escritos em periódicos de negócios no sentido de que a produção em massa foi um exagero. De volta às frugalidades do século XIX, trabalho duro e economia de centavos”. Stuart Chase, *Technocracy, An Interpretation*, New York, 1933, p. 28.

⁴⁷ Denominação do ensino escolar básico obrigatório na Alemanha à época, com duração de 8 anos. Corresponde, ali, à formação universal de qualquer cidadão (*Volk*, o povo, *Schule*, escola). (N.T.).

⁴⁸ Há certas contratendências, como, por exemplo, a capacidade de tarifação pelos sindicatos, garantida pelos “codes” rooseveltianos.

Esporadicamente, ela se oculta por detrás de medidas que aparentemente não tem nada a ver com esses objetivos, como quando são mantidos métodos de produção ultrapassados, irracionais se tomados pelo critério do estágio da técnica: por exemplo, quando a agricultura em solos inadequados ou a pequena empresa em muitas partes da produção e do comércio são mantidos com ajuda de medidas especiais de proteção; e quando, se possível, empresas mais produtivas são impedidas ou reprimidas por atos da administração pública.⁴⁹ Também nisso se trata da renúncia consciente à produtividade ótima em prol da manutenção de uma camada social que constitui o melhor respaldo para a ordem vigente.

Até certo grau,⁵⁰ as medidas de associação econômica monopolística ou análoga ao monopólio que realizam uma limitação da produção com a finalidade de manter os preços elevados também precisam valer como método de Procusto. Elas não apenas provocam eventualmente grandes danos pela perturbação do mecanismo de formação de preços (por exemplo, pela conhecida manutenção dos preços elevados por “vinculação” durante a crise), mas também impedem qualitativa e quantitativamente a provisão de bens tecnicamente possível em prol de interesses de grupos. Em razão do entrelaçamento de todos os estágios da produção, o dano assim provocado pode ser muito maior do que se faz visível de pronto, e pode ultrapassar em muito os eventuais proveitos para a economia. Entre os efeitos remotos daninhos da política econômica monopolística estão o uso de lucros de monopólio para novos investimentos que se revelam infelizes e as funestas perturbações econômicas e políticas provocadas pela luta das organizações monopolísticas pelos consumidores internos e, sobretudo, pelo choque das potências econômicas aglomeradas em trustes e cartéis e protegidas pelo Estado no mercado mundial. Por fim, também está nesse contexto a necessidade cada vez maior, provocada pela crescente contraposição de interesses econômicos, do conflito bélico, com suas inimagináveis devastações. Para a repressão do inimigo interno e para a luta contra o externo, é preciso produzir um aparato de guerra que reivindica para si uma parte crescente do produto social e priva de grande parte a provisão de bens para as pessoas. Dele faz parte não apenas a fabricação de armas, mas também a preparação de grandes reservas da produção e a manutenção de inúmeras

⁴⁹ Destes, fazem parte a luta travada na Alemanha e na Áustria contra as cadeias de lojas de departamento e a maior parte das outras medidas para proteção das camadas médias urbanas e rurais.

⁵⁰ Sobre os caracteres adaptativos positivos dessas regulações, cf. p. 76-77, adiante neste livro.

produções “nacionais” (por exemplo, a autossuficiência de cereais, mesmo por um preço que seria melhor recusar em uma configuração econômica “racional”). A corrida armamentista, produzida pelas contraposições econômicas e pela insegurança que a elas se liga, agudiza essas contraposições e a insegurança geral e torna impossível qualquer distribuição racional de trabalho e capital. É muito questionável se as tentativas de formação de áreas fechadas e relativamente autárquicas poderiam modificar muita coisa nesse ciclo vicioso. No final provisório desses processos, traçam-se as linhas gerais de novas guerras que hoje, consideradas de um ponto de vista político-econômico, não são senão a continuidade por outros meios dos métodos de “ajuste” violento que funcionaram desde sempre nas crises.

Objeta-se à concepção aqui defendida que se trata, no “método de Procusto”, de processos alheios ao sistema e que é verdade que no sistema da concorrência ocorrem dolorosas perdas por atrito, mas que elas são apenas manifestações do crescimento e são de uma necessidade natural. Em face dessas tentativas de apresentar esses fatos como alheios ao sistema ou como inevitáveis, deve-se dizer que a repressão violenta das forças produtivas foi característica do sistema capitalista desde seus inícios. Sua vigência sempre significou uma destruição bárbara de bens e frequentemente também de vidas humanas, mas talvez tenha sido inevitável em fases iniciais para o estabelecimento de um reequilíbrio numa base mais elevada. Hoje, todavia, ela recebe outra conotação, e de um ponto de vista duplo: ela precisa ser utilizada numa dimensão que teria sido inimaginável às gerações passadas e que só pode ser explicada pela veemência da oposição de forças produtivas e relações de produção. Além disso, sua utilização hoje não representa mais uma necessidade inevitável, mas sim uma expressão do fato de que, na escolha entre a conservação das relações de produção caducas vigentes e uma melhor satisfação das carências humanas, a decisão recai em favor da ordem vigente.⁵¹

VI

É um sinal da força das tensões que emergem hoje no interior do sistema capitalista que as intervenções nas relações de produção com a

⁵¹ É possível dar alguns exemplos de que essa escolha é tomada conscientemente. Em regra, é possível se poupar da decisão de deixar valer “o interesse pessoal contra o interesse comunitário” por não se admitir possibilidade de uma reconfiguração benéfica das relações de produção.

finalidade de sua adaptação às forças produtivas assumiram nos últimos anos uma extensão impensável há pouco, nos tempos de paz. Assim como em outros terrenos, aqui também o capitalismo demonstrou uma força de resistência e uma capacidade de adaptação insuspeitadas. Esses processos adaptativos, por mais diversos que se apresentem, podem fundamentalmente ser remontados a um denominador: eles significam uma restrição mais ou menos profunda do poder de disposição do proprietário particular dos meios de produção de determinar arbitrariamente o modo e a direção de sua atividade econômica. Longos trechos de direitos fundamentais da constituição econômica liberal são abandonados em favor das grandes unidades ou mesmo do Estado. Essas limitações correspondem a uma pretensão, não jurídica, por certo, mas antes fática, ao subsídio estatal em situações difíceis, ao menos para os grandes sujeitos econômicos.

Já antes da Guerra, estava relativamente bem desenvolvida a separação de posse do capital e da atividade (empresarial) dispositiva nas sociedades por ações e organizações de ordem superior de capitalização de títulos mobiliários. Essa centralização do “controle” em uma mão, sem a possibilidade fática de protesto dos possuidores amplamente dispersos, assumiu recentemente uma dimensão gigantesca.⁵² Isso é manifestamente um afrouxamento dos grilhões criados originalmente pela instituição da propriedade privada. Pode se interpretar no mesmo sentido a facilidade de financiamento oferecida às grandes unidades, seja pelo autofinanciamento ou pela credibilidade especial (algumas vezes, injustamente) deduzida da dimensão da empresa.⁵³

Intervenções nos privilégios dos proprietários privados, como no “*corporate system*”, também estão presentes em trustes e cartéis.⁵⁴ A padronização da política de produção e preços de todo um ramo econômico e as possibilidades de tirar de funcionamento empresas menos desenvolvidas e a de impedir investimentos mal feitos em razão de um conhecimento preciso da capacidade de produção disponível podem conduzir a um uso das forças produtivas existentes relativamente racional e não afetado pelas especulações

⁵² Cf. Berle e Means, *The Modern Corporation and Private Property*. New York, 1932. Resenha neste periódico (*Zeitschrift für Sozialforschung*, Ano II, p. 317 et seq.).

⁵³ Deve-se ao mesmo tempo notar aqui para todos os outros fenômenos adaptativos tratados nesse contexto que as mesmas medidas também tiveram frequentemente efeitos destrutivos. Assim, por exemplo, o autofinanciamento ou a aquisição facilitada de crédito levaram amiúde aos mais severos erros de investimento.

⁵⁴ Nos EUA, em regra eles eram, até a legislação NIRA (*National Industrial Recovery Act*, de 1933), obrigados a se valer desse “*corporate system*”.

errôneas dos possuidores do capital. No entanto, trata-se predominantemente de uma possibilidade teórica. Na prática, a maior parte das organizações monopolistas não mostra nem a elasticidade necessária na política de preços nem o planejamento metódico e capaz de avaliar os desenvolvimentos futuros exigido em seus investimentos.

A ingerência rapidamente crescente do Estado na totalidade da vida econômica traz modificações ainda mais drásticas. Ele já realizou o trabalho de parceiro nos primórdios do capitalismo, foi então posto de lado e volta hoje para prestar-lhe auxílio em suas crescentes dificuldades.

Para nós, não se trata da descrição de distintas espécies e áreas de intervenção estatal, mas dos mais importantes entre os casos nos quais ocorre uma modificação das relações de produção por essa intervenção.

Essas intervenções na liberdade contratual postulada pelo liberalismo, que se tornam cada vez mais numerosas, podem contar como a forma mais fraca dessas tentativas de adaptação. Elas sofrem uma intensificação significativa quando as fusões econômicas, até então voluntárias, são fomentadas por medidas estatais ou, como tem acontecido com sempre maior frequência, são até mesmo realizadas à força (Itália, Alemanha, os *codes* de rooseveltianos). Um passo ulterior é a estatização de empresas individuais ou de ramos econômicos inteiros, como, por exemplo, o ramo de transportes e comunicações, nos quais a ineficiência econômica da concorrência é óbvia. Mesmo se a forma de sociedades comerciais é mantida (por exemplo, *Deutsche Reichsbahn A. G.*, *Dresdener Bank*, *British Broadcasting Corp.* etc.), a atividade dessas empresas passa a não ser mais determinada exclusivamente pelo ponto de vista da rentabilidade. Se as até então assim chamadas intervenções estatais já desempenhavam antes certo papel, as medidas político-econômicas conscientes, na intensidade e diversidade em que podem ser hoje observadas, configuram um novo nível de intervenções “capitalista-estatais”. Elas são um sintoma de que o “automatismo” até então existente pode ser substituído parcialmente, ainda que apenas com um êxito problemático, por novos métodos sem que com isso se toque na estrutura básica da ordem vigente.

Os muitos planos para intervenções político-econômicas através de distintas medidas de política monetária ou creditícia ou através da criação de empregos pelo Estado encontraram na política da “NIRA”⁵⁵ de Roosevelt a aplicação mais radical que a história do capitalismo conhece até hoje. Permanecem em vigor os princípios da iniciativa empresarial e da busca do

⁵⁵ Cf. nota 54, acima.

lucro privado, mas lhes são impostas barreiras muito robustas. Regulamentações legais e a pressão da opinião pública devem agir em conjunto para forçar os sujeitos econômicos particulares àquele comportamento que o ditador plebiscitário considerava necessário para a “*recovery*”. Os meios utilizados são conhecidos. Em nosso contexto, interessam a organização de empresas e trabalhadores, a fixação de salários e preços mínimos, as tentativas de reordenação das relações de credores e devedores, assim como do sistema bancário, as medidas de regulação de uma parte da produção de matérias-primas e o programa de trabalhos públicos. Todas essas intervenções agem nas relações de propriedade de modo muito mais forte do que até então tinha sido possível nos EUA. Ainda não é possível dizer hoje com certeza se essa política leva a muito mais do que êxitos parciais. Que ela se baseia em uma teoria equivocada do poder de compra, que suas intervenções tratam, no essencial, apenas sintomas e que, assim, é de se contar que ela contribua para agravar as desproporcionalidades existentes e criar novas, tudo isso dá base para as dúvidas se esse experimento retirará os Estados Unidos da crise. Com isso, o que se diz não é que todos os novos métodos aplicados se revelarão sem serventia. Antes parece ser o caso de que essas e outras intervenções ainda mais fortes serão necessárias no futuro. Intervenções em maior escala como essas se mostram por toda parte na política de comércio exterior. A partir do protecionismo posto em prática anteriormente, desenvolveu-se um controle mais ou menos completo do comércio exterior que tende à sua condução estatal. Em seu excelente livro sobre a política de comércio exterior, Lautman assinalou que o desenvolvimento na sua condução não pode se deter, mas antes impele, por uma necessidade interna, a uma condução unificada da economia como um todo.⁵⁶

Se essa condução ocorre por uma central estatal, isso significa o ponto extremo até o qual as relações de produção poderiam ser modificadas sem que sejam superadas as bases do sistema capitalista. Persistem, todavia, dúvidas consideráveis se uma tal economia planificada capitalista afinal é possível. Inicialmente, ela significaria apenas que os grupos mais fortes e que controlam o Estado ditariam a todos os demais as condições de sua atividade econômica. Isso deve levar, em uma economia planificada conseqüente, ao fim de toda atividade empresarial independente e à sua substituição pelas disposições da central de planejamento. Esta teria de cuidar da eliminação das flutuações econômicas, no sentido de uma regulação uniforme do

⁵⁶ Jules Lautman, *Les aspects nouveaux du protectionnisme*, Paris, 1933.

crescimento: reconhece-se cada vez mais que não é possível se alcançar uma estabilização econômica com uma política monetária e creditícia meramente quantitativa.⁵⁷ Isso, no entanto, leva à necessidade de um conhecimento abrangente sobre o processo econômico inteiro e de uma regulação baseada nesse conhecimento e que vá até os detalhes, ao menos para os investimentos e, assim, para a parte maior da produção.⁵⁸ Uma tal regulação total, que seria tecnicamente possível em ampla medida com os meios hoje disponíveis, é algo totalmente distinto qualitativamente das intervenções parciais realizadas até então. Ela pressupõe que os grupos de maior poder entrariam em um acordo em prol do interesse geral capitalista acerca de uma política de planificação econômica, acordo que precisaria afetar muito fortemente os interesses de lucro de alguns desses grupos. Uma tal central de planejamento onipotente (o “cartel geral” em uma forma um pouco modificada)⁵⁹ teria então de decidir sobre os prazeres e as dores de todos os demais sujeitos econômicos, proprietários do capital e trabalhadores, na medida em que estes não participem de modo decisivo da formação de sua vontade.

Se algum dia se chegará a uma tal modificação das relações de produção numa base capitalista, ainda que em escala nacional, isso ainda está em aberto; certas tendências nesse sentido são visíveis e serão apoiadas a sério por uma parte da burocracia estatal, assim como pelos desempregados candidatos a novos postos administrativos. Mas há também grandes resistências em seu caminho. As mais importantes são as oposições de interesse no interior dos grupos mais fortes e a insegurança quanto a se as novas tarefas técnicas são em geral resolúveis.⁶⁰ Se, todavia, as dificuldades do sistema capitalista seguirem se agravando, então é de se supor que esses obstáculos – ainda que sob os mais pesados conflitos – sejam superados no interesse da salvação do sistema. Uma tal remodelação dos métodos econômicos é acompanhada necessariamente de uma modificação total da

⁵⁷ Cf., sobre essa questão, a discussão recentemente bastante vívida sobre o dinheiro “neutro”, cujo último estágio é representado por W. Egle (Jena, 1933).

⁵⁸ Nisso, estamos supondo primeiramente que a regulação do consumo é possível com os meios da política de preços.

⁵⁹ Cf., a recente crítica de John Strachey, op. cit., p. 246 et seq. (cf. Também a resenha neste número da revista (*Zeitschrift für Sozialforschung*, volume 2, 1933), p. 456.)

⁶⁰ Em vista das possibilidades de controle das massas que nesse ínterim se tornaram visíveis, já não podemos mais contar como umas das objeções mais graves a opinião que manifestamos antes, de que a degradação da posse de capital a um mero título de renda tornaria uma economia planificada capitalista inaceitável (Cf.; neste livro, p. 48, acima.).

organização política da sociedade. Os acontecimentos dos últimos anos mostraram quais traços carrega a forma política correspondente ao capitalismo monopolista.

Permanece em aberto a questão se uma economia planificada capitalista teria sucesso em garantir a longo prazo os fundamentos dos sistema, a propriedade privada e sua valorização. Inicialmente, sua atividade de regulação poderia tornar eficiente de um modo mais racional uma parte das forças produtivas, aniquilando metodicamente a sua parte não valorizável no sistema.⁶¹ Mas se, apesar disso, aparecem novas e grandes dificuldades econômicas e sociais (e isso é mais provável de acontecer do que o contrário), então talvez ter-se-ia alcançado o ponto em que as relações de produção, outra vez transformadas em grilhões e não modificáveis uma vez mais, não mais resistiriam à pressão das forças produtivas.

VII⁶²

A análise das causas da crise, a indicação dos meios especiais aplicáveis para a superação da atual, que aflige o globo, e as considerações de princípio sobre os possíveis métodos para suprimir tensões perigosas entre forças produtivas e relações de produção conduzem à conclusão de que é falso prever o fim necessário do capitalismo para um futuro próximo. A estabilidade de um sistema econômico e social não depende, no entanto, apenas de seus meios “técnicos” para lidar com problemas econômicos, mas igualmente da força de resistência das camadas sociais que tem de carregar os ônus da ordem vigente. Essa força de resistência, como a experiência ensina, foi amplamente superestimada no passado, e o peso modificado da classe trabalhadora, as revoluções da tecnologia armamentista e o extraordinário aperfeiçoamento do controle espiritual das massas fazem com que, até onde a vista alcança, semelhante resistência pareça possível apenas como consequência das mais graves catástrofes.

⁶¹ Disso já resulta que em uma tal ordem nem de longe são aplicadas para a satisfação de carências todas as forças que poderiam servir a essa satisfação em uma economia orientada a isso.

⁶² O espaço não permite nem uma fundamentação mais detalhada dos prognósticos seguintes, nem sua ilustração com o material abundantemente disponível. Esses prognósticos podem, portanto, ser tomados como hipóteses de trabalho.

O que chega a seu fim não é o capitalismo, mas sua fase liberal. Num sentido econômico, político e cultural, haverá no futuro cada vez menos liberdades para a maioria da humanidade. O quanto é possível eliminar crises com ajuda das crescentes vinculações no domínio econômico, isso não pode ser dito com segurança. Ainda não ficou demonstrado que o ímpeto de valorização do capital se reduz pela sua aglomeração em grandes unidades. Essa valorização tampouco é garantida pelo controle das vendas domésticas. Por isso, é preciso contar com o fato de que as forças destrutivas que, pela eliminação da concorrência por meio da política de cartel e da regulação inescrupulosa do comércio exterior, são mantidas afastadas das áreas que estão sob controle, venham a se chocar ainda mais violentamente com as forças negadas.⁶³ Se também essas colisões mantiverem continuamente o alerta quanto ao perigo de guerra, perigo também existente em razão de outras causas, então será falso assumir que, para o futuro próximo, seria preciso recair em complicações bélicas da maior dimensão em curtos intervalos. Nem o mundo está perto de estar totalmente industrializado, nem os acordos internacionais podem produzir por muito tempo um equilíbrio de interesses, nem existem possibilidades de restabelecer as proporcionalidades necessárias em um nível cada vez mais elevado, nem as rebeldes forças produtivas se deixam ser espremidas no quadro dado pelo método de Procusto, nem os fatores de elasticidade restantes foram explorados até seus limites extremos. O sistema vigente parece encontrar um beco sem saída, num sentido econômico, apenas num futuro bem mais tardio.. É verdade que há muitos indícios de que em um futuro próximo as oscilações econômicas se tornarão muito violentas, os *booms* econômicos, curtos, e as depressões, longas e profundas. No entanto, uma política econômica consequente e que não se intimide em realizar as intervenções necessárias pode trazer alívios substanciais para determinados países.

Dentre as camadas sociais, um grupo cada vez mais diminuto de senhores feudais econômicos e seus funcionários mais altos serão os verdadeiros beneficiários da ordem capitalista. “Dois terços da Indústria Americana está concentrada em poucas centenas de corporações e é, de fato, administrada por não mais do que cinco mil homens... menos de três dúzias de bancos privados e de adjuntos de vendas de ações em bancos comerciais dirigiram o fluxo do capital no interior do país e fora dele. O poder econômico está concentrado em poucas mãos. Grande parte de nossa população

⁶³ A isso se junta a luta dos monopólios pelos consumidores no interior dos limites do país.

trabalhadora não tem oportunidades de ganhar a vida senão pela graça dessa maquinaria econômica concentrada.”⁶⁴

As camadas médias autônomas, junto com o proletariado, terão de assumir os encargos maiores da crise e da política econômica. Apesar de todas as medidas de subsídio a partir das mais elementares considerações de autopreservação realizadas pelos poderes dominantes, apenas uma parte que se torna cada vez menor poderá conservar sua independência econômica. As outras encontrarão acolhida num inchado aparato estatal ou imergirão no proletariado.⁶⁵ O suposto “renascimento” da classe média, sua aparição aparentemente independente com a pretensão a uma participação determinante no poder estatal, é provavelmente um fenômeno de transição que só dura até que se tenha terminado a reorganização do aparato de poder estatal em bases ditatoriais. Já hoje, uma grande parte das pretensões da classe média é satisfeita apenas fantasiosamente, e não de modo realmente econômico.

Poderosas forças agem para expulsar os trabalhadores manuais e intelectuais de sua posição econômica chave de até então e torná-los impotentes politicamente. A aplicação sistemática de todas as ferramentas técnicas na oficina e no escritório, a marcha para um modo de produção cada vez mais intensivo em capital e a tendência manifesta a um espaço de trabalho vazio ou ao menos esvaziado de homens conduzem ao desemprego “estrutural” de inúmeras “mãos” e cabeças e, ao mesmo tempo, a uma diferenciação cerrada entre os empregados. Estes se estruturam, de um lado, em um grupo tendencialmente em rápida contração formado por forças de alta qualificação para a construção e a inspeção dos meios de produção, assim como para os relativamente poucos métodos de produção para os quais será necessária força de trabalho qualificada e, do outro lado, na massa dos semiqualificados ou dos sem qualificação que – semelhantes a certas mercadorias – são “fungíveis”, i.e., podem ser substituídos entre o exército de desempregados. Os salários na nova “aristocracia de trabalhadores”, por razões técnicas e políticas, serão consideravelmente altos, enquanto os dos

⁶⁴ F. D. Roosevelt, op. cit., p. 223 et seq.

⁶⁵ A juventude bem formada oriunda da classe média constitui um dos mais importantes âmbitos de recrutamento para o aparato de poder estatal. Nesse contexto, é instrutivo o fato de que que no Japão, no ano de 1933, de 55.000 estudantes que concluíram seus exames, mais de 30.000 engenheiros, técnicos, médicos etc. não conseguiram encontrar emprego. De 21.000 *Diplomkaufleuten* [formação superior de comerciante, semelhante à de Administração de Empresas, N.T.], apenas 9.000 obtiveram empregos fixos. De jornais japoneses, impressos em “Lu”, de 6.10.1933.

trabalhadores não qualificados não poderão ser elevados acima do mínimo existencial por nenhuma política sindical. É de se assumir que a crescente dificuldade de valorização do capital não permitirá uma aplicação da política de altos salários vantajosa imediatamente apenas para uma parte do capital. A massa dos empregados é impotente em face dessa pressão, pois a greve, enquanto sua arma, perdeu a força de combate e a representação política dos seus interesses por si própria não é admitida. Em vista do estado da técnica armamentista, praticamente não há perspectivas de êxito numa resistência violenta. Mas mesmo a vontade combativa da grande massa se romperá, tanto em razão dos métodos modernos de controle das massas quanto por uma espécie de funcionarização que hoje já se delinea com clareza. Estar ocupado de maneira relativamente regular tornar-se-á cada vez mais fortemente um privilégio que, de modo semelhante à característica própria do funcionário público, precisa ser readquirido não apenas pelo desempenho laboral irreprochável, mas também por uma convicção interna confiável. Quem se mostra como “não confiável” ou intenta uma resistência ativa contra a ordem vigente não é ameaçado apenas com a perda do emprego, mas, além disso, com a privação de todo subsídio, isto é, com a certeza de sua ruína e da de sua família. A aniquilação da força de resistência da classe trabalhadora se concluirá pela diferenciação dos desempregados entre aqueles que podem contar com seu retorno a uma ocupação e aqueles “elementos não confiáveis” aos quais esse privilégio é negado momentânea ou permanentemente.

Faz parte das características do governo sob o qual todo esse processo ocorre a sua dependência exclusiva dos grupos sociais de maior poder e a independência em relação a todos os demais. Consequentemente, as medidas estatais necessárias podem ser decididas e executadas comparativamente sem dificuldades. O parlamentarismo era muito pouco apropriado para essa finalidade, ele correspondia a uma concentração menos avançada do poder econômico. Devido à liberação das condições do parlamentarismo e à disposição sobre o inteiro aparato do controle psíquico das massas, os governos convenientes a esta época parecem ser independentes das classes e pairar imparcialmente acima da sociedade. Uma análise sociológica da nova forma estatal é uma tarefa que ainda está por ser resolvida; os problemas econômicos discutidos acima constituem a chave para sua compreensão.

Capitalismo de Estado: Suas possibilidades e limitações (1941)

Nada essencialmente novo é pretendido neste artigo. Todos os pensamentos formulados aqui encontraram sua expressão em outros lugares. Nosso objetivo é apresentar ideias amplamente dispersas e geralmente conflitantes de um modo conciso e consistente que possa formar o ponto de partida para uma discussão da viabilidade do capitalismo de Estado.

Em relação ao método deste estudo, os seguintes pontos devem ser enfatizados. Se algo tal como um capitalismo de Estado existe ou pode existir é algo que está aberto a sérios questionamentos. Refere-se aqui a um modelo¹ que pode ser construído a partir de elementos visíveis na Europa e, em certo grau, também na América. Desenvolvimentos sociais e econômicos na Europa desde o fim da Primeira Guerra Mundial são interpretados como processos transicionais que transformam o capitalismo privado em capitalismo de Estado. O experimento mais próximo de uma forma totalitária deste último tem sido feito na Alemanha nacional-socialista. Teoricamente a forma totalitária do capitalismo de Estado não é o único resultado possível do presente processo de transformação. É mais fácil, contudo, construir um modelo para este do que para a forma democrática de capitalismo de Estado, acerca da qual nossa experiência nos dá poucas pistas. Uma das nossas suposições básicas é que o livre comércio e a livre empresa do século XIX estão em vias de desaparecimento. Sua restauração está condenada por razões similares àquelas da tentativa de restaurar o feudalismo na França pós-napoleônica. A forma totalitária de capitalismo de Estado é uma ameaça mortal a todos os valores da civilização ocidental. Aqueles que desejam manter estes valores devem compreender plenamente as possibilidades e limitações do agressor para que sua resistência seja bem sucedida. Ademais, eles devem ser capazes de mostrar de que modo os valores democráticos podem ser mantidos sob as condições transformadas. Se nossa suposição acerca do fim próximo da era do capitalismo privado estiver correta, a mais brava luta para restaurá-lo pode

¹ O termo “modelo” é usado aqui no sentido de “tipo ideal” de Max Weber.

somente levar a um desperdício de energia e, eventualmente, servir para abrir caminho para o totalitarismo.

O Conceito de “Capitalismo de Estado”

Na rapidamente crescente literatura sobre a ordem social vindoura, a expressão “capitalismo de Estado” é evitada pela maioria dos autores e outras expressões são usadas em seu lugar. “Capitalismo monopolista de propriedade privada organizado pelo Estado”, “sociedade gerencial”, “capitalismo administrativo”, “coletivismo burocrático”, “economia estatal totalitária”, “capitalismo de status”, “neomercantilismo”, “economia de força”, “socialismo de Estado” são um elenco muito incompleto de rótulos usados para identificar o mesmo fenômeno. A expressão capitalismo de Estado (assim funciona o argumento) é possivelmente enganosa na medida em que esta poderia ser entendida para denotar uma sociedade na qual o Estado é o único proprietário de todo o capital, e isto não necessariamente é o significado dado por aqueles que a utilizam. Apesar disso, esta expressão indica quatro itens melhor do que todos os outros termos sugeridos: que o capitalismo de Estado é o sucessor do capitalismo privado, que o Estado assume funções importantes do capitalista privado, que o interesse de lucro ainda desempenha uma função significativa e que este não é socialismo. Nós definimos “capitalismo de Estado” em suas duas variedades mais típicas, sua forma totalitária e sua forma democrática, como uma ordem social que difere nos seguintes pontos do “capitalismo privado” do qual historicamente procede:

(1) O mercado é deposto de sua função controladora de coordenar produção e distribuição. Esta função passa a ser desempenhada por um sistema de controles diretos. Liberdade de comércio, empresa e trabalho passam a estar sujeitas à interferência governamental a tal ponto que elas são praticamente abolidas. Juntamente com o mercado autônomo desaparecem as assim chamadas leis econômicas.

(2) Estes controles são adquiridos pelo Estado, que usa uma combinação de velhos e novos dispositivos, incluindo um “pseudomercado”, para regular e expandir a produção e coordená-la com o consumo. O pleno

emprego de todos os recursos² é afirmado como a principal conquista no campo econômico. O Estado transgride todos os limites traçados para suas atividades em tempos de paz.

(3) Sob a forma totalitária de capitalismo de Estado, o Estado é o instrumento de poder de um novo grupo governante, o qual resultou de uma fusão das mais poderosas redes de interesses, a elite na gestão industrial e de negócios, os mais altos estratos da burocracia estatal (incluindo os militares) e os líderes da burocracia partidária vitoriosa. Todos os que não pertencem a este grupo são meros objetos de dominação.

Sob a forma democrática de capitalismo de Estado, o Estado tem as mesmas funções de controle, mas é ele mesmo controlado pelo povo. Este é baseado em instituições que previnem a burocracia de transformar sua posição administrativa em instrumento de poder e, deste modo, estabelecer a base para transformar o sistema democrático em um sistema totalitário.

A herança do sistema de mercado

Começamos com a suposição de que a hora do capitalismo de Estado se aproxima quando a economia de mercado se torna um instrumento totalmente inadequado para utilizar os recursos disponíveis. A empresa privada mediana e o livre comércio, a base para o desenvolvimento gigantesco das forças produtivas humanas no século XIX, estão sendo gradualmente destruídas pelos frutos do liberalismo, dos monopólios privados e da interferência governamental. A concentração da atividade econômica em empresas enormes, com suas consequências de preços rígidos, autofinanciamento e ainda mais crescente concentração, controle governamental do sistema de crédito e comércio externo, posições de quase monopólio dos sindicatos com a decorrente rigidez do mercado de trabalho, desemprego do trabalho e do capital em ampla escala e imenso custo governamental de cuidados com os desempregados, são alguns dos sintomas do declínio do sistema de mercado. Eles se tornaram, em graus variados,

² Aqui entendido simplesmente como ausência de “desemprego” tecnicamente evitável de todos os fatores de produção. Para a discussão desse conceito, ver: John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London, 1936.

características de todos os países industrializados depois da Primeira Guerra Mundial³.

Os materiais coletados recentemente por várias agências de governo demonstram o quanto um desenvolvimento similar ocorreu nos Estados Unidos. Os distúrbios do mecanismo de mercado causados pelo monopólio têm sido acentuados por uma revolução técnica na agricultura contemporânea. O deslocamento arrasador do mercado mundial desde a Primeira Guerra Mundial tem bloqueado os canais de exportação que foram instrumentais na superação das dificuldades de mercado durante o século XIX. O perigo envolvido nesta situação tem sido reconhecido e grandes esforços estão sendo feitos para resolver o problema de criar pleno emprego liberando o sistema de mercado americano das forças que o sufocam. Desenvolvimentos análogos podem alcançar um ponto no qual pequenas medidas de uma reorganização do sistema econômico podem prevenir a completa desintegração da estrutura social. Tal reorganização pode acontecer por meio de uma longa sucessão de medidas paliativas, muitas das quais contradizem outras, sem um plano preconcebido, e com frequência, fortemente contra as intenções originais de seus autores. Teoricamente é possível construir um modelo integrado da nova organização que possa substituir o sistema antiquado, com uma promessa de obter dois objetivos: garantir pleno emprego e manter os elementos básicos da velha estrutura social.

Se o sistema de mercado está para ser substituído por outra forma organizacional, o novo sistema deve realizar certas funções que estão necessariamente conectadas com a divisão do trabalho. Em termos gerais, estas funções “necessárias”⁴ são classificadas em três grupos: coordenação de necessidades e recursos, direção da produção, e distribuição, implicando:

³ A melhor declaração breve sobre o “colapso do mecanismo de mercado” é ainda o Apêndice A do documento 13 do Senado (Congresso 74, 1ª Sessão) sobre “Preços industriais e sua relativa inflexibilidade” [*Industrial Prices and Their Relative Inflexibility*] (Gardiner C. Means, 1935). Ver também os livros recentes sobre o declínio da competição de Arthur Robert Burns, Edward H. Chamberlin, Joan Robinson).

⁴ Eles podem ser definidos como aqueles sem os quais mesmo a mera subsistência da sociedade não pode ser reproduzida. A descrição que segue, contudo, entende as funções “necessárias” como aquelas que alcançam os melhores resultados em dadas condições históricas. Isto é o que a teoria liberal reivindica para o sistema de mercado.

- 1) Um modo de definir as necessidades da sociedade em termos de bens de consumo, reprodução de fábricas, maquinarias e matérias primas, e expansão,⁵
- 2) Alocação de todos os recursos disponíveis de tal modo que pleno emprego e “máxima” satisfação das necessidades reconhecidas são atingidas,
- 3) Coordenação e controle de todos os processos produtivos para obter a melhor performance, e,
- 4) Distribuição do produto social.

As deficiências básicas do sistema de mercado em realizar as funções “necessárias” têm sido discutidas repetidamente à medida que seu desperdício e crescente ineficiência desequilibram suas conquistas anteriores. Ecoaram críticas principalmente contra as falhas do mecanismo de preço ao dirigir a produção, o desempenho contraditório do motivo do lucro que obstrui o uso dos recursos disponíveis, e os mecanismos assassinos de coordenação da economia desequilibrada, isto é, os ciclos de negócios com seus cumulativos processos de destruição. Mas enquanto antes da Primeira Guerra Mundial o mecanismo de mercado era ainda funcional, ainda que estivesse sempre longe de realizar na prática o que se esperava dele em teoria, a intrusão dos monopólios com seus preços rígidos gradualmente causou o colapso do sistema de mercado em uma esfera cada vez maior.

Um novo conjunto de regras

O capitalismo de Estado substitui os métodos do mercado por um novo conjunto de regras baseadas em uma combinação de velhos e novos meios.

(1) Um plano geral dá a direção para a produção, o consumo, a poupança e o investimento. A introdução do princípio do planejamento no processo econômico significa que um plano deve ser construído para conseguir, em uma escala nacional, certos objetivos escolhidos utilizando todos os recursos disponíveis. Isto não implica, necessariamente, que todos os detalhes sejam planejados de antemão ou que nenhuma liberdade de escolha é dada ao consumidor. Mas isto contrasta nitidamente com o sistema de mercado, visto que a palavra final sobre quais necessidades devem ser

⁵ Neste esquema simples, luxos são incluídos nos bens de consumo e materiais de defesa em maquinaria.

satisfeitas, e sobre como devem ser satisfeitas, não é deixada à escolha, anônima e não confiável, do mercado, levada a cabo *post festum*, mas a uma decisão consciente sobre fins e meios ao menos em um amplo esboço e antes que a produção comece. A discussão acerca do planejamento tem chegado a um ponto no qual parece que os argumentos levantados contra a viabilidade técnica de tal plano geral podem ser refutados⁶. O genuíno problema de uma sociedade planejada não está na esfera econômica, e sim na esfera política, nos princípios a serem aplicados ao decidir quais necessidades devem ter preferência, quanto tempo deve ser despendido para o trabalho, quanto do produto social deve ser consumido e quanto deve ser usado para expansão, etc. Evidentemente, tais decisões não podem ser completamente arbitrárias, mas são em grande medida dependentes dos recursos disponíveis.

(2) Não é mais permitido aos preços se comportarem como senhores do processo econômico, pelo contrário, eles são administrados em todas as seções importantes. Isto decorre do princípio do planejamento e significa que o mercado é privado de sua principal função em benefício de uma economia planificada. Isto não quer dizer que preços não possam mais existir, mas que, se eles seguem existindo, é porque mudaram inteiramente seu caráter. Pode parecer que nada mudou na superfície, preços são cotados e bens e serviços são pagos com dinheiro; a ascensão e o declínio de preços isolados podem ser bastante comuns. Mas a relação entre preços e custos de produção, por um lado, e demanda e oferta, por outro, enquanto estritamente interconectadas em sua totalidade, tornam-se desconectadas naqueles casos em que eles tendem a interferir no plano geral. O que permanece do sistema de mercado se comporta como seu predecessor, mas sua função mudou de um gerente geral do processo econômico para uma ferramenta estritamente controlada⁷.

⁶ Para uma discussão da mais recente literatura sobre a teoria do planejamento, ver: Eduard Heimann, "Literature on the Theory of a Socialist Economy", in: *Social Research*, vol. VI, pp. 87s.; Carl Landauer, "Literature on Economic Planning", in: *Social Research*, vol. VII, pp. 498s.; H. D. Dickinson, *Economics of Socialism*, London, 1939.

Não insinuamos que um plano geral exista na Alemanha nazi ou tenha existido lá. Em seu lugar está o objetivo de se armar tão rápida e eficientemente quanto possível, com pleno uso de todos os recursos. Alguns elementos de planejamento estão surgindo, enquanto o princípio do planejamento, usado primeiro como um slogan de propaganda na Alemanha, está rapidamente se disseminando por lá.

⁷ Para uma análise excepcional das novas funções e do desempenho do "pseudomercado", ver: A. Lowe, "Economic Analysis and Social Structure", in: *The Manchester School*, Vol. VII (1936), pp. 30s. O argumento de Lowe diz respeito ao "processo de fixação de preços na propriedade pública". Controle público sobre os

Nas últimas décadas os preços administrados contribuíram muito para destruir o automatismo de mercado sem criar novos dispositivos para assumir suas funções “necessárias”. Eles serviram para assegurar os lucros dos monopólios à custa dos preços de mercado não monopolistas. Sob o capitalismo de Estado eles são usados como um dispositivo suplementar para incorporar a produção e o consumo ao plano geral.

(3) O interesse de lucro, tanto dos indivíduos quanto dos grupos, assim como todos os outros interesses, deve estar estritamente subordinado ao plano geral ou ao que estiver em seu lugar. Entender as consequências deste princípio leva até ao entendimento do notável poder totalitário. Existem duas interpretações conflitantes acerca da função do interesse de lucro na Alemanha nazista. Uma afirma que o motivo do lucro desempenha a mesma função que antes; a outra declara que o capitalista tem sido privado de sua posição social e que o lucro no velho sentido não existe mais. Acreditamos que ambas tendem a ignorar a transformação da categoria de “lucro” na sociedade moderna. Interesses de lucro podem ser ainda muito significativos nas formas totalitárias da sociedade do capitalismo de Estado. Mas ainda os mais poderosos interesses de lucro aos poucos se tornam subordinados ao “plano” geral. Nenhum governo do capitalismo de Estado pode ou quer dispensar o motivo do lucro por duas razões. Primeiro, a eliminação do motivo do lucro destruiria o caráter do sistema inteiro, e, segundo, em muitos aspectos o motivo do lucro permanece como um incentivo eficiente. Em todo caso, contudo, quando o interesse de grupos ou indivíduos singulares conflita com o plano geral ou com aquilo que serve como seu substituto, o interesse individual deve ceder. Este é o real significado da ideologia *Gemeinnutz geht vor Eigennutz* [“o bem comum antes do bem individual”]. O interesse do grupo governante como um todo é decisivo, não o interesse individual daqueles que formam o grupo⁸. O significado deste princípio do capitalismo de Estado pode ser plenamente compreendido quando é contrastado com experiências recentes em países onde o capitalismo privado ainda prevalece e onde os fortes interesses de grupo previnem a execução de muitas tarefas urgentes necessárias para o “bem comum”. Não é preciso recorrer à má vontade ou à cobiça excepcional para explicar isto. Em um sistema baseado sobre o autointeresse de cada pessoa, pode-se esperar que algumas vezes este

meios de produção, contudo, tem as mesmas consequências econômicas que a propriedade estatal.

⁸ Evidentemente, o primeiro a sofrer as consequências de subordinar o interesse privado ao “comum” é o “homem simples” em todas as esferas da sociedade.

princípio venha para a frente em uma forma que contradiz o otimismo de sua filosofia subjacente. Ainda que fosse verdadeira a declaração de que “vícios privados são benefícios públicos”, isto só poderia ocorrer quando a típica unidade econômica era comparativamente pequena e o livre mercado funcionava.

A política do capitalismo de Estado, que se opõe ao liberalismo, entendeu que existem limites estreitos para além dos quais a perseguição dos interesses privados não pode ser reconciliada com planejamento geral eficiente, e extraiu daí consequências⁹.

(4) Em todas as esferas da atividade estatal (e, sob o capitalismo de Estado, isto significa em todas as esferas da vida social como um todo) suposições e improvisação dão lugar aos princípios do gerenciamento científico. Esta regra está em conformidade com a concepção básica da sociedade do capitalismo de Estado como uma unidade integrada comparável a uma das enormes produções modernas de aço, de químicos ou de carros. A produção em larga escala requer não apenas um cuidadoso planejamento geral, mas também a elaboração sistemática de todos os processos individuais. Cada desperdício ou erro ao preparar os materiais e a maquinaria e em traçar os elementos da produção é multiplicado muitas vezes e pode mesmo comprometer o processo produtivo como um todo. O mesmo é verdadeiro para a sociedade tão logo a diferenciação prévia entre custos privados (por exemplo: salários) e o custo social (por exemplo: desemprego) é substituído por uma mensuração do processo individual em termos de sua habilidade para obter o que o planejador considera o produto social mais desejável. Mas uma vez que este princípio de “racionalização” se tornou obrigatório para todas as atividades públicas, será aplicado em esferas que previamente foram o santuário da suposição, da rotina e do improvisto: preparação militar, conduta da guerra, comportamento ante a opinião

⁹ Um exemplo do resultado é a incrível elasticidade e eficiência em construir uma enorme maquinaria de guerra na Alemanha nacional-socialista. Isto, contudo, não deveria ser interpretado no sentido de que na Alemanha os interesses da propriedade privada não se esforçam para ganhar precedência. Na padronização dos automóveis, por exemplo, os interesses privados dos grandes interesses determinam todas as medidas tomadas. Uma vez que um plano geral da política econômica nunca foi publicado na Alemanha, é impossível decidir em que extensão os interesses privados obtêm preferência.

pública, aplicação do poder coercitivo do Estado, comércio exterior e política exterior, etc.¹⁰.

(5) A execução do plano é imposta pelo poder estatal de modo que nada essencial é deixado ao funcionamento das leis do mercado ou outras “leis” econômicas¹¹. Isto pode ser interpretado como uma regra suplementar que declara o princípio de que todos os problemas econômicos devem ser tratados como se fossem, em última análise, políticos. A criação de uma esfera econômica na qual o Estado não deveria se intrometer, essencial para a era do capitalismo privado, é radicalmente repudiada. A substituição dos mecanismos de *laissez faire* pelo comando governamental não implica o fim da iniciativa privada e da responsabilidade pessoal, as quais podem até ser postas em bases mais amplas, mas sendo integradas na estrutura do plano geral. Durante a fase não monopolista do capitalismo privado, o capitalista (seja um indivíduo ou um grupo de acionistas representados por seu gerente) tinha poder sobre sua propriedade dentro dos limites das leis de mercado. Sob o capitalismo de Estado, este poder foi transferido para o governo que é ainda limitado por certas restrições “naturais”, mas liberto da tirania de um mercado não controlado. A substituição dos meios econômicos por meios políticos como a última garantia para a reprodução da vida econômica muda o caráter de todo o período histórico. Isto significa a transição de uma era predominantemente econômica para uma era essencialmente política¹².

Sob o capitalismo privado todas as relações sociais são mediadas pelo mercado; os homens se encontram como agentes do processo de troca, como compradores ou vendedores. A fonte de renda de alguém e o tamanho de sua propriedade são decisivos para sua posição social. O motivo do lucro é o mecanismo econômico que coloca a sociedade em movimento. Sob o capitalismo de Estado os homens se encontram como comandantes ou

¹⁰ Parece que parte do sucesso nazista pode ser mais bem explicada pela aplicação racional dos melhores métodos disponíveis em todos os campos (desde eliminar importantes vitaminas na dieta das nações conquistadas até o monopólio prático na propaganda internacional) do que por qualquer qualidade inata de um caráter militar ou organizacional. Cabe lembrar, nesta conexão, que a indústria alemã originalmente aprendeu a administração científica com a América.

¹¹ Por exemplo: novos investimentos não mais fluem automaticamente naqueles campos econômicos onde os lucros mais altos são feitos, mas eles são dirigidos pelo comitê de planejamento. Em consequência, o mecanismo conhecido como equalização da taxa de lucro não funciona mais.

¹² Frank Munk, *The Economics of Force*, New York, 1940. Lawrence Dennis, *The Dynamics of War and Revolution*, New York, 1940.

comandados; a extensão na qual alguém pode comandar ou tem que obedecer depende em primeiro lugar da própria posição no arranjo político e somente de um modo secundário sobre a extensão da própria propriedade. O trabalho é apropriado diretamente em vez de ser apropriado pelo modo “indireto” do mercado. Outro aspecto da situação transformada sob o capitalismo de Estado é que o motivo do lucro é suplantado pelo motivo do poder. Evidentemente, o motivo do lucro é uma forma específica do motivo do poder. Sob o capitalismo privado, maior lucro significa maior poder e menos dependência do comando de outros. A diferença, contudo, é não apenas que o motivo do lucro é uma forma mediada do motivo de poder, mas que o último é essencialmente vinculado à posição de poder do grupo governante enquanto o primeiro pertence unicamente ao indivíduo.

Controle da produção

Uma discussão sobre os meios pelos quais o capitalismo de Estado poderia cumprir seu programa deve acompanhar de perto as possibilidades técnicas e organizacionais disponíveis hoje em todos os países altamente industrializados. Referimo-nos não a qualquer desenvolvimento futuro, mas ao uso que poderia ser feito aqui e agora dos recursos disponíveis. Se, contudo, puder ser demonstrado que um sistema do capitalismo de Estado pode executar as funções “necessárias” requeridas pela divisão do trabalho com mais sucesso do que o mercado, então parece razoável esperar que recursos ainda maiores possam estar disponíveis dentro de um curto período. O capitalismo de Estado deve resolver os seguintes problemas na esfera da produção caso se espere por um produto social em ascensão: criar pleno emprego baseado na coordenação de todas as unidades produtivas; reproduzir os recursos existentes de fábricas, matérias primas, administração e trabalho em um nível adequado ao progresso técnico; e expandir as fábricas existentes. Todas estas tarefas devem ser incorporadas em um plano geral. Dado este plano, a execução depende da solução de tarefas meramente técnicas e administrativas em vez de tarefas econômicas de produzir para um mercado desconhecido e em grande medida imprevisível. A produção é para um uso claramente definido, e não produção de “mercadorias” no sentido de um sistema de mercado¹³. As experiências acumuladas pelas gigantes

¹³ Ver Rudolf Hilferding, “State Capitalism or Totalitarian State Economy”, in: *Socialistichesky Vestnik*, Paris, 1940 (Russo). Deve ser entendido que “produção para

empresas modernas e associações de empresas em levar a cabo planos enormes torna tecnicamente possível o controle total da produção. Os meios específicos de controle incluem os métodos modernos de estatística e de contabilidade, relatórios regulares de todas as mudanças nas fábricas e na oferta, treinamento sistemático de trabalhadores para necessidades futuras, racionalização de todos os processos técnicos e administrativos e de todos os outros dispositivos desenvolvidos nas imensas empresas modernas e cartéis. Em acréscimo a estes métodos tradicionais que têm suplantado a arte empresarial oculta de estimar corretamente qual será a demanda de mercado futura, o Estado adquire o poder controlador adicional implicado pelo comando completo sobre dinheiro e crédito. Os bancos são transformados em meras agências governamentais¹⁴. Cada investimento, sirva ele para substituição ou para expansão, está sujeito ao plano, e nem uma superpoupança, nem uma superexpansão, nem uma “greve de investimento” ou “*Fehlinvestitionen*” [investimentos mal-sucedidos] podem criar distúrbios de grande escala. Erros que certamente podem ocorrer podem ser traçados com comparativa facilidade devido às posições centrais do conselho de planejamento. Enquanto eles podem tornar-se puros desperdícios, seus efeitos daninhos podem ser minimizados ao debitá-los na conta da economia como um todo em vez de na de uma única empresa. Além dos bancos, muitas das organizações desenvolvidas pelos interesses dos negócios (associações setoriais, cartéis, câmaras de comércio, etc.) servem como, ou são transformadas em, agências governamentais para o controle da produção. O controle rígido do capital, seja em sua forma monetária ou como fábrica, maquinaria, mercadorias, transforma fundamentalmente a qualidade da propriedade privada nos meios de produção e de seu proprietário, o “capitalista”. Assim como boa parte dos riscos (nem todos) suportados pelo proprietário sob o capitalismo privado pode ter sido eliminada, só lhe é deixado um lucro tão grande quanto o governo considera adequado. Regulação dos preços, limitação dos lucros distribuídos, investimento compulsório do lucro excedente nos títulos públicos ou em empreendimentos que o capitalista não escolheria voluntariamente, e, finalmente, taxaço drástica – todas estas medidas convergem para o mesmo fim, a saber: transformar o capitalista em um mero rentista cuja renda é fixada por decretos

uso” não pretende significar “para uso de homens livres em uma sociedade harmônica”, mas simplesmente o contrário da produção para o mercado.

¹⁴ Para um impressionante discussão desta tendência na Alemanha nazista, ver: Dal Hitchcock, “The German Financial Revolution”, in: *Harpers Monthly*, Fevereiro de 1941.

do governo desde que seus investimentos tenham sucesso, mas que não reivindica retirar seu capital caso “juros” não sejam pagos.

A tendência em direção à situação descrita em nosso modelo tem sido amplamente discutida nos últimos anos. Uma declaração extrema é a de E. F. M. Durbin: “A propriedade no capital industrial perdeu totalmente as funções sociais supostamente estabelecidas nele. Cessou de ser o prêmio pela administração, e em grande medida cessou de servir como o prêmio para a poupança pessoal. A propriedade no capital se tornou a reivindicação sem função para uma partilha no produto da indústria. A instituição é pior do que indefensável – ela é inútil”¹⁵. O mesmo fenômeno é criticado no comentário seguinte: “A ênfase da administração não está hoje sobre o empreendimento, sobre o arriscar que o capitalismo requer, mas está no controle de preços, na divisão do mercado, em evitar os riscos. Isto pode ser uma boa política de curto alcance. Mas: se o negócio não está disposto a arriscar, alguém logo irá perguntar por que ele deveria desfrutar dos lucros, por que a administração não deveria ser contratada pelo governo, o qual é convocado para assumir todo o risco e poderia querer dirigir a indústria”¹⁶.

Esta tendência em direção à perda da função social do proprietário privado do capital encontrou sua expressão na perda de controle sobre a administração por parte dos acionistas. Isto culminou na nova legislação alemã sobre as sociedades anônimas na qual os acionistas são privados por lei de qualquer direito a interferir com a administração.

Recapitulando, sob o capitalismo de Estado o status do capitalista privado é transformado de três maneiras:

- (1) A função empreendedora e a capitalista, isto é, a direção da produção e o poder de decisão acerca do investimento do próprio capital, são separadas uma da outra. A administração se torna virtualmente independente do “capital” sem necessariamente ter uma parte alíquota significativa na propriedade corporativa.
- (2) As funções de empreendedor e de capitalista passam a sofrer interferência do governo, ou são assumidas por ele.
- (3) O capitalista (na medida em que ele não é aceito como empreendedor pelos méritos de suas qualificações administrativas) é reduzido a um mero rentista.

Aqui surge a questão do incentivo. No capitalismo privado, os incentivos decisivos para o capitalista manter, expandir e aprimorar a

¹⁵ E. F. M. Durbin, *The Politics of Democratic Socialism*, London, 1940, p. 135.

¹⁶ Citado em *Report for the Business Executive*, 28 de Novembro, 1940.

produção são o interesse pelo lucro e a permanente ameaça de colapso econômico caso os esforços desacelerem. Os não capitalistas são impelidos a cooperarem eficientemente em razão fome e de seu desejo por uma vida melhor e por segurança. Sob o capitalismo de Estado, ambos os grupos perdem partes essenciais de seus incentivos. Quais novos dispositivos assumirão suas funções mais “necessárias”? O que prevenirá a estagnação e ainda a regressão em todas as esferas da sociedade estatal capitalista? Em relação à maioria da população, àqueles que nem possuem nem comandam os meios de produção, a resposta é simples. O açoite do desemprego é substituído pelo terror político, e a promessa de recompensas materiais e ideológicas continua a incitá-los para o máximo esforço pessoal. O motivo do lucro ainda desempenha uma função importante para os capitalistas e para a burocracia administrativa, desde que se garantam grandes compensações para o investimento e a administração eficientes. A iniciativa privada é liberta dos interesses da propriedade, que a obstrui, e é sistematicamente encorajada¹⁷. Dentro do grupo controlador, contudo, o desejo por poder político se torna o centro da motivação. Cada decisão é, no fundo, orientada para a meta de manter e expandir o poder do grupo como um todo e de cada um de seus membros. Novos impérios industriais estão sendo construídos e velhos expandidos com esta meta em mente. Mas também temos aqui a fonte do princípio de que o interesse individual deve sempre estar subordinado ao interesse comum (do grupo). Este princípio contribui decisivamente, por sua vez, para fortalecer o controle do governo, uma vez que apenas um governo forte pode integrar interesses conflitantes enquanto serve aos interesses de poder do grupo inteiro.

Controle da distribuição

“Nós aprendemos como produzir qualquer coisa em quantidades praticamente ilimitadas, mas nós não sabemos como distribuir os bens”. Esta é a formulação popular para descrever o enigma do capitalismo privado em sua última fase.

Dado o plano geral e o poder político para executá-lo, o capitalismo de Estado encontra amplos meios técnicos para distribuir tudo o que pode ser produzido com os recursos disponíveis. A principal dificuldade do capitalismo privado é eliminada pelo fato de que sob o capitalismo de Estado

¹⁷ Ver Carl Dreher, “Why Hitler Wins”, in: *Harpers Monthly*, Outubro de 1940.

o sucesso da produção não depende, necessariamente, de encontrar compradores para o produto a preços lucrativos em um mercado instável, mas é conscientemente dirigido para satisfazer o público e os desejos privados que são, em grande extensão, definidos de antemão. Ajustes que devem ser feitos em consequência de erros técnicos no plano geral ou no comportamento não esperado da demanda dos consumidores não precisam conduzir a perdas para o produtor individual e ainda menos ao seu desastre econômico. As perdas podem ser facilmente repartidas pela administração. Os meios que estão disponíveis para as transferências das funções distributivas “necessárias” de um mercado competitivo podem ser classificados convenientemente em alocação direta (prioridades, cotas, etc.) e preços administrados. O primeiro se aplica, sobretudo, para a distribuição de bens para produtores, o último se refere principalmente à esfera do consumo. Não existe, contudo, uma linha nítida que divide os campos de aplicação dos dois meios¹⁸. Trabalho é o exemplo proeminente no qual uma combinação de ambos os métodos é aplicado.

Ao construir um esboço de modelo dos mecanismos distributivos sob o capitalismo de Estado, nós sempre temos que observar que a produção e o consumo dos produtores são dois aspectos do mesmo processo. Uma vez que, em condições modernas, produtor e consumidor não são, como regra, a mesma pessoa, a distribuição serve como um meio para integrá-los. O plano de produção é baseado sobre uma decisão comparativamente arbitrária acerca de quanto do produto social estará disponível para consumo e quanto deve ser usado para expansão.¹⁹

Todos os maiores problemas de distribuição sob o capitalismo de Estado foram discutidos minuciosamente na literatura sobre planejamento socialista publicada na última década²⁰. Enquanto todos os escritores a favor de uma sociedade planejada concordam em que a tirania do mercado deve ser abolida, diferenças de opinião existem sobre as questões de onde traçar os

¹⁸ Até agora, a mais minuciosa abordagem ao modelo de distribuição do capitalismo de Estado foi feita na Rússia soviética. Ver L. E. Hubbard, *Soviet Trade and Distribution*, London, 1938. A tendência na Alemanha mostra a mesma direção.

¹⁹ Sobre as limitações localizadas no caráter arbitrário dessa decisão, cf. p. 101 et seq.

²⁰ Ver, acima, a nota 6. A última publicação importante é aquela de E. F. M. Durbin, *op. cit.* A maioria daqueles que defendem a superioridade de um mercado deliberativamente “manipulado”, confinado “dentro da camisa de força dos objetivos planejados”, deu pouca atenção ao fato de que planejamento está longe de ser idêntico a socialismo. É por isso que seu trabalho, importante como é, aparece ainda mais como uma contribuição para a teoria do capitalismo de Estado.

limites para o uso de um pseudomercado. Alguns escritores recomendam que os administradores da indústria socializada deveriam “comportar-se como se estivessem em um capitalismo competitivo”. Eles deveriam “atuar competitivamente”²¹. Um modelo construído parcialmente sobre os resultados desta discussão pode ser usado para ilustrar como a distribuição funciona sob o capitalismo de Estado. A distribuição de bens para produtores começa a partir da seguinte situação:

- (1) A maioria das instalações produtivas são propriedades privadas, mas são controladas pelo governo;
- (2) Cada indústria é organizada em cartéis;
- (3) Preços reagem às mudanças na oferta e na demanda assim como às mudanças na estrutura dos custos dentro dos limites permitidos pela autoridade do plano e pelos monopólios;
- (4) Existe um plano geral para a estrutura do produto social.

Sob essas circunstâncias, um sistema de prioridades e cotas garantirá a execução do plano em suas linhas gerais. Estas alocações incluem a reprodução dos recursos existentes, a expansão (incluindo a defesa) e a produção total de bens de consumo que cada indústria deve produzir. Dentro de cada indústria um sistema de cotas fornecerá a distribuição dos recursos alocados. As cotas podem ser distribuídas de acordo com um plano mais detalhado ou de acordo com expressões das escolhas dos consumidores. Não é deixado muito espaço para preços flexíveis neste arranjo. A sobrevivência parcial do motivo do lucro induzirá os fabricantes aos quais são oferecidos os maiores preços pelos seus produtos a levantarem-nos de acordo com os preços de seus “fatores”. Mas o “escritório de controle de preços” não permitirá que os preços se tornem mais altos do que é compatível com o plano geral. Uma vez que todas as maiores unidades de produção estão sob o controle dos cartéis, a propensão para tornar os preços flexíveis não deve ser sobre-estimada. O controle governamental será imensamente facilitado pela enorme função dos trabalhos públicos necessários para manter o pleno emprego em todas as circunstâncias.

Pleno emprego no sentido estrito da palavra só pode ser alcançado em relação ao trabalho. Por causa de fatos tecnológicos, ele não é possível no caso de fábricas e equipamentos. Novas fábricas e novas maquinarias construídas de acordo com os últimos desenvolvimentos técnicos requerem um espaço mínimo de fábricas que, como regra, levam à temporária

²¹ L. Robbins, *Economic Planning and International Order*, London, 1937, p. 208.

sobrecapacidade no momento de sua conclusão. Se não for encontrada rapidamente uma maneira de utilizar essa sobrecapacidade, alguma ociosidade do capital surgirá. Isto pode ocorrer com indústrias inteiras de bens duráveis (por exemplo, ferramentas de máquinas) se a necessidade por seu produto estiver temporariamente saturada. Nem este e nem outros “desajustes” podem produzir os efeitos cumulativos tão viciosos sob o sistema de livre mercado²², pois o proprietário de capital pode ser compensado por suas perdas, seja a partir de lucros acumulados, seja de fontes públicas, e a provisão de uma reserva constante no planejamento da oferta de trabalho cuidará dos trabalhadores demitidos. O desemprego tecnológico será controlado de forma semelhante. Mostrou-se que o caso oposto, escassez periódica de capital, pode ser evitado em uma sociedade planejada²³.

O trabalho no capitalismo de Estado, como outros recursos, é alocado para diferentes seções da produção. Isto não impede as autoridades do planejamento de diferenciarem salários. Ao contrário, recompensas na forma de salários reais mais altos podem ser concedidas onde quer que esforços extras sejam demandados. O açoite do condutor de escravos não é um meio utilizável para extrair produtos de qualidade de trabalhadores altamente qualificados que usam maquinarias caras. Estas diferenciações na tabela dos salários, contudo, não é o resultado das condições de mercado, mas da decisão do administrador de salários. Não se permite que nenhum empreendedor pague salários mais altos do que aqueles fixados por esta agência.

Com absoluto controle de salários, o governo fica em uma posição capaz de manejar a distribuição dos bens de consumo com comparativa facilidade. Em casos de escassez severa, como em tempos de guerra, a alocação direta de bens de consumo pode ser o único meio adequado para sua distribuição. Em tal caso a escolha do consumidor é muito limitada, mas não inteiramente descartada²⁴. Se, contudo, uma oferta um pouco mais adequada de bens de consumo estiver disponível, o consumidor pode ser tão livre ou, com o maior poder de compra criado pelo pleno emprego, ainda mais livre em sua escolha sob o capitalismo de Estado do que ele é agora. Para atingir este objetivo com os meios agora disponíveis, um pseudomercado de bens de consumo será estabelecido. O ponto de partida para a sua operação é uma

²² Ver Gottfried von Haberler, *Prosperity and Depression*, Geneva, 1937.

²³ Ver Carl Landauer, *Planwirtschaft und Verkehrswirtschaft*, Munich, 1931.

²⁴ Ver, por exemplo, o sistema de “ponto” para a distribuição de têxteis na Alemanha e na Inglaterra.

relação claramente definida entre o poder de compra que será gasto para consumo e a soma de preços de todos os bens de consumo disponíveis. Ambas as somas devem ser iguais. Em outras palavras, a renda total paga aos consumidores, descontado os impostos, as poupanças compulsória e a voluntária, deve ser igual ao preço somado de todos os bens de consumo que estão à venda. Se a renda “líquida” dos consumidores for maior, isto resultará em uma corrida por bens e em um aumento dos preços (em nossa definição de que a renda “líquida” exclui a poupança). Se esta for menor, somente parte dos produtos poderá ser distribuída. O primeiro passo para a distribuição dos bens de consumo é, portanto, fazer com que a renda “líquida” de todos os consumidores em um dado período seja equivalente à soma da produção dos bens de consumo tal como decidida pelo plano geral e pelo inventário disponível. Este primeiro passo se revelará insuficiente por duas razões:

(1) A poupança voluntária dos consumidores pode desviar-se do plano, – eles podem poupar mais ou menos do que aquilo que foi esperado nos cálculos de equilíbrio. Ambos os casos podem ser remediados pelo uso das leis de oferta e procura do mercado, que criarão movimentos inflacionários ou deflacionários de preço para “desobstruir o mercado” – se as agências controladoras de preço permitirem isto.

(2) As escolhas dos consumidores podem se desviar dos cálculos dos planejadores, – eles podem preferir alguns produtos e rejeitar outros. Aqui, outra vez, pode-se permitir o velho mecanismo de mercado para forçar a elevação dos preços dos bens cuja demanda é maior e a queda dos preços dos bens enquanto a oferta deles for excedente. Um sistema de subsídios e sobretaxas eliminará perdas sérias assim como lucros excedentes que poderiam perturbar o funcionamento do plano. A agência distributiva pode “indeferir” completamente a escolha dos consumidores para todos os propósitos práticos ao fixar preços ou extremamente altos ou desproporcionalmente baixos. Assim o mecanismo de preço obedece às mesmas leis do sistema de livre mercado. A diferença se torna manifesta nos efeitos que a mudança de preços exerce na produção. Os sinais dados pelos preços influenciam na produção somente enquanto isto for compatível com o plano geral e com as políticas públicas estabelecidas para o consumo. Movimentos de preços servem como um instrumento do maior valor para anunciar diferenças entre as preferências dos consumidores e o plano de produção. Elas não podem, contudo, compelir a autoridade do planejamento a seguir estas manifestações da vontade dos consumidores do mesmo modo

que elas compelem cada produtor não monopolista em um mercado livre²⁵. Sob o capitalismo privado, o monopolista, ao resistir aos sinais de mercado, perturba todo o sistema de mercado à custa de todas as suas partes não monopolistas. Sob o capitalismo de Estado a desconexão entre preço e produção não é capaz de causar danos porque a função de coordenar produção e consumo foi transferida do mercado para a autoridade do plano. Muita atenção foi dada à questão de como a escolha dos consumidores pode ser calculada de antemão. Nenhuma qualidade “divina” é requerida para o comitê de planejamento. Foi mostrado²⁶ que a liberdade de escolha dos consumidores atualmente só existe em um grau muito limitado. Ao estudar um grande número de consumidores, torna-se evidente que o tamanho dos recursos, a tradição e a propaganda estão nivelando por baixo consideravelmente todas as tabelas de preferências individuais. As experiências de grandes manufaturas e companhias de distribuição, assim como dos cartéis, contribuem com um suplemento do maior valor para a literatura especializada sobre planejamento.

Limitações econômicas do capitalismo de Estado

Ao levantar a questão das limitações econômicas, nós indicamos aquelas que podem restringir a arbitrariedade das decisões no capitalismo de Estado, em contraste com outras estruturas sociais em que elas podem não aparecer. Nós não nos preocupamos com limitações que se aplicam a cada arranjo social, isto é, aquelas que resultam da necessidade de reproduzir os recursos dados e de manter o pleno emprego e uma eficiência ótima. A primeira e mais frequente objeção contra a viabilidade de um sistema de capitalismo de Estado é que ele somente seria bom em uma economia de escassez, especialmente para períodos de preparação para a guerra e de guerra. Em uma economia de escassez, assim segue o argumento, a maioria das dificuldades econômicas contra as quais o capitalismo privado luta não existe. Superprodução e superinvestimento não precisam ser temidos, e todos os produtos, ainda que produzidos de forma ineficiente, e

²⁵ Para este conjunto de problemas, ver Oskar Lange, *On the Economic Theory of Socialism*, editado por E. Lippincott, Minneapolis, 1938.

²⁶ Ver os estudos do *National Resources Planning Board* (Comitê de Planejamento dos Recursos Nacionais), resenhado em *Studies in Philosophy and Social Science*, 1940, pp. 483-490.

independentemente de quão má for sua qualidade, encontram uma demanda pronta. Assim que a emergência temporária passar, contudo, e uma maior oferta se tornar disponível em todos os campos, o capitalismo de Estado provará ser completamente inadequado para assegurar o melhor uso dos recursos disponíveis, para evitar gargalos de escoamento em um produto e superprodução em outros, e para prover os consumidores com aquilo que eles possam demandar com o menor custo possível. Ainda se todos os meios de produção estiverem sob o controle governamental, o planejamento eficiente só seria possível em condições de emergência. O argumento propagado por esta visão pode ser resumido no seguinte²⁷: em uma economia planejada custos não podem ser contabilizados, a escolha livre dos consumidores deve ser desconsiderada, os motivos para produção e distribuição eficiente desaparecem, e, como resultado, uma economia planejada deve, em condições modernas, ser muito menos produtiva do que uma economia de mercado.

Acreditamos que alguém que estude seriamente a literatura moderna sobre planejamento deva chegar à conclusão de que, sejam quais forem suas objeções às consequências sociais do planejamento, estes argumentos contra sua eficiência econômica não mais se sustentem. Todos os meios técnicos para planejamento eficiente, incluindo a expansão da produção de acordo com os desejos dos consumidores e as mais avançadas possibilidades técnicas, e levando em conta os custos em saúde pública, riscos pessoais, desemprego (nunca adequadamente calculados na planilha de custos da empresa privada) – todos estes meios técnicos estão disponíveis hoje.

Outro contra-argumento afirma que, assim que o capitalismo de Estado deixar de concentrar-se em armamentos e se voltar para uma genuína economia de paz, a sua única alternativa, caso se queira evitar o desemprego, é despendar uma parte muito substancial da renda nacional para a construção de “pirâmides” modernas, ou para levantar consideravelmente o padrão de vida. Não existem causas econômicas que poderiam impedir um governo de capitalismo de Estado de fazer isto. Os obstáculos são de natureza política e lidaremos com eles mais tarde.

Um terceiro argumento aponta para a direção oposta. Ele objeta que o capitalismo de Estado necessariamente leva a uma paralisação na técnica ou ainda a um regresso. Investimentos desacelerariam e o progresso técnico

²⁷ A melhor pesquisa sobre a história e os detalhes do argumento estão em *Collectivist Economic Planning*, editado por F. A. von Hayek, London, 1935. Para uma refutação, ver Oskar Lange, *op. cit.*

cessaria se as leis de mercado fossem postas fora de operação. Enquanto o armamento competitivo continuar, provavelmente o contrário será verdadeiro. Além do motivo do lucro, os interesses vitais do grupo controlador estimularão tanto o investimento quanto o progresso técnico. No esforço de manter e estender seu poder, o grupo controlador entrará em conflito com interesses estrangeiros, e seu sucesso dependerá de sua força militar. Isto, contudo, será uma função da eficiência técnica. Qualquer afrouxamento na velocidade do progresso técnico poderá conduzir à inferioridade militar e à destruição²⁸. Somente depois que todos os possíveis inimigos tiverem desaparecido, uma vez que o mundo inteiro estará controlado por um único Estado totalitário, o problema do progresso técnico e da expansão do capital ganhará relevância.

Poder-se-ia perguntar então: não existem quaisquer limitações econômicas para a existência e expansão do capitalismo de Estado? Com seu avanço uma utopia emergirá em que todos os desejos econômicos podem facilmente ser satisfeitos se fatores políticos não interferirem? A teoria liberal também não acreditou que tinha provado que o sistema de mercado, se operasse sem interferência, garantiria a seus membros o pleno uso de todos os recursos disponíveis? E não se tornou evidente, mais tarde, que forças inerentes impediam o sistema de mercado de funcionar e davam lugar à crescente interferência dos monopólios privados e do governo? Advertidos, como estamos, somos incapazes de descobrir quaisquer forças econômicas inerentes, “leis econômicas” de velho ou novo tipo, que poderiam impedir o funcionamento do capitalismo de Estado²⁹. O controle governamental da produção e da distribuição fornece os meios para eliminar as causas econômicas das depressões, os processos destrutivos cumulativos e a ociosidade do capital e o desemprego do trabalho. Podemos mesmo dizer que

²⁸ A experiência alemã mostra que provavelmente nunca na história da indústria novas invenções foram postas em aplicação tão rapidamente ou uma porcentagem tão grande da renda nacional foi usada para investimentos.

²⁹ Isto também se aplica à tendência de queda da taxa de lucro que, de acordo com a teoria de Marx, provoca catástrofes no capitalismo privado. Se a expansão do capital está sujeita a um plano geral que é ele mesmo aprovado pelo grupo controlador, a porcentagem de mais-valor em proporção ao capital investido cairia próxima a zero sem criar qualquer perturbação. Esta queda, contudo, é mais efetivamente contrarrestada pela manutenção forçada do pleno emprego. Não devemos entrar na discussão sobre se o próprio capitalismo de Estado emerge sob a pressão da queda da taxa de lucro, nem sobre o quanto faz sentido falar em termos de “valor” para além dos limites de uma economia de mercado.

sob o capitalismo de Estado a economia como uma ciência social perdeu seu objeto. Os problemas econômicos no velho sentido não mais existem quando a coordenação de todas as atividades econômicas é efetuada pelo planejamento consciente em vez de pelas leis naturais do mercado. Nas situações em que o economista antes quebrava a cabeça para resolver o enigma dos processos de troca, ele se encontra, sob o capitalismo de Estado, com meros problemas de administração. Na verdade existem limitações para o capitalismo de Estado, mas elas derivam de condições naturais e da própria estrutura da sociedade que o capitalismo de Estado busca perpetuar.

Limitações naturais e outras limitações não econômicas³⁰

(1) Para ser plenamente viável, o capitalismo de Estado necessita de uma oferta adequada de matéria prima, de fábricas e de trabalho de todos os tipos (técnicos, administradores, trabalhadores qualificados e não qualificados), característica de um país altamente industrializado. Sem uma oferta abundante de matéria prima e a equipagem em maquinaria e habilidades de uma sociedade industrial moderna, um grande desperdício deve acompanhar a intervenção estatal capitalista, possivelmente maior do que sob uma economia de mercado. Da primeira limitação, a oferta inadequada de matéria prima, um exemplo típico é oferecido pela Alemanha nazista. A enorme maquinaria que teve que ser construída para compensar a insuficiência da base de matéria prima – demasiado pequena para aguentar o programa armamentício – e as dificuldades para o produtor obter matéria prima, e, em consequência, nova maquinaria³¹, não podem ser atribuídas ao próprio sistema, mas ao fato de que um de seus principais pré-requisitos estava ausente deste o princípio.

Por outro lado, muitos dos fracassos econômicos da Rússia soviética podem ser remontados à ausência tanto de matérias primas quanto de desenvolvimento adequado das forças produtivas. Ausência de técnicos treinados, de trabalhadores qualificados, e das qualidades conhecidas como disciplina de trabalho, coisas que são abundantes somente em países altamente industrializados, contribuem significativamente para explicar o

³⁰ A maioria dos argumentos seguintes se refere apenas à forma totalitária do capitalismo de Estado.

³¹ Ver Guenter Reimann, *The Vampire Economy. Doing Business under Fascism*. New York, 1939.

lento progresso do rearmamento, da reorganização do sistema de transporte e do levantamento ou ainda da manutenção do padrão de vida na Rússia soviética. Mas ainda aqui um sistema econômico controlado pelo governo mostrou a capacidade de sobreviver em condições nas quais um sistema de livre empresa teria colapsado completamente. Um comércio exterior controlado pelo governo e o desenvolvimento de uma indústria para materiais “substitutivos” pode superar as limitações de uma base demasiado estreita de matérias primas. Preencher a lacuna entre uma economia plenamente industrializada e uma principalmente agrícola é um processo muito mais penoso e prolongado.

(2) Diferenças nos interesses vitais brotarão no grupo ou nos grupos que controlam o Estado. Elas podem se originar de posições diferentes dentro da administração, de programas diferentes para manter ou expandir o poder, ou da luta pelo monopólio do controle. A menos que provisões adequadas sejam feitas para superar estas diferenças, surgirão maus compromissos e lutas contínuas.

(3) Interesses conflitantes dentro da classe governante podem frustrar a construção de um plano geral incorporando o ótimo de todos os recursos disponíveis para alcançar fins escolhidos consistentes. A própria escolha dos fins representa um grande problema enquanto uma vontade comum não tiver sido estabelecida. Em nossa discussão nós começamos sempre da suposição de “um plano geral dado”. Isto significa um plano para certos fins que devem ser escolhidos entre uma variedade de fins possíveis.

Uma vez que os requerimentos mínimos para consumo, substituição e expansão estiverem satisfeitos, os planejadores têm uma grande margem de manobra. Se suas decisões não convergirem em um programa consistente, nenhum plano geral para o uso ótimo e para o desenvolvimento das forças produtivas dadas pode ser esboçado.

(4) Interesses conflitantes, contudo, não operam apenas no grupo governante. Uma vez que o capitalismo de Estado totalitário é a expressão do que há de pior em uma sociedade antagonista, a vontade de dominar que vêm de cima e a contrapressão que vêm de baixo corta profundamente a pseudoliberalidade dos planejadores do capitalismo estatal. O comitê planejador, enquanto investido de todos os meios técnicos para dirigir o processo econômico inteiro, é ele próprio uma arena de luta entre forças sociais que estão além de seu controle. Será visto que o planejamento em uma sociedade antagonista apenas em um sentido técnico é a mesma ferramenta que aquela usada por uma sociedade na qual tiver sido estabelecida a harmonia de interesses. Considerações políticas interferem em cada passo na

construção e execução de um plano ótimo. Os seguintes parágrafos oferecerão alguns exemplos.

Como será possível motivar a expansão da produção e o progresso técnico depois que tiverem desaparecido o temor da agressão ou os objetos para nova conquista? Em tais condições não aparecerá a temida paralisação tecnológica, estragando assim todas as chances de reduzir a fadiga do trabalho ao mesmo tempo em que levanta o padrão de vida?³² Pode-se pensar um caso em que um novo conjunto de motivações surja sob o capitalismo de Estado totalitário, um caso que combinaria o ímpeto pelo poder sobre os homens com a vontade de poder sobre a natureza, contrapondo-se ao desenvolvimento em direção a uma economia estática. Mas isto é uma perspectiva tão distante que podemos deixar a questão aberta, tanto mais na medida em que sob o capitalismo totalitário existem sérias razões para manter as forças produtivas estáticas.

Em um arranjo estatal capitalista, o padrão geral de vida aumentará para além dos estreitos limites se a expansão do programa permitir? Esta questão só pode ser respondida de forma afirmativa para a forma democrática de capitalismo de Estado. Para sua contraparte autoritária, contudo, o problema é diferente. A minoria governante em um Estado totalitário mantém seu poder não somente pelo terror e pela atomização, mas também pelo seu controle dos meios de produção e por manter a maioria dominada em completa dependência espiritual. As massas não têm chance de questionar a durabilidade e a justificação da ordem existente; as virtudes da guerra são desenvolvidas e toda “efeminação”, todo anseio por felicidade individual, é cortada pela raiz. O aumento do padrão de vida pode se contrapor perigosamente a tal política. Ele implicaria em mais tempo de lazer, mais qualidade profissional, mais oportunidade para o pensamento crítico, implicações nas quais poderia se desenvolver um espírito revolucionário. É

³² Julian Gumperz, *The Expansion of Production and the Totalitarian System* (não publicado), salienta que a propriedade “se torna uma função semissoberana de direitos, privilégios, prerrogativas, transações, isto é, cada vez mais dissociada da forma ativa e atual de conduzir a produção, pois esta última função cria uma nova classe e é apropriada por esta ...”. Esta classe “representa um depósito de aptidões, habilidades, conhecimentos, tradições, que move a organização da sociedade econômica de um ponto para outro, e organiza o novo nível de produção alcançado... A superprodução da qual a sociedade econômica vem padecendo é centrada em larga extensão na superprodução desta classe progressiva... e, portanto, não é acidental, mas essencial, que uma economia totalitária pare, em sua origem, a produção e a reprodução destas aptidões...”

um erro amplamente disseminado que as mais perigosas revoluções são instigadas pelas camadas mais miseráveis da sociedade. O anseio revolucionário por liberdade e justiça encontra seu terreno mais fértil não entre os pobres, mas entre indivíduos e grupos que estão eles mesmos relativamente em melhor posição. O grupo governante no capitalismo de Estado totalitário pode, portanto, decidir que do ponto de vista de sua própria segurança um baixo padrão de vida e muitas horas de trabalho fatigante são desejáveis. Uma corrida armamentícia e a excitação com a ameaça de “agressão” estrangeira parecem ser os meios apropriados para manter o padrão de vida baixo e as virtudes guerreiras em alta, enquanto mantém-se o pleno emprego e promove-se o progresso técnico. Tal constelação, contudo, forneceria um exemplo notável de uma limitação política da produtividade.

Podemos nos permitir questões altamente especulativas: o que ocorreria se o capitalismo de Estado totalitário fosse incorporado em um Estado mundial unificado no qual a ameaça da agressão tivesse desaparecido para sempre? Mesmo trabalhos públicos de escopo inimaginável não poderiam impedir que o padrão geral de vida aumentasse em condições de pleno emprego. Em tal caso é improvável que mesmo os dispositivos mais hábeis de dominação ideológica de massa e o mais severo terror consigam sustentar por um longo período uma ditadura de uma minoria que não pode mais afirmar que é necessária para manter a produção e proteger o povo da agressão estrangeira. Se estiver correta a nossa suposição de que o capitalismo de Estado totalitário não irá tolerar um alto padrão de vida para as massas e não pode sobreviver a um desemprego massivo, a consequência parece ser que ele não pode persistir em uma economia de paz. Enquanto um capitalismo de Estado nacional não conquistar o mundo inteiro, contudo, sempre haverá amplas oportunidades para despender a maior parte da capacidade produtiva excessiva (excessiva para as exigências de um padrão mínimo de vida) para uma quantia sempre crescente de armamentos tecnicamente mais perfeitos.

Por que a política de agressão não pode se paralisar antes que um Estado tenha conquistado o mundo inteiro? Ainda depois que um Estado totalitário tiver adquirido plena autarquia dentro de seu próprio território, as guerras no estrangeiro e a sua “preparação” devem prosseguir em ritmo rápido para se proteger contra a agressão que vem de fora e a revolução que vem de dentro. Um capitalismo de Estado democrático, ainda que seguro frente a distúrbios internos, está ameaçado pela agressão totalitária e deve se armar até os dentes e estar pronto para lutar até que todos os estados totalitários tenham se transformado em democracias. No último século se

tornou evidente que uma sociedade baseada sobre o trabalho escravo não poderia existir ao lado de uma organizada sobre o princípio do trabalho livre. O mesmo é verdadeiro em nossos dias para sociedades democráticas e totalitárias.

Controle do Estado sob o capitalismo de Estado

Se o capitalismo de Estado é um sistema viável, superior, em termos de produtividade, ao capitalismo privado em condições de perturbação do mercado monopolista, quais são as implicações políticas? Se o Estado se torna o controlador onipotente de todas as atividades humanas, a questão “quem controla o controlador” abrange o problema de se o capitalismo de Estado abre um novo caminho para a liberdade ou conduz para a completa perda desta no que diz respeito à esmagadora maioria. Entre as duas formas extremas de capitalismo de Estado, a totalitária e a democrática, numerosas outras são pensáveis. Tudo depende de quais grupos sociais dirigem, em última instância, as decisões de um governo cujo poder em todos os assuntos – “econômicos” e “não econômicos” – nunca foi superado na história moderna. O que segue é um esboço rudimentar da estrutura social sob o capitalismo de Estado totalitário.

(1) O governo é controlado e composto por uma nova classe governante. Definimos esta nova classe como um amálgama dos principais burocratas nos negócios, no Estado e no partido aliados com os interesses restantes³³. Já mencionamos que a riqueza herdada ou adquirida pode ainda desempenhar uma função ao abrir um caminho para este grupo governante, mas que isto não é essencial para participação no grupo. A posição no arranjo econômico e administrativo, juntamente com filiação partidária e qualificação pessoal, é decisiva para obter poder político. A nova classe governante, com seu domínio sobre o Estado, controla tudo o que quer: o plano econômico geral, a política externa, direitos e deveres, vida e morte dos indivíduos. Suas

³³ Isto permanece verdadeiro para a Alemanha e Itália onde latifundiários semifeudais e grandes negócios ainda existem e formam parte da turma governante. A situação é diferente na Rússia Soviética onde os velhos interesses foram destruídos. Uma vez que na Rússia a propriedade dos meios de produção trocou de mãos completamente, dos proprietários privados ao Estado, e estes não existem mais sequer em sua forma modificada e reduzida discutida acima, é questionável se nosso modelo de capitalismo de Estado serve para a União Soviética em sua fase presente.

decisões não são restringidas por quaisquer garantias constitucionais, mas apenas por um conjunto de regras, designadas para manter e expandir seu próprio poder. Vimos que o controle sobre o plano econômico geral envolve: todas as decisões básicas sobre como distribuir os “fatores da produção” entre bens de produção e de consumo, sobre a jornada de trabalho e as suas condições, sobre os salários e os preços. Em suma, o controle do plano econômico geral significa o controle sobre o padrão de vida. Antagonismos de interesse entre os grupos dentro da classe governante podem conduzir a sérias dificuldades. O interesse de classe em manter o novo status, contudo, provavelmente será forte o suficiente para superar, por um longo tempo, estes antagonismos antes que eles possam tornar-se uma ameaça ao sistema. As pessoas que formam a classe governante foram preparadas para suas tarefas por sua posição nas instituições monopolistas do capitalismo privado ou por sua cooperação com estas. Lá, um número rapidamente crescente de funções decisivas foi designado para um grupo de burocratas comparativamente pequeno. O princípio de que haja líder e seguidores prosperou muito antes de ser promulgado como o princípio básico da sociedade, pois cada vez mais responsabilidade foi centralizada nas posições superiores de governo, dos negócios, dos sindicatos e dos partidos políticos.

(2) Aqueles proprietários de capital que são “capitalistas” sem serem administradores e que puderam exercer grande influência política durante toda a era do capitalismo privado não têm mais nenhuma função social necessária. Eles recebem os juros de seus investimentos pelo tempo e na medida em que a nova classe governante estiver disposta a concedê-los. Do ponto de vista de sua utilidade social eles constituem uma população excedente. Sob o impacto de uma taxação pesada sobre a herança, do mercado de ações controlado e da atitude geralmente hostil da nova classe governante contra o “*raffende Kapital*” [“capital parasitário”³⁴], estes “capitalistas” provavelmente desaparecerão. O ódio disseminado contra eles só pode se desenvolver porque as leis econômicas do capitalismo transformaram seu papel social naquele de parasitas.

³⁴ Nos discursos de mobilização antisemita propagados pelos nacional-socialistas, “*raffendes Kapital*” (“capital rapinador”) se opõe a “*schaffendes Kapital*” (“capital produtor”). A primeira expressão designa o capital financeiro e eventualmente o capital comercial, qualificando-o como uma espécie de capital “ruim”, improdutivo e parasitário, associado concretamente à “raça” judaica, que extorquiria e se apropriava ilegítima e exteriormente do produto do capital designado pelo segundo termo, o capital industrial, agrícola, extrativista etc. (N.T.).

(3) Um grupo semi-independente, não pertencente à classe governante, mas que desfruta de mais privilégios do que os *Gefolgschaften* [seguidores], é formado pelas profissões livres e pelos pequenos e médios empresários (incluindo os agricultores) que administram seus próprios negócios sob o controle governamental. Ambos desaparecerão se um capitalismo de Estado plenamente desenvolvido que corresponda ao nosso modelo for consumado. O processo de concentração, que ganha um ímpeto sem precedentes sob o capitalismo de Estado, absorve as pequenas e médias empresas independentes. A tendência em direção à socialização da medicina, do jornalismo e de outras profissões livres transforma seus membros em empregados do governo.

(4) A grande maioria das pessoas decai à categoria de empregados assalariados de todos os tipos. Eles estão sujeitos ao princípio condutor de comando e obediência. Todos os seus direitos políticos foram destruídos, e a atomização cuidadosamente planejada simplificou a tarefa de mantê-los sob controle estrito. O direito do trabalho de barganhar coletivamente, de fazer greve, de mudar de emprego e de residência à vontade (se sua posição de mercado permite) é abolido. O trabalho se torna compulsório, os salários são fixados pelas agências governamentais, o tempo de lazer do trabalhador e de sua família é organizado a partir de cima. Em certos aspectos, isto é antitético à posição do trabalho sob o capitalismo privado e revive muitos traços das condições feudais.

(5) O novo Estado aparece abertamente como uma instituição na qual todo o poder terreno é incorporado e que serve para a nova classe governante como uma ferramenta para suas políticas de poder. Instituições aparentemente independentes como o partido, o exército e as empresas formam seus braços especializados. Uma relação complicada existe, contudo, entre os meios e aqueles que os aplicam, resultando em alguma independência genuína para estas instituições. A dominação política é consumada, por um lado, pelo terror organizado e pela propaganda esmagadora, e, por outro, pelo pleno emprego e por um padrão adequado de vida para todos os grupos principais, pela promessa de segurança e de uma vida mais abundante para cada indivíduo que se submete voluntária e completamente. Este sistema está longe de estar baseado apenas sobre a força bruta. Na medida em que ele fornece muitas satisfações "reais" para seus indivíduos, ele existe parcialmente com o consentimento do governado, mas este consentimento não pode mudar o caráter antagonista de uma sociedade de capitalismo de Estado na qual os interesses de poder da classe governante impedem as pessoas de usar plenamente as forças produtivas para seu

próprio bem-estar e de ter controle sobre a organização e as atividades da sociedade.

Demos algumas indicações daquilo que pensamos serem os traços particulares da forma democrática de capitalismo de Estado. Como nenhuma aproximação a ele foi feita na prática, e como a discussão sobre ele ainda se encontra em um estágio de formação³⁵, nenhuma tentativa será feita aqui para construir um modelo seu.

Contudo, a tendência em direção ao capitalismo de Estado é crescente nos Estados não totalitários. Um número cada vez maior de observadores admite, embora geralmente de forma relutante, que o capitalismo privado não é mais capaz de dar conta das novas tarefas. “Todos os planos para reconstrução interna pós-guerra começam com a suposição de os controles mais ou menos permanentes do governo substituirão os métodos *laissez-faire* tanto na esfera nacional quanto na esfera internacional. Por isso a escolha não é entre controles totalitários e o retorno à ‘livre-empresa’; a escolha é entre controles totalitários e controles voluntariamente aceitos pelas pessoas de cada país para o benefício da sociedade como um todo”³⁶. Esta é a lição de todas as medidas de larga escala de interferência governamental: elas contribuirão para a interrupção do mecanismo de mercado se não estiverem coordenadas em um plano geral. Se o governo deve fornecer para todos os itens reconhecidos como imprescindíveis nos programas de reconstrução pós-guerra mais sérios³⁷, ele deve estar investido dos poderes adequados, e estes podem não ficar aquém do capitalismo de Estado.

³⁵ Charles A. Beard, *Public Policy and the General Welfare*, New York, 1941, representa uma etapa importante nesta discussão.

³⁶ Vera Micheles Dean, “Toward a New World Order”, in: *Foreign Policy Reports*, 15 de Maio, 1941, p. 55.

³⁷ “Um grupo de averiguação britânico, composto por economistas progressistas, homens de negócios, funcionários públicos e professores, conhecidos como PEP (Planejamento econômico e político), incluiu os seguintes itens em seu programa preliminar preparado em 1940: manutenção, depois da guerra, da plena atividade econômica baseada no uso completo de força humana e de recursos, ‘independentemente de critérios financeiros obsoletos’; segurança de um padrão mínimo de vida, baseado sobre os padrões científicos de nutrição e a provisão adequada para dependentes; segurança de um padrão mínimo de habitação, baseado sobre um programa socialmente planejado de habitação e comodidades sociais; provisão de cuidados médicos e uma medida razoável de segurança econômica, cobrindo os riscos de emprego, acidentes, doença, viuvez e velhice; a provisão de oportunidades iguais para educação em cada país e o restabelecimento de um sistema europeu de ensino e pesquisa superior aberto a estudantes de todas as partes do mundo que demonstrem

É de vital importância para todos aqueles que acreditam nos valores da democracia que uma investigação seja feita para saber se o capitalismo de Estado pode ser conduzido sob o controle democrático. Os problemas sociais e morais com os quais as democracias são confrontadas foram formulados da seguinte forma: "... Como podemos utilizar de forma efetiva nossos recursos, e ao mesmo tempo preservarmos os valores subjacentes em nossa tradição de liberdade e democracia? Como podemos empregar nossos desempregados, usar de forma plena nossas fábricas e equipamentos, usufruir a mais moderna tecnologia e, ainda, fazer com que em tudo isto a fonte individual do valor e a realização individual na sociedade sejam os objetivos básicos? Como podemos obter a organização efetiva dos recursos, e ao mesmo tempo reter a máxima liberdade da ação individual?"³⁸ O capitalismo de Estado totalitário oferece a solução dos problemas econômicos ao custo da opressão totalitária. Quais medidas são necessárias para garantir o controle do Estado pela maioria de seu povo em vez de por uma pequena minoria? Quais vias e meios podem ser elaborados para impedir o abuso do poder, enorme, com o qual está investida a burocracia estatal, industrial e partidária sob o capitalismo de Estado? Como pode a perda da liberdade econômica se tornar compatível com a manutenção da liberdade política? Como podem as forças de desintegração de hoje serem substituídas por forças de integração? Como serão eliminadas as raízes das quais se desenvolvem o insuperável antagonismo social de tal forma que não surja uma aliança política entre interesses parciais divergentes e a burocracia com o objetivo de dominar a maioria? Pode o capitalismo de Estado democrático ser mais do que uma fase transitória conduzindo ou a total opressão ou a eliminação dos fragmentos remanescentes do sistema capitalista?

Os principais obstáculos da forma democrática do capitalismo de Estado são de natureza política e só podem ser superados por meios políticos. Se nossa tese se provar correta, a sociedade em seu estágio atual pode superar as deficiências do sistema de mercado pelo planejamento econômico. Alguns dos melhores cérebros deste país estão estudando o problema de como tal planejamento pode ser feito de forma democrática, mas uma grande quantidade de trabalho teórico tem que ser feita antes que as respostas para cada questão possam surgir.

habilidades; provisão de atividades culturais e recreativas e o estabelecimento de organizações para treinamento e lazer da juventude em uma escala européia". (Vera Micheles Dean, *op. cit.*, p. 55).

³⁸ National Resources Committee, *The Structure of the American Economy*, Washington D.C., 1939, p. 3.

Seria o nacional-socialismo uma nova ordem? (1941)

O texto que segue é a última de uma série de cinco conferências públicas proferidas na Columbia University pelo Instituto de Pesquisa Social durante os meses de novembro e dezembro de 1941. As outras quatro conferências foram: Herbert Marcuse, “State and Individual under National Socialism” [“Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo”]; A. R. L. Gurland, “Private Property under National Socialism” [“Propriedade privada sob o nacional-socialismo”]; Franz Neumann, “The New Rulers in Germany” [“Os novos governantes na Alemanha”] e Otto Kirchheimer, “The Legal Order under National Socialism” [“A ordem jurídica sob o nacional-socialismo”]. A tarefa para a qual o autor estava incumbido era dupla: resumir as quatro conferências precedentes e responder à questão sobre se o nacional-socialismo seria uma nova ordem. A combinação destas duas tarefas induziu à ênfase daqueles pontos que foram discutidos anteriormente e em que o autor discorda parcialmente de seus colegas. Uma vez que era impossível publicar toda a série de conferências, o texto da conferência conclusiva é dado aqui em sua forma original, incorporando os principais pontos das conferências prévias assim como os assuntos controversos. Esta conferência representa a aplicação de uma teoria geral do capitalismo de Estado para a Alemanha nazista.

Quando falo de uma nova ordem não estou me referindo ao novo sistema de fronteiras, coalizões e Estados fantoche que o Eixo está estabelecendo por toda a Europa ou que pode ser concluído na próxima conferência de paz. Meu objetivo é clarificar a nova ordem como um novo sistema social e econômico em contraste com o capitalismo monopolista. Para citar o mais óbvio exemplo, o capitalismo do século XIX certamente deve ser chamado de um novo sistema social e econômico quando comparado com a ordem feudal que o precedeu. Mas devemos, por exemplo, declarar também que o capitalismo de monopólio seja uma nova ordem quando contrastado com o capitalismo competitivo?

Evidentemente, só podemos proceder depois que tivermos escolhido um parâmetro que nos permita distinguir uma nova ordem de uma velha. Os conceitos básicos e instituições de nosso sistema social e econômico devem servir como tal parâmetro. A resposta para nosso problema só fará sentido se concordarmos acerca das características essenciais de nosso próprio sistema social. A resposta será sem sentido para aqueles que recusarem o acordo.

Gostaria de elencar as características essenciais da sociedade moderna sob os seguintes títulos:

- (1) a classe governante,
- (2) a integração da sociedade,
- (3) a operação da vida econômica,
- (4) a relação entre governo e governado,
- (5) o papel do indivíduo.

Antes de entrar na discussão destes assuntos temos que fazer dois comentários metodológicos. (1) Nenhum sistema social é estático. Uma mudança contínua altera diariamente a estrutura da sociedade. Tais mudanças podem não se tornar aparentes de uma só vez. Elas podem ficar escondidas, particularmente porque as instituições permanecem inalteradas enquanto se alteram suas funções. A instituição legal da propriedade, por exemplo, permaneceu inalterada por séculos – e mesmo assim a função social da propriedade difere radicalmente dos períodos anteriores. (2) Quando as mudanças que gradualmente se infiltram em uma ordem existente se tornam tão vitais que devemos falar de uma mudança estrutural que envolve uma nova ordem? Quando uma mudança quantitativa se transforma em uma mudança qualitativa? Uma resposta convincente só pode ser dada depois que esta mudança estiver em progresso por um tempo considerável.¹

(1) A classe governante

¹ Para os materiais abrangentes sobre a economia e a sociedade do Nacional-socialismo, cf. Franz Neumann, *Behemoth. The Structure and Practice of National Socialism*, New York, 1942; Lewis L. Lorwin, *Economic Consequences of the Second World War*, New York, 1941 (partes 1 e 3); Maxine Y. Sweezy, *The Structure of the Nazi Economy*, Cambridge, Mass., 1941. O importante problema da conexão entre a revolução técnica recente e a nova ordem foi discutido no artigo A. R. L. Gurland, "Technological Trends and Economic Structure under National Socialism (*Studies in Philosophy and Social Science*, IX, 1941).

Quatro grupos estão no controle sob o nacional-socialismo. Estes grupos estão claramente delimitados uns dos outros, tendo interesses conflitantes. No entanto, eles estão vinculados por objetivos comuns e pelo temor dos mesmos perigos. Estes quatro grupos são o grande negócio, o exército, o partido e a burocracia. Eles partilham entre si o poder coercivo que previamente foi monopólio do Estado que se encontrava acima deles todos. Enquanto até recentemente, na era capitalista, o poder social de alguém era derivado principalmente de sua propriedade, sob o nacional-socialismo o status de alguém é determinado por sua função social. Riqueza, seja esta adquirida ou herdada, não só pode como de fato facilita o acesso às posições de poder, mas, em vez das leis de mercado e dos direitos de propriedade, é o status do indivíduo dentro do grupo que decide o uso que ele pode fazer de sua propriedade. Este desenvolvimento será mais bem entendido quando visto em conexão com a tendência universal a um divórcio entre propriedade e controle². Lado a lado com o proprietário administrador que detém a maioria do capital está o puro administrador puro, que, mesmo tendo somente um interesse minoritário, controla a empresa tanto quanto o proprietário administrador. Em relação a estes dois, que exercem poder econômico, permanece o homem que detém capital sem exercer poder. Se seu capital for pequeno, ele se tornará uma vítima do processo de concentração que tem sido acelerado pela organização empreendedora superior. Esta pode eliminá-lo ao recusar a ele o direito de produzir, de comprar matéria-prima, ou de empregar trabalho. Se, por um lado, seu capital é grande e a empresa sólida, o capitalista ineficiente será reduzido a mero rentista.

A situação da propriedade privada na Alemanha nazi tem sido resumida da seguinte forma³: "A instituição legal da propriedade privada foi preservada sob o nacional-socialismo. A exigência do capital investido por um retorno justo nunca foi questionada. Mas o direito do proprietário a

² A obra americana de referência sobre esta tendência é ainda a de: A. A. Berle e G. C. Means, *The Modern Corporation and Private Property*, New York, 1933. James Burnham, em seu *Managerial Revolution* (New York, 1941), tentou descobrir para onde esta tendência está conduzindo. Em artigo recente, "Coming Rulers of the U.S." (*Fortune*, novembro de 1941), ele apresentou sua tese em termos dos desenvolvimentos nos Estados Unidos. Deve ser notado, contudo, que Burnham fala de um *fait accompli* onde, até agora, só uma tendência é visível. Para o âmbito do controle da propriedade ainda existente nos Estados Unidos, cf. *The Distribution of Ownership in the 200 Largest Nonfinancial Corporations*, Temporary National Economic Comitee, Monografia nº 29, Washington D.C., 1940.

³ A. R. L. Gurland, em sua conferência mencionada acima.

controlar o uso de sua propriedade está sujeito a múltiplas restrições, cujo manejo está com as organizações empreendedoras superiores. Elas estão sendo comandadas por representantes das mais poderosas fusões industriais e financeiras. As inspeções impostas sobre os direitos dos detentores da propriedade individual resultam em um poder aumentado de uns poucos grupos que governam sobre os reais impérios industriais”.

Concordo inteiramente que a instituição legal da propriedade privada foi retida e que muitas das características mostradas como inerentes ao nacional-socialismo são já aparentes, talvez apenas em um estágio embrionário, nos países não-totalitários. Mas isto significa que a função da propriedade privada não foi alterada? O “aumento do poder de uns poucos grupos” é realmente o principal resultado da mudança ocorrida? Penso que isto vai mais além e que deveria ser descrito como a destruição de quase todas as características essenciais da propriedade privada. Mesmo as fusões mais poderosas foram privadas do direito de estabelecer um novo negócio onde os maiores lucros podem ser esperados; ou do direito de acabar com a produção onde ela se tornou não lucrativa. Estes direitos foram transferidos para os grupos governantes como um todo. É o compromisso entre os grupos controladores que decide sobre o escopo e a direção do processo produtivo; contra tal decisão o título de propriedade é impotente mesmo se derivado da propriedade da imensa maioria das ações, para não falar do proprietário de uma minoria de ações.

Minha visão pode ser desafiada pela referência ao crescimento do “financiamento interno”. Mas o “financiamento interno” é promovido deliberadamente pelos grupos governantes para facilitar a expansão. Como qualquer outro investimento, ele depende do consentimento das autoridades e não do mero fato de que os fundos internos estão disponíveis. Se a expansão de uma empresa não se adéqua ao programa geral do governo, a utilização das reservas acumuladas para expansão das fábricas será proibida e os fundos acumulados serão usados de outro modo, talvez investidos de modo compulsório nos títulos públicos.

Quase não é necessário mencionar que todos aqueles que não pertencem ao grupo controlador – as classes médias rurais e urbanas, os trabalhadores e empregados assalariados – não têm meios institucionalizados para fazer os governadores cumprirem seus desejos. Suas organizações foram destruídas ou transformadas em agências para dominá-los. Só o medo de que eles poderiam se rebelar quando a pressão de cima se tornar demasiado forte torna a pressão vinda de baixo algo efetivo e que consegue concessões.

Neste breve resumo não posso discutir a transferência de poder do capital financeiro para o industrial nem as diferentes tendências na posição de poder das indústrias de bens de produção e consumo. Em uma pesquisa completa das mudanças que ocorreram dentro da classe governante estes e outros processos teriam que ser analisados de forma minuciosa⁴. É a sua totalidade, combinada com a mudança nas funções da propriedade, que, em minha opinião, justifica falar de uma mudança qualitativa na classe governante sob o nacional-socialismo. Embora o poder dos monopólios industriais possa ainda ser enorme, ele é hoje contingente quanto à boa vontade e cooperação dos “praticantes da violência” (como Harold Lasswell adequadamente os nomeou)⁵.

(2) A Integração da sociedade

Sob o nacional-socialismo tanto os indivíduos quanto os grupos sociais se encontram em uma situação que, em seu significado social e status legal, é totalmente diferente daquela da sociedade tradicional. Na última os indivíduos e os estratos se comunicam com os demais por meio da troca como parceiros legalmente iguais. Trabalhadores livres e empreendedores livres se encontram no mercado. Faixas de renda determinam o poder e o valor sociais do indivíduo.

O nacional-socialismo aboliu os últimos vestígios de tais sujeitos econômicos; propriedade e renda não são mais os principais determinantes da posição social do indivíduo. Capitalistas e trabalho estão organizados da mesma forma em uma organização totalmente abrangente, a Frente para o Trabalho, e unidos ideologicamente na comunidade do povo. Sua relação é definida como aquela de líderes e seguidores, e se baseia no comando e obediência. Ainda que os salários sejam pagos, eles perderam uma de suas principais funções, a saber, a da distribuição da força de trabalho no interior do processo econômico. Poder social, prestígio e honra dependem agora decisivamente da posição que se ocupa no governo e nas hierarquias do partido. Assim, a relação entre propriedade, renda e poder social foi

⁴ Cf. Franz Neumann, *op. cit.*, e Otto Kirchheimer, “Changes in the Structure of Political Compromise”, in *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, número 2, 1941, p. 264 e seguintes.

⁵ Harold D. Lasswell, “The Garrison State”, em *The American Journal of Sociology*, número 4, 1941, p. 455 e seguintes.

radicalmente alterada. O dinheiro sozinho dá apenas um poder limitado ou (como no caso dos judeus) absolutamente poder algum. O poder político, por sua vez, que é equivalente ao controle dos meios de produção, pode se tornar a fonte de renda praticamente ilimitada.

Sugeriu-se que a relação nacional-socialista de “líderes e seguidores” seria equivalente à relação feudal entre senhor e vassalo. Não creio que seja verdade. Não devemos ser iludidos por semelhanças terminológicas e especialmente pela habilidosa propaganda nacional-socialista que gostaria que acreditássemos em uma relação paternalista entre empregador e empregado. A sociedade feudal é caracterizada pela forma direta das relações humanas que estão baseadas em um contrato de confiança e fé, incompatível com a disciplina autoritária. O líder de uma empresa alemã é meramente uma peça na engrenagem de uma imensa máquina burocrática que destruiu os últimos resquícios de relações pessoais ainda existentes na sociedade capitalista.

(3) A Operação da vida econômica

O nacional-socialismo não criou uma economia planejada para que toda a vida econômica pudesse ser dirigida e realizada de acordo com um plano bem concebido e detalhado. O assim chamado “Plano Quadrienal” nunca foi publicado, porque não existe e deve ser considerado um mero ardil para impor a concentração do controle e acelerar a produção de armamentos. Ainda em 1941 o *Frankfurter Zeitung*⁶ declarou que “o problema de uma economia totalmente planejada nunca foi seriamente discutido”. Planejamento na Alemanha nazi é um mero retalho de medidas provisórias projetadas para lidar com as tarefas criadas pelo armamento e pela guerra. Foi declarado que as “medidas legislativas realizadas durante os primeiros anos da administração nacional-socialista foram baseadas na suposição de que o sistema econômico herdado duraria para sempre”⁷. Em vista do fato de que não existe um plano geral, e nem a intenção de estabelecer uma economia planejada, em vista do caráter emergencial da preparação da guerra e da economia de guerra, muitos observadores acreditam que não surgiu uma nova ordem. Nesta visão, uma economia de guerra muito monopolizada resultou em algum fortalecimento das posições monopolistas, mas deixou

⁶ Em sua edição do dia primeiro de Junho de 1941.

⁷ A. R. L. Gurland, em sua conferência acima mencionada.

intocada a estrutura econômica. Creio que esta visão tome fenômenos de superfície pelo seu valor nominal. Ainda se as lideranças alemãs estivessem comprometidas com a manutenção da economia capitalista privada, a força objetiva de suas inúmeras interferências na economia é mais poderosa do que seus desejos piedosos. Mesmo contra seus desejos e preferências, os fatos objetivos estão a caminho de destruir a velha ordem. Uma interferência de necessidade produz outra. Os líderes são levados a tomar medidas cada vez mais drásticas por conta da alternativa desagradável entre proceder e ter uma chance de sobrevivência ou parar e encontrar o colapso completo. Em resumo: todos os conceitos básicos e instituições do capitalismo mudaram de função; a interferência do Estado na estrutura da velha ordem econômica, por sua absoluta totalidade e intensidade, “transformou quantidade em qualidade”, capitalismo de monopólio em capitalismo de Estado.

Deixem-me examinar uns poucos detalhes: o mercado, os preços e os lucros. Parece certo que não existe nenhum plano diretor para a economia nazi e é improvável que dados pormenorizados tenham sido desenvolvidos para os vários ramos da indústria. Mas existe, definitivamente, um plano detalhado para a agricultura que conduziu à completa arregimentação da produção e da promoção de compra e venda agrícola. Para a produção industrial, contudo, existe um plano geral claramente definido incorporando o objetivo básico da economia nacional-socialista: pleno emprego, máxima independência em relação às importações, retração do consumo da parte da renda nacional que pode ser poupada, e produção do maior número possível de bens de produção em geral e de armamentos em particular.

Para cumprir este programa, uma variedade de métodos está à disposição do regime. Eles já foram apresentados⁸. As organizações empresariais superiores, federadas na Câmara Econômica Nacional, cooperando com as diversas burocracias do Plano de Quadrienal, obviamente sofrem as consequências desta tarefa. Tal condução central da totalidade da economia leva à desaparecimento real do mercado como um volante de direção da produção. Não se trata apenas de que os preços que tenham sido congelados. Mesmo onde as flutuações de preços são ainda permitidas, os preços não podem mais servir como sinais para aumentar ou limitar a produção. A alocação de matéria-prima, de maquinaria, de combustíveis e de trabalho foi gradualmente substituindo o sistema de licitação para os fatores de produção. Não creio que a condução central seja meramente o resultado da escassez que se desenvolve em toda economia de guerra e desaparece junto com a

⁸ Cf. “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações”, neste volume, acima.

emergência. Ao contrário, o objetivo declarado da política econômica nazi é pleno emprego permanente sem fases recorrentes de expansão e depressão; ou, nas palavras de um escritor nazi, “uma época sem ciclos de negócios que é a realização dos objetivos nacional-socialistas e que poupa o empregador dos tempos difíceis de perdas e de risco de colapso”⁹. Este objetivo só pode ser alcançado se o mecanismo de mercado é desmantelado definitivamente como a maquinaria controladora e se o controle centralizado, mais centralizado do que antes, é colocado em seu lugar¹⁰.

Qual será o destino dos assim chamados incentivos econômicos? Não existirão mais lucros e o sistema de lucros será abolido? Gostaria de dar uma resposta paradoxal: existem e existirão lucros na Alemanha nazi, e mesmo lucros enormes para grandes negócios, mas o sistema de lucro, tal como nós conhecemos, todavia está morto. Os lucros perderam sua principal função econômica, a saber, dirigir o fluxo de capital. Para colocar isto de forma paradoxal outra vez, sob o nacional-socialismo a produção é para o uso e não para o lucro. Deve ficar entendido que produção para o uso não pretende significar “para as necessidades de homens livres em uma sociedade harmônica”, mas simplesmente o contrário da produção para o mercado. Na economia capitalista produção e investimento sempre se moveram rapidamente para a esfera dos maiores lucros. No nacional-socialismo, mesmo os mais poderosos interesses de lucros se tornam subordinados ao programa geral. Se eles atuam de acordo com esse programa (e nas circunstâncias prevaletentes eles geralmente o fazem), os lucros podem ser feitos. Mas as mais ultrajantes expectativas de lucro não conduzirão a lugar algum se elas forem contrárias a este programa. Em cada caso em que o interesse de grupos ou indivíduos isolados conflita com o plano geral ou com aquilo que serve como seu substituto, o interesse individual deve ceder. É o interesse do grupo governante como um todo que é decisivo, e não o interesse individual daqueles que pertencem a ele. Mesmo interesses particulares muito fortes não podem impedir a execução das tarefas urgentes necessárias para o bem comum¹¹.

⁹ Frankfurter Zeitung, loc. cit.

¹⁰ Os principais argumentos para a viabilidade de substituir o mecanismo de mercado por uma maquinaria de controle que faça uso de um pseudo-mercado são encontrados em “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações”, neste volume, acima.

¹¹ Para a situação nos Estados Unidos anterior a sua entrada na guerra, conferir as conclusões do Special Committee Investigating the National Defense Program (Truman Committee) [Comitê especial de investigação do programa nacional de defesa (Comitê Truman)]. A seguinte declaração, franca, ilustra nosso ponto: “o comitê, nas

Ao lucro é deixado duas funções no nacional-socialismo: como renda para os detentores de propriedade e como um prêmio para a eficiência empresarial. No primeiro aspecto eles são estritamente controlados e limitados; no segundo eles são a recompensa para esforços e conquistas que estão acima da média. Desde que os ciclos de negócios foram eliminados é bastante “natural” que “o lucro sempre recorrente para o desempenho empresarial médio, um lucro que não é hipotecado por perdas e riscos, será menor do que em tempos passados de expansões e depressões”¹².

Acredito que estas observações são suficientes para clarificar minha tese de que o nacional-socialismo está construindo uma nova ordem econômica na qual o mercado é substituído pelo comando.

(4) A Relação entre governo e governado.¹³

Os grupos governantes exercem sua dominação sobre as massas por meio de burocracias que são, em suas camadas superiores, elas próprias parceiras do “compromisso”¹⁴, e cujas posições inferiores da polícia, judiciário e burocracia partidária são os órgãos executivos aos quais é confiada a domesticação das massas.

Nesta nova parceria as esferas de influência não estão fixadas de uma vez por todas. Elas flutuam constantemente de acordo com o fracasso ou sucesso, a força ou fraqueza relativa de uma dada política com a qual um grupo determinado pode estar mais intimamente associado do que outro. Mas estas flutuações não mudam dois fatos essenciais. Primeiro, a posição do indivíduo se tornou em grande parte dependente de seu status dentro de seu grupo. Este status, por sua vez, é sancionado e confirmado pelas ordens

investigações que já conduziu, encontrou diversas instâncias de grande ineficiência e ainda mais instâncias onde os interesses privados dos concernidos têm perturbado e atrasado o programa de defesa. Uma quantidade considerável de suprimentos e materiais que deveríamos ter hoje não foram produzidos e o resultado é que o esforço de guerra tem sido seriamente prejudicado”. (77th Congress, 2nd Session, Senate, Report No. 480, Part 5, Washington D.C., 1942, p. 2).

¹² Frankfurter Zeitung, loc. cit.

¹³ Cf. os artigos de Otto Kirchheimer, em: *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, número 3, 1941, pp. 456 e seguintes, e em *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, número 2, 1941, pp. 264 e seguintes.

¹⁴ Cf. Otto Kirchheimer, *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, número 2, 1941, pp. 264 e seguintes.

administrativas que vieram a suplantar as regras do direito civil. Um novo estado de coisas surgiu, o qual foi apropriadamente chamado de “uma síntese entre governo e empresa privada”. Segundo, a consequência desta nova síntese é o desaparecimento do Estado de direito que vincula igualmente o governante e o governado. A racionalidade bilateral sujeitando governantes e governados às mesmas fórmulas foi substituída por uma racionalidade técnica unilateral. O maior interesse do governo é a precisão e velocidade com a qual suas ordens, rapidamente alteráveis, são executadas. Sob tal sistema os órgãos executivos tendem a ser cada vez mais maquinais, e esta qualidade maquinal dá ao aparato estatal seu alto grau de precisão e calculabilidade técnica.

O direito na Alemanha nazi apresenta um notável exemplo de mudanças funcionais. Muitas das velhas instituições jurídicas estão ainda funcionando e ainda aplicando fórmulas consagradas pelo tempo. A equipe do Ministério da Justiça não foi alterada. A diferença total entre leis democráticas e totalitárias parece se resumir ao uso generalizado do terror pelo nacional-socialismo. Mesmo assim, de fato, nada resta da velha ordem das coisas para além da fachada.

(5) O papel do indivíduo.¹⁵

O regime nacional-socialista, mais do que qualquer outra forma de governo, liberou os mais brutais instintos do indivíduo. Considera os homens apenas como a fonte última desta energia da qual se alimenta o gigantesco aparato de dominação e expansão. O indivíduo humano recebe cuidado e mesmo estima apenas na medida em que é fonte de força de trabalho, fornecendo os instrumentos da guerra e da expansão. Todos os esforços oficiais para embelezar o trabalho e o lazer, todas as atividades da Força pela Alegria¹⁶, servem, em última análise, para aumentar a produção do indivíduo, fortalecer seu desempenho, melhorar sua eficiência. Não há limites para a mobilização do indivíduo: o nacional-socialismo destrói os muros de proteção que a era liberal tinha erigido entre a vida privada e a social. Esta mobilização não pode ser realizada, contudo, sem compensar o indivíduo pela perda total de sua independência. Uma vez que cada compensação que equivale a um

¹⁵ Para o problema relativo ao papel do indivíduo na sociedade moderna, cf. Max Horkheimer, em *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, número 2, 1941.

¹⁶ Cf. a nota 24 da introdução deste volume (N.T.).

real aumento da liberdade e felicidade individual deve, necessariamente, por em risco o sistema de dominação, é preciso encontrar uma forma de satisfação que intensifique em vez de enfraquecer o sistema. Tal forma de satisfação se tornou possível pela abolição de certos tabus sociais que, enquanto restringiam os ímpetus e desejos do indivíduo, ao mesmo tempo protegiam sua privacidade contra a interferência do Estado e da sociedade. O nacional-socialismo eliminou a discriminação contra mães e filhos ilegítimos, encorajou relações extraconjugais entre os sexos, e transformou esta esfera inteira da privacidade protegida em um terreno de serviço público. Deve-se notar, contudo, que o aumento na liberdade e prazer envolvido nesta abolição de tabus é efetivamente contrabalançado por muitos fatores:

(1) O próprio fato de que a satisfação privada do indivíduo tenha se tornado uma questão pública e um desempenho oficialmente recompensado e controlado remove o perigo implicado em tal liberação.

(2) As relações sexuais se tornaram instrumentos para executar a política populacional imperialista do Terceiro Reich. Assim elas são meios para um fim determinado, o qual é proposto e supervisionado pelo regime nacional-socialista.

(3) E, talvez mais importante, a liberação desta esfera é habilmente coordenada com a liberação dos instintos e impulsos operando contra os inimigos e bodes expiatórios do regime, tal como a crueldade contra o fraco e desamparado (judeus, pessoas com debilidade mental e “desajustados”), ódio de outras raças, ou instintos e impulsos operando diretamente no interesse dos governantes atuais: submissão masoquista a todos os tipos de comandos, ao sofrimento, sacrifício ou morte. O indivíduo liberado é assim capturado em uma estrutura fisiológica e psicológica que serve para garantir e perpetuar sua opressão.

Valeria a pena discutir as mudanças fundamentais no papel do indivíduo a partir da perspectiva do status alterado da família. A família na Alemanha nazi está em plena desintegração, privada de todas as suas funções anteriores. Não pode mais proteger economicamente o indivíduo. Palavras descuidadamente usadas na frente dos próprios filhos podem conduzir ao desastre. A educação passou completamente para as mãos do partido, e mesmo o monopólio da família sobre a procriação legítima foi quebrado¹⁷. A destruição do fundamento da sociedade moderna, a família, pode provar de

¹⁷ Todos estes problemas, e outros mais relacionados, estão relatados em: Gregor Ziemer, *Education for Death*, Nova York, 1941.

forma mais convincente do que qualquer outro argumento isolado que uma Nova Ordem Social está sendo construída na Alemanha nazi.

Chego ao fim de minha análise sumária das mudanças nas funções das instituições básicas e conceitos. Deveria ter acrescentado muitos outros, como, por exemplo, a natureza do novo imperialismo. Sua diferença decisiva está no fato de que o imperialismo ultrapassado poderia estar saturado, enquanto o novo imperialismo deve expandir de forma incessante até que tenha atingido a dominação mundial.

Quanto mais profundo que se vai na comparação do velho com o novo na Alemanha nazi, mais se chega à conclusão de que a Nova Ordem está em fabricação. Uma Nova Ordem Política, Jurídica, Econômica e Social. O que é esta nova ordem? Pode ela durar?

A Nova Ordem – o que é isto?

Seria útil rotular a nova ordem de “capitalismo de Estado”?¹⁸ Sérias objeções podem ser levantadas contra este termo. Já existem grandes dúvidas sobre se faz sentido chamar o sistema nacional-socialista de um Estado. Além disso, a expressão “capitalismo de Estado” possivelmente é enganosa porque pode ser entendida como se denotasse uma sociedade na qual o Estado é o único proprietário de todo o capital. Definitivamente, este não é o caso do nacional-socialismo. No entanto, a expressão “capitalismo de Estado” descreve melhor do que qualquer outra expressão quatro características do novo sistema: (1) Que a nova ordem é a sucessora do capitalismo privado, (2) que o Estado assume importantes funções do capitalista privado, (3) que as instituições capitalistas como a venda do trabalho, ou os lucros, ainda desempenham funções importantes, e (4) que ela não é o socialismo.

Muitos outros rótulos têm sido oferecidos nas discussões recentes, tais como economia controlada, capitalismo de monopólio organizado pelo Estado, economia estatal totalitária, neomercantilismo e coletivismo burocrático. Creio que a expressão “Economia de comando” expressa melhor o significado do novo sistema. Esta expressão foi utilizada primeiramente por um escritor nazi¹⁹ em um artigo no qual ele afirma que “competição,

¹⁸ Cf. a discussão deste conceito no artigo “Capitalismo de Estado”, neste volume.

¹⁹ Willi Neuling, “Wettbewerb, Monopol und Befehl in der heutigen Wirtschaft”. Eine Vorstudie zur Neubegründung der deutschen Wirtschaftstheorie, em *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, 1939, pp. 279 e seguintes.

monopólio e comando, estes elementos básicos de toda teoria econômica, iguam-se entre si tanto em extensão quanto em poder. Mas gradualmente o peso vira em favor do comando”²⁰. O que me impressiona no conceito de “Economia de comando” é que ele essencialmente se contrapõe ao conceito de “Economia de troca”. Ele sugere uma economia que está baseada no comando em um sentido similar a como a economia liberal está baseada na troca. Isto conduz, logicamente, a descrever a nova sociedade como uma “Sociedade de comando” em contraste com a “Sociedade de troca” de dias passados.

Ao usar estes rótulos, não quero implicar que a Alemanha nacional-socialista é um capitalismo de Estado plenamente desenvolvido ou uma economia totalmente planificada. Quero destacar que o novo sistema alemão aproxima-se mais destes conceitos econômicos do que daqueles de *laissez faire* ou de capitalismo de monopólio.

As diferenças entre a nova ordem e o capitalismo privado não precisam de mais discussão. Mas onde está a diferença entre o nacional-socialismo e uma economia na qual “a concentração do poder econômico na produção e distribuição de bens e serviços, assim como o controle financeiro sobre eles”²¹, tornou-se típico da maioria das esferas da vida econômica? Certamente, no capitalismo de monopólio muitas das condições de produção e distribuição são controladas de um modo similar àquele do nacional-socialismo. Na Alemanha pré-nazi a quantidade e a qualidade de muitas mercadorias foram fixadas por organizações supra-empresariais ou por simples monopólios independentemente das leis do mercado. Salário e escalas de rendimento não mudaram necessariamente com as variações de oferta e demanda. Mas a manipulação do mercado esteve nas mãos de grupos antagônicos e foi determinada apenas pelo objetivo de melhorar suas posições de barganha. A interferência no sistema de mercado tornou o mercado cada vez mais inviável, mas nenhuma provisão foi prevista para eliminar os distúrbios cada vez mais sérios.

No nacional-socialismo observamos, outra vez, uma típica mudança de quantidade em qualidade. As organizações monopolistas não operam mais como intrusos perturbadores, mas assumem as funções de mercado como agentes governamentais. As organizações supra-empresariais que outrora foram mais ou menos voluntárias se tornaram compulsórias e abrangentes.

²⁰ *Loc. cit.*, p. 317.

²¹ Esta é a descrição oficial do Temporary National Economic Committee [Comitê econômico nacional temporário] de seu objeto de investigação.

Em vez de cada grupo industrial específico lutar para maximizar os lucros ao custo de cada vez mais frequentes interrupções da produção, eles assumem coletivamente a responsabilidade de coordenar todo o processo econômico e assim de manter a estrutura social existente.

A economia de guerra funcionou como uma estufa para acentuar esse desenvolvimento, mas ele está longe de se concluir. Lutas amargas entre grupos concorrentes entraram em cena no passado e provavelmente virão à tona outra vez, desde que o sistema inteiro sobreviva à guerra. Enquanto isso os peixes pequenos estão sendo aniquilados em ritmo acelerado sob o impacto do controle das prioridades, alocações, trabalho e troca²².

A se seguir esta linha de raciocínio, a fase monopolista do desenvolvimento econômico alemão aparece como uma fase transitória. Durante umas poucas décadas os órgãos da nova ordem se desenvolveram, por assim dizer, no ventre da economia de *laissez faire*. Quando se tornou evidente que o velho sistema não era mais funcional, o novo veio à existência com esta incrível facilidade que apenas pode ser entendida quando reconhecemos as décadas precedentes como preparatórias para ele.

A Nova Ordem – pode ela durar?

Durante os últimos anos, fomos levados a ponderar repetidas vezes a questão: Este sistema totalitário pode perdurar? Quais são as suas possibilidades e as suas limitações? Não tenho uma resposta para diversos problemas envolvidos aqui. O que tentarei discutir, e apenas brevemente, são os aspectos econômicos da questão.

Até agora, a economia nacional-socialista tem mostrado uma força enorme sob todas as formas de pressão e provavelmente superou todos os entraves que deveriam ter provocado sua desgraça – na opinião de muitos especialistas em economia. Estes profetas do colapso têm ignorado que o

²² Um processo similar está ocorrendo nos Estados Unidos. O *New York Times* (6 de Fevereiro de 1942) cita um relatório do Senate's Special Small Committee (Murray Committee) [Pequeno comitê especial do Senado (Comitê Murray)]: "a pequena empresa... enfrenta a bancarrota e o caos ao longo de uma ampla linha de frente. A menos que medidas efetivas sejam tomadas... o período do pós-guerra as verá totalmente fora do cenário. Então, o grande negócio, com suas cadeias ramificadas de estabelecimentos, apoiados pelo grande poder político e financeiro, irão se mover para ocupar todo o campo... Há muito que a posição das pequenas empresas é precária. O efeito do programa de defesa tem sido o de lubrificar o caminho para elas derraparem".

nacional-socialismo aplica um novo conjunto de regras para sua política econômica, regras que a tornaram mais eficiente do que qualquer outra até esta data. Eles também avaliaram mal os limites daquelas leis econômicas que a ciência econômica reconhecida tentou, em vão, por sob controle nos últimos 150 anos.

Por um novo conjunto de regras eu entendo aqueles princípios que são aplicados com o propósito de substituir os princípios do *laissez faire*. A maioria das novas regras foi antes mencionada, especialmente a necessidade férrea do pleno emprego. O Estado totalitário está em condições de garantir um único direito a todos os seus “camaradas raciais”, direito este que nenhum Estado democrático foi capaz de garantir a seus cidadãos: segurança econômica. É verdade que esta segurança é adquirida ao custo de uma brutalização total da sociedade. Ainda assim, a função integrativa do pleno emprego nesta era de uma insegurança econômica geral cada vez mais ameaçadora dificilmente pode ser superestimada²³. É provável que isto conte mais na mente da maioria das pessoas do que o padrão de vida delas (desde que este padrão não seja desesperadamente baixo e tenha uma tendência a melhorar), assim como é provável que conte mais para o pequeno homem de negócios do que a perda de independência, ou para o trabalhador do que a perda de sua própria organização. Ao acompanhar os aspectos puramente econômicos, encontramos aqueles dispositivos que foram projetados para

²³ A opinião de que a criação de pleno emprego ininterrupto se tornou a principal tarefa econômica em todos os países industrializados está rapidamente se disseminando. As seguintes citações são representativas de muitas outras: “O problema do pleno emprego é crucial; ele precisa ser resolvido ainda que ao custo de modificar radicalmente nosso sistema. Se ele não for resolvido, será ele próprio que modificará o sistema – radicalmente” (Elliot V. Bell, em *New York Times Book Review*, 27 de Julho de 1941). “A perigosa tentação de trocar liberdade política por segurança econômica existirá até que seja provado pela experiência de que um governo livre pode providenciar um padrão de vida não apenas mais alto, mas também mais seguro para as massas do que o despotismo. Mesmo a segurança quanto à subsistência pode existir apenas se um número suficiente de empregos estiver disponível, e seria um erro fatal acreditar que isto pode ser alcançado no fim da guerra ao ‘deixar a natureza seguir seu curso’” (Carl Landauer em uma carta para o *New York Times*, 15 de Fevereiro de 1942). “O sistema de livre empresa terá que fornecer plena proteção, pleno emprego, plena distribuição de bens e serviços ou deve renunciar em prol das agências de governo... Não há um ‘retorno à normalidade’ do velho mundo, não importa quem ganhe a guerra... Nosso povo demanda liberdade econômica e segurança. Se não dermos a eles este direito inato algum outro sistema o fará...” (Charles E. Wilson, Presidente da General Electric Company, em *Readers Digest*, Janeiro de 1942).

substituir as funções do mercado. Existe, primeiramente, o objetivo definido para todas as atividades econômicas, um objetivo que não está baseado sobre a escolha anônima e pouco confiável do mercado, verificada *post festum*, mas baseada sobre uma decisão consciente sobre os fins e os meios da produção antes que esta comece. Em segundo lugar, há a administração dos preços, os quais não podem mais se comportar como senhores do processo econômico, mas foram reduzidos a uma ferramenta controlada rigorosamente. Em terceiro lugar, há aquilo que já discuti, a saber, a subordinação do interesse de lucro ao programa econômico geral. Em quarto, há a substituição das suposições pelos princípios da administração científica em todas as esferas da atividade pública (e, no nacional-socialismo, isto significa em todas as esferas da vida). Suposições e improvisação devem dar lugar a uma racionalidade técnica totalmente abrangente. Este princípio de “racionalização” está sendo aplicado para as esferas que foram previamente o santuário da suposição, da rotina e da experimentação, por exemplo, a preparação militar, a conduta da guerra, a manipulação da opinião pública, a concessão de prêmios, o uso da maquinaria jurídica e a “estratégia do terror”. No terreno econômico o mesmo princípio tem produzido muitos dos sucessos no rearmamento, e compensado alguns dos efeitos destrutivos da burocracia necessariamente conectada com uma economia de escassez.

O reconhecimento de uma esfera econômica na qual o Estado não deva e não possa se intrometer, tão essencial para a era do capitalismo privado, está sendo radicalmente repudiada. Em consequência, a execução do programa é imposta pelo poder estatal e nada de essencial é deixado para o funcionamento das leis de mercado ou outras “leis” econômicas. A primazia da política sobre a economia, tão contestada na democracia, está claramente estabelecida.

Mas não nos foi ensinado que a política não pode interferir com sucesso nas leis econômicas e que todas as tentativas de enfrentá-las por meio da pressão política terminariam em um retumbante fracasso? Minha resposta para isto é que enquanto as leis econômicas são atacadas apenas de fora (por exemplo, pela manipulação do dinheiro e dos preços para superar as flutuações dos ciclos de negócios), todos estes esforços são em vão. Mas a história é diferente quando as leis econômicas são postas fora de operação ao privar o mercado de suas principais funções. Exatamente isto é o que está ocorrendo na Alemanha nacional-socialista. Não imagino que os grupos governantes na Alemanha tenham poderes ilimitados no terreno econômico – não existe algo como um poder ilimitado na Terra – mas enfatizo que em uma economia de comando as “leis teóricas da teoria econômica clássica

assim como da teoria da concorrência monopolística são eliminadas em grande medida. Não obstante certas anomalias inevitáveis (que resultam da coexistência de resíduos da velha ordem), permanece o fato fundamental de que cada comando na esfera econômica adquiriu um espaço de discricionariedade [*Beliebigkeitsspielraum*] que supera tudo o que era possível nas condições individualistas ou monopolistas”²⁴.

Tudo isto soará de forma desagradável para aqueles que tinham esperanças que uma ordem totalitária estaria fadada ao colapso por causa do conflito entre objetivos políticos e necessidades econômicas. No que diz respeito aos aspectos puramente econômicos, não vejo sérios perigos para a continuação da nova ordem se a Alemanha for bem-sucedida em adquirir controle sobre uma oferta adequada de matéria prima e produtos alimentares. Todos nós esperamos que a Alemanha sofra derrotas militares e que o sistema nacional-socialista desapareça da Terra. Mas não é este o ponto de nossa presente discussão; nós estamos preocupados aqui com a questão – puramente acadêmica, esperamos – de se existem limitações econômicas para a nova ordem. Não falo aqui das limitações que se aplicam a cada sistema social, por exemplo, aquelas que resultam da necessidade de reproduzir os recursos dados, de atingir a máxima eficiência, de ter uma oferta suficiente de trabalho, matéria-prima e maquinaria. Estou procurando aqueles fatores que, nas condições do capitalismo privado, tendem a criar desemprego, sobreprodução e sobreinvestimento, tendem a tornar a contabilidade impossível e tendem a produzir uma paralisação ou ainda um retrocesso no desenvolvimento técnico. Ao analisar a estrutura do capitalismo de Estado, sou incapaz de descobrir tais forças econômicas inerentes que impediriam o funcionamento da nova ordem. A economia de comando possui os meios para eliminar as causas econômicas da depressão, os processos destrutivos cumulativos e o desemprego do capital e do trabalho. Problemas econômicos no velho sentido não mais existem quando a coordenação de todas as atividades econômicas é efetuada conscientemente, em vez de por meio das “leis naturais” do mercado.

É verdade que há limitações para as possibilidades da nova ordem, mas elas derivam da própria estrutura da sociedade que o capitalismo de Estado busca perpetuar e da oposição do mundo exterior não totalitário. Se as democracias puderem mostrar que a segurança econômica não deve estar amarrada com a perda da liberdade, mas que pode ser alcançada em condições democráticas, então ousa prever que a nova ordem do nacional-

²⁴ Willi Neuling, *op. cit.*, p. 286.

socialismo será sucedida, na Alemanha e alhures, por uma nova ordem democrática infinitamente superior²⁵.

²⁵ Uma tentativa de esboçar um programa econômico para tal “nova ordem” democrática foi feita recentemente por Alvin H. Hansen em um panfleto publicado pelo National Resources Planning Board, *After the War – Full Employment*, Washington, D. C., 1942. Hansen formula o problema assim: “Se as democracias vitoriosas se embrenharem em outra década de frustração econômica e desemprego de massa, podemos esperar desintegração social e, mais ou cedo ou mais tarde, outra conflagração internacional. É indispensável um programa positivo de expansão econômica e pleno emprego para o pós-guerra, audaciosamente concebido e vigorosamente perseguido. Democracias, se quiserem liderar o mundo para fora do caos e da insegurança, devem primeiro e principalmente oferecer a seu povo oportunidade, emprego e um padrão de vida crescente”.

Posfácio: Pollock e os frankfurtianos

Amaro Fleck

Luiz Philipe de Caux

Introdução

Não desprovido de intenções polêmicas, Philipp Lenhard, editor das obras reunidas de Pollock na Alemanha e autor do prefácio da presente edição, considera que “a teoria do ‘capitalismo de Estado’, também chamada mais tarde de ‘mundo administrado’ ou ‘capitalismo tardio’, marca o verdadeiro início da Teoria Crítica”, sendo mais determinante para essa tradição de pensamento do que o célebre ensaio de Horkheimer, “Teoria tradicional e teoria crítica” (Lenhard, 2014, pp. 7-8). Evitando a comparação, talvez disséssemos que ambos os textos (ou ambas as ideias neles contidas) são determinantes para a constituição daquela escola. O fato é que a necessidade de atualizar a crítica em razão da transformação estrutural do capitalismo representada no diagnóstico de Pollock é fundante para a teoria crítica frankfurtiana, e seus vários representantes giraram ao redor daquele diagnóstico, acatando-o ou rejeitando-o em maior ou menor medida, mas sempre tomando-o como decisivo.

É comum na literatura que trata, direta ou indiretamente, da obra de Pollock a identificação entre a tese do capitalismo de Estado e o diagnóstico de crescente intervenção estatal no terreno econômico, isto é, capitalismo de Estado é compreendido diretamente como ordem planejada. Tal identificação, no entanto, tende a obscurecer a peculiaridade de Pollock no debate sobre planificação, fazendo dele apenas mais um economista, dentre tantos outros, engajado em mostrar que o planejamento não é economicamente inviável. Ademais, qualquer observador minimamente atento sabia então que o Estado estava passando a desempenhar funções cada vez mais proeminentes na economia, assim como assegurando um leque maior de direitos para seus contribuintes, em especial por meio de intervenções no mercado de trabalho. As possibilidades de ordens resultantes do planejamento são muito mais abrangentes do que a descrita por Pollock em sua tese do capitalismo estatal. A quintessência desta tese é a afirmação do primado do político sobre o econômico, e, por conseguinte, a afirmação de que a produção voltou a ser dirigida para os valores de uso, como nos modos de produção pré-capitalistas,

em vez de para os valores de troca; em outras palavras, para a satisfação das necessidades, em vez de para a valorização do valor. A polêmica inteira reside neste ponto, uma vez que ninguém seguia acreditando que se vivia em uma ordem baseada no velho *laissez-faire*, então tido como inteiramente obsoleto.

Horkheimer...

Amigo próximo de Pollock desde a adolescência, Horkheimer provavelmente acompanhou de perto o desenvolvimento dos argumentos apresentados em seus quatro artigos reunidos no presente livro. Mas a relação de Horkheimer com as teses apresentadas em “Capitalismo de Estado” e “Seria o Nacional-Socialismo uma nova ordem?” é, no mínimo, mais ambígua do que sugere parte significativa da literatura que trata sobre sua obra¹. A começar pelo fato de que Horkheimer estava trabalhando, concomitantemente, sobre o mesmo assunto: as mudanças estruturais da sociedade capitalista. Este assunto figura em primeiro plano nos artigos “Teoria tradicional e teoria crítica” (1937), “Os judeus e a Europa” (1939), e “O Estado autoritário” (escrito em 1940, publicado em 1942). Estes três artigos foram redigidos antes dos dois artigos recém-mencionados de Pollock, e adiantam parte importante do que é ali defendido, mas também destoam, expondo algumas observações que não podem ser identificadas ou conciliadas com o conteúdo daqueles.

Já em “Teoria tradicional e teoria crítica” Horkheimer parte da suposição que “os conceitos que resultaram da crítica da economia política do século XIX, que visava aos fabricantes liberalistas, serão distintos daqueles que provêm da crítica da economia política do século XX, que trata dos fabricantes monopolistas” (1984, p. 160). Isto significa que a explicação e a crítica presente em *O Capital* de Marx não podem ser simplesmente transpostas para a realidade existente sessenta anos depois. Mas tampouco podem ser vistas como obsoletas e, por isso, abandonadas. De acordo com Horkheimer:

¹ As principais narrativas sobre a história do instituto (Jay [2008], Wiggershaus [1995], Dubiel [1985]) mostram Horkheimer como estando inteiramente de acordo com as teses de Pollock publicadas em 1941. Abromeit (2011) considera que a adoção do diagnóstico de Pollock por parte de Horkheimer é um dos motivos que o levam a abandonar o seu modelo de teoria crítica desenvolvido ao longo da década de 30.

A teoria não tem hoje um conteúdo e amanhã outro. As suas alterações não exigem que ela se transforme em uma concepção totalmente nova enquanto não mudar o período histórico. A consciência da teoria crítica se baseia no fato de que, apesar das mudanças da sociedade, permanece a sua estrutura econômica fundamental – a relação de classe na sua figura mais simples – e com isso a ideia da supressão dessa sociedade permanece idêntica. (Horkheimer, 1984, p. 157)

É por meio desta relação tensa com a crítica da economia política marxiana que Horkheimer vai buscar construir seu diagnóstico de época. Marx segue sendo necessário – pois sua teoria do capitalismo ainda dá conta de explicar a “estrutura econômica fundamental” da sociedade capitalista – mas sua teoria já não é mais suficiente para explicar as peculiaridades do capitalismo monopolista desenvolvido, uma nova fase dentro do mesmo período histórico. Por isto o diagnóstico é construído em contraste com o de Marx, de forma a atualizá-lo. Para compreender os anos 1930 é preciso dialogar com *O Capital*, mais precisamente, é preciso partir dele e dizer o que mudou em relação ao que lá está exposto. Mas o mesmo ocorre em menor medida, se é que ainda ocorre, nos artigos de Pollock publicados em 1941. Isto porque o capitalismo de Estado não é simplesmente uma nova “fase” em um mesmo período, tal como afirma Horkheimer em 1937, mas uma nova “era”.

O debate que acontece na virada para os anos 1940 no Instituto de Pesquisa Social, não apenas entre Horkheimer e Pollock, mas também com os demais membros, não é sobre se o capitalismo seguia sendo parecido com aquele explicado por Marx. Era consenso entre eles que ocorrera um processo de concentração econômica, de modo que os acordos entre os monopólios substituíram a concorrência entre capitalistas privados. Igualmente era consenso entre eles que a interferência estatal e o princípio do planejamento provocavam mudanças de grande monta. Mas se todos concordavam que o capitalismo entrara em nova fase, nem todos concordariam que ele entrou em uma nova era. O dissenso não era sobre se o capitalismo havia mudado, mas sobre o quanto. E aqui Pollock representa um dos extremos, Neumann provavelmente o outro, e os demais membros ficam ora mais próximos de um, ora mais próximos de outro, sem, no entanto, coincidirem inteiramente suas posições com algum deles.

As diferenças entre o capitalismo liberal novecentista e o capitalismo monopolista do início do século XX apontadas por Horkheimer em 1937

podem ser elencadas brevemente da seguinte forma: 1) Há uma separação entre a propriedade dos meios de produção e o controle deles, de modo que os proprietários jurídicos já não dirigem mais suas indústrias; 2) Há um processo de concentração e cartelização da economia, de forma que a concorrência cede espaço ao monopólio; 3) Com isso a sociedade não é mais dominada “por proprietários independentes, mas por camarilhas de dirigentes industriais e políticos” (1984, p. 158); 4) Há um desaparecimento da resistência e os trabalhadores tornam-se, cada vez mais, impotentes.

O fato de massas de trabalhadores tornarem-se impotentes e serem comandadas por camarilhas de industriais e políticos não significa uma perda de importância dos conflitos econômicos. Pelo contrário, Horkheimer afirma que “a teoria crítica não se deixa enganar pela aparência, isto é, pela ilusão fomentada meticulosamente nas ciências sociais, de que propriedade e lucro não desempenham mais o papel decisivo” (1984, p. 158). Em vez de uma mudança da primazia do econômico para o político, como dirá Pollock quatro anos mais tarde, o que Horkheimer constata é que “o econômico determina os homens de uma forma mais direta e mais consciente” (1984, p. 159).

Dois anos mais tarde, em “Os judeus e a Europa”, o diagnóstico sobre a transformação estrutural do capitalismo ganha ainda mais proeminência. Horkheimer reforça as quatro diferenças elencadas acima e acrescenta a elas outras três: 5) “a esfera da circulação perde sua significação econômica” (1988, p. 325) e praticamente desaparece; 6) a intervenção estatal e o planejamento levam a uma estabilização da economia, de modo que “a partir da economia, um fim para o fascismo como sistema mundial não é previsível” (1988, p. 316); 7) “a dominação social, que já não pode manter-se por meios econômicos porque a propriedade privada tornou-se obsoleta, prolonga-se agora por meios diretamente políticos” (1988, p. 314).

As duas últimas afirmações antecipam teses do Capitalismo de Estado de Pollock. Enquanto Horkheimer afirma que “o desejo do lucro culmina hoje no que sempre foi: desejo de poder social” (1988, p. 314), Pollock afirma que “o motivo do lucro é suplantado pelo motivo do poder”. Ademais, Horkheimer diz que “a economia já não tem uma dinâmica autônoma. Cede seu poder aos economicamente poderosos” (1988, p. 316). A proximidade é tanta que Abromeit conclui que, “como seu velho amigo Friedrich Pollock, (...) Horkheimer acreditava que o capitalismo de Estado representou um novo *primado do político sobre o econômico*” (2011, p. 405). E, de fato, sua conclusão está embasada em um número significativo de passagens encontradas no artigo de 1939. Porém, embora exista um número significativo de passagens que antecipam a exposição de Pollock, é preciso notar que Horkheimer nunca

afirma o primado do político sobre o econômico da forma cabal que é encontrada em “Capitalismo de Estado”, mantendo sempre grande ambiguidade acerca do assunto.

Mesmo em “Os Judeus e a Europa” Horkheimer se distancia claramente de Pollock por desconfiar da unidade do Estado alemão, por perceber que havia ali um conflito velado: “Sob a superfície do Estado do *Führer*, uma batalha furiosa é travada entre os interessados em obter o butim. (...) No interior dos Estados autoritários esta tensão é tão grande que a Alemanha poderia dissolver-se da noite para o dia em um caos de lutas de gangsters” (1988, p. 319). Esta afirmação se coaduna antes com o *Behemoth* de Neumann do que com os artigos pollockianos. Além disso, Horkheimer não afirma, como o faz Pollock, que o Estado se apropria da esfera econômica, mas sim que o político e o econômico se amalgamam². E aqui está o cerne da diferença: longe da separação estanque proposta por Pollock, em que a política e a economia constituem lógicas distintas, motivadas por interesses diferentes (poder ou lucro), o que Horkheimer sugere ao longo destes três artigos é que política e economia tendem a se tornar um mesmo domínio, a suplantarem suas diferenças.

Publicado no mesmo volume que as “Teses sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin, “O Estado autoritário” insere as reflexões sobre as mudanças estruturais do capitalismo em uma crítica a certo “comodismo” de uma esquerda determinista que via o “capitalismo de Estado” como um passo a mais no inexorável caminho em direção ao socialismo. Para esta esquerda, a concentração da propriedade em poucas mãos, a separação entre propriedade e controle, o papel ativo do Estado e a introdução do princípio do planejamento nada mais seriam do que indícios de uma transição pacífica em direção a uma ordem racional. Contra esta convicção, Horkheimer mostra que este momento pode não ser transitório, que o capitalismo de Estado, “o Estado autoritário do presente” (1987, p. 294), pode se estabilizar, enfim, que o capitalismo pode sobreviver à economia de mercado.

² “A abstração capitalista se desenvolve racionalmente em direção a modos concretos de dominação e de apropriação capitalista do lucro, em um contexto no qual o livre-mercado já não pode seguir suportando os revezes das crises periódicas, e em direção à monopolização das elites em torno aos grupos empresariais e políticos com interesses coincidentes. Não obstante, não se trata da mera apropriação estatal das esferas econômica, política e social em disputa, senão que o aparato público, tal como sugere Neumann a propósito do capitalismo monopolista nazi, é posto ao serviço de tais interesses econômicos” (Maura, 2012, 251).

Neste artigo, Horkheimer fala de uma “transição do capitalismo dos monopólios para o capitalismo de Estado” (1987, p. 294). Assim, ele não caracteriza o capitalismo de Estado como um capitalismo monopolista autoritário, mas sim como uma fase pós-monopolista. O estado autoritário assumiria três variantes: o estatismo integral ou socialismo de Estado soviético, o fascismo ou forma mista, e o reformismo. Ele é repressivo em todas as suas variantes. Apesar da adoção da própria terminologia tornada célebre por Pollock, novamente uma diferença crucial se apresenta, não apenas frente aos artigos pollockianos de 41, mas ao seu próprio artigo anterior, “Os judeus e a Europa”. Agora, Horkheimer observa que “apesar da chamada ausência de crise, não há harmonia alguma. Ainda que o mais-valor deixe de ser contabilizado como lucro, do que se trata é de sua apropriação. Suprime-se a circulação, a exploração se modifica” (1987, pp. 301-2). Mesmo a ausência de crise não passa de aparência. “Com o capitalismo de Estado o poder tem novamente a capacidade de se consolidar. Mas ela também é uma forma perecível que contém antagonismos. A lei de sua queda pode ser visto facilmente nela: baseia-se na repressão da produtividade devido à existência dos burocratas” (1987, p. 309). Os mesmos antagonismos que liquidaram o mercado podem muito bem por fim à fase fascista do capitalismo.

Ainda que sua variante “reformista” possa apresentar uma face mais humana, que quando contraposta às demais pode “induzir um respeito funesto pela perpetuação da coação” (1987, p. 316), que possa até ser vista como desejável para o realismo que se enreda na cadeia de progressos e retrocessos, cabe ao teórico crítico lembrar que pode haver uma intervenção humana que proponha “um fim antinatural: o salto para a liberdade” (1988, p. 329).

... e Adorno

Em uma carta escrita para Horkheimer em 8 de junho de 1941, Adorno afirma que “os motivos do artigo de Fritz [Pollock] provém obviamente do seu [“O Estado autoritário”] e são apenas simplificados e desdialetizados de um modo que o converte em seu contrário”. Com tal afirmação Adorno sintetiza bem a situação: nos três artigos acima analisados Horkheimer havia já exposto parte significativa do que comporia as duas contribuições de Pollock em 1941 para a revista do Instituto, mas ao mesmo tempo Pollock teria caricaturizado os argumentos de Horkheimer, tornando-

os não-dialéticos, e, com isso, falsos. Na mesma carta, Adorno explica seu descontentamento:

O melhor modo em que posso resumir minha opinião sobre esse artigo ["Capitalismo de Estado", de Pollock] é que ele representa uma inversão de Kafka. Kafka representou a hierarquia dos escritórios como o inferno. Aqui o inferno se transforma numa hierarquia de escritórios. Ademais, o todo é formulado de modo tão tético e, em sentido husserliano, 'a partir de cima', que prescinde completamente de impressividade, isso sem falar no pressuposto não-dialético de que seria possível uma economia não antagonista em uma sociedade antagonista.³ (Adorno e Horkheimer, 2004, p. 139-140)

Trata-se tanto de uma crítica à forma, "não-dialética", "tética", "a partir de cima", quanto ao conteúdo, o qual supõe uma economia não antagonista inserida em uma sociedade antagonista. Se a recepção das teses de Pollock por parte de Horkheimer é ambígua, a de Adorno inicia já com um claro rechaço.

Durante este período, Adorno estava trabalhando em textos de crítica cultural que tinham por alvo teóricos aberta ou veladamente conservadores, como Spengler, Veblen e Huxley. Nos artigos "Spengler após o declínio" (escrito em 1938), "O ataque de Veblen à cultura" (1941) e "Aldous Huxley e a utopia" (1942) Adorno não chega a esboçar um diagnóstico de época, embora apresente algumas indicações para o mesmo. Por isso, o texto central que mostra o posicionamento de Adorno sobre as transformações do capitalismo é o manuscrito que não foi publicado na época, "Reflexões sobre a teoria das classes" (1942).

Adorno é enfático em caracterizar o momento como capitalismo monopolista: "A fase mais recente da sociedade de classes se vê dominada pelos monopólios; ela conduz em direção ao fascismo, até a forma de organização política digna de tal sociedade" (1972, p. 376). O manuscrito trata principalmente da desapareção da unidade de classe, que faz com que a classe

³ E continua: "Eu prevejo uma situação realmente aporética. Se o artigo é publicado nessa ou em uma versão semelhante, então ela apenas provocaria danos à reputação do Instituto, mas, sobretudo, à de Fritz [Pollock], e liberaria o alarido triunfante de todos os Löwe, Neumann e tutti quanti. Mas se ele não for publicado, então isso seria uma derrota grave para o número [da Revista] sobre o capitalismo de Estado, pois nem precisamos falar do que se pode esperar do artigo de Neumann, inspirado por Lynd, sobre a possibilidade de um capitalismo de Estado democrático".

trabalhadora deixe de se opor ao modo de organização da vida social. Os proletários são integrados à sociedade, em um processo que é também o de interiorização da coação social. “A dominação entra para dentro das pessoas” (1972, p. 390). A mudança é apresentada por Adorno nas seguintes palavras:

Os proletários têm algo mais a perder do que seus grilhões. Seu nível de vida não piorou, ele melhorou em comparação com as circunstâncias inglesas de cem anos atrás, tal como se apresentava aos autores do *Manifesto*. Jornadas menores de trabalho; melhor alimentação, habitação e vestuário; proteção para os membros da família e diante da própria velhice; um aumento na expectativa de vida; tudo isto é resultado do desenvolvimento das forças técnicas de produção. De forma alguma se pode dizer que a fome vai lhes levar necessariamente a uma união incondicional e à revolução. (Adorno, 1972, p. 384)

Neste mesmo manuscrito aparecem menções a algo novo: a teoria dos *rackets*. De acordo com Regatieri:

Horkheimer e Adorno passam a empregar o termo *racket* para designar um mecanismo de constituição e atuação de grupos que defendem seu particularismo frente a outros grupos e à sociedade, reconhecem e protegem seus membros ao passo que fora de seu círculo divisam apenas uma arena de conflitos pelos bens de que procuram se apropriar, os quais são também disputados por outros grupos. (2015, p. 80).

Os *rackets* são camarilhas, cliques, grupos que trocam vantagens, quase sempre à margem da lei, para consolidar a cartelização em um determinado campo econômico. Não se trata de uma elite corporativa, como aquela que, de acordo com Pollock, controlaria o capitalismo de Estado. Pelo contrário, os *rackets* disputam entre si, concorrem para destruir os demais e para expandirem seu poder e influência. Neste sentido, eles são um elemento de desestabilização no mundo administrado.

Na *Dialética do esclarecimento* reaparece o tema da capitulação do movimento operário, novamente com a observação de que esta capitulação é resultado, ao menos em parte, da elevação do padrão de vida: “numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 14). Junto a esta elevação desaparece o indivíduo: “O aumento da produtividade econômica,

que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos.” (1985, p. 14). Tal diagnóstico é acompanhado de uma crítica à forma prevalecente de racionalidade, instrumental ou subjetiva. Mas tudo isto está diretamente relacionado ao desenvolvimento do sistema econômico: “a própria razão se tornou um mero adminículo da aparelhagem econômica que a tudo engloba” (1985, p. 42). Em outras palavras, o assim chamado “mundo administrado” não é o mundo da primazia do político, e sim uma situação histórica específica em que os interesses econômicos e os interesses políticos se tornam tão vinculados entre si que já não é mais possível distinguir uns dos outros.

Se houve uma guinada pessimista, isto é, se o “pessimismo” não estava já inscrito nos primórdios da teoria crítica, ela não é devida à suposta adoção da tese do primado do político, nem à presumida substituição do objeto da crítica, do capitalismo para a racionalidade instrumental, e sim à ausência cada vez mais sentida de forças opositoras à forma como a sociedade se organiza, à liquidação do sujeito, e a capacidade da civilização capitalista de se perenizar por meio da interiorização da dominação. Enquanto sistema antagonico, ele segue possuindo contradições que em algum momento devem eclodir, mas já não se pode esperar que de sua eclosão decorra a emancipação.

Habermas

A influência do diagnóstico de Pollock em Habermas já não é mais a do diálogo direto ou a do desenvolvimento conjunto de ideias num mesmo ambiente de debate, como o foi em Horkheimer, Adorno e também Marcuse. O nome de Pollock praticamente não aparece na obra de Habermas, e não há referências de filiação explícita. Entretanto, Honneth (1989, p. 290) já notara a semelhança entre o diagnóstico que instrui o modelo habermasiano em geral e o diagnóstico de 41. Para Marramao (1982, pp. 242-3), Habermas representa apenas uma “variante” da “linha Horkheimer-Pollock-Adorno” de compreensão daquela transformação político-econômica. Nobre (1998, p. 47) considera, ainda, que certas diferenças entre Adorno e Habermas revelam justamente “as diferentes posições que assumem frente aos escritos de Pollock”. De fato, é notável que seja justamente em Habermas que mais elementos do diagnóstico do capitalismo de Estado apareçam, e de modo mais

unívoco: o capitalismo estabilizou-se; não há mais uma primazia de determinação do econômico; a luta de classes encontra-se fora de operação; se há crises a serem esperadas, são crises de legitimação, e não crises econômicas; a intervenção técnica em grande escala estrutura as distintas esferas sociais; há uma forma democrática de capitalismo de Estado, e é preciso apostar as fichas nela.

Em “Entre filosofia e ciência: marxismo como crítica”, cuja primeira redação é de 1960, Habermas abre o texto enumerando “quatro fatos” que, naquele momento, “tomados em conjunto formam [...] uma barreira intransponível diante de uma recepção teórica do marxismo” (Habermas, 2011, p. 356). A lista parece retomar e atualizar sem desvios certos desenvolvimentos descritos por Pollock: a) a crítica da economia política já não seria capaz de apreender a vida social, pois a base econômica não possuiria mais autonomia, mas seria “concebida em função de conflitos resolvidos com autoconsciência política” (p. 351); b) a elevação do padrão de vida e a integração dos trabalhadores pela “coerção anônima do controle indireto” (p. 352) eliminaria a possibilidade de expressão de um conflito social economicamente motivado; c) o proletariado se teria dissolvido enquanto proletariado, isto é, com como classe consciente de si, de modo que a revolução e a teoria revolucionária perderiam seu portador e d) a constituição da socialismo real soviético e sua “dominação de funcionários e de quadros”, que “parece se recomendar apenas como um método de industrialização acelerada para países em desenvolvimento” (p. 354), teria paralisado a discussão sobre o marxismo.

“Técnica e ciência como ‘ideologia’”, de 1969, conserva o tom geral do diagnóstico de 60 e o amplia em um ponto decisivo. Dois elementos implicariam na caducidade do modelo marxiano de crítica: a crescente intervenção estatal a fim de assegurar a estabilidade do sistema e a transformação da ciência, a partir de sua ligação estreitada com a técnica, em “primeira força produtiva” (Habermas, 2014, p. 102). O raciocínio tácito é o seguinte: o primeiro elemento inverte a relação de determinação entre base econômica e superestrutura política; o segundo retira do trabalho o caráter de primeira força produtiva e alude à invalidação da teoria do valor-trabalho.⁴ A novidade de seu tempo seria algo constatado por Marcuse em *O homem*

4 Essa conclusão, ali meramente aludida, havia sido extraída a partir de uma interpretação equivocada do “Fragmento das Máquinas”, dos Grundrisse, de Marx. Habermas considera que uma constatação de Marx a respeito de um modo de produção pós-capitalista, extensivamente automatizado, diz respeito a seu estágio na década de 60. Cf. Habermas, 2011, p. 394ss.

unidimensional: que técnica e ciência não apenas atuam como força produtiva, mas também assumem a função de legitimadoras da dominação (isto é, operam também como ideologia). A política tende assumir cada vez mais a forma tecnocrática, em que a tomada de decisão sobre os fins que o Estado deve perseguir não estão mais à disposição para o confronto político, mas antes se apresentam como uma questão técnica, de cálculo dos melhores meios para fins que se pretendem se apresentam como inevitáveis: “Na medida em que a atividade estatal é direcionada à estabilidade e ao crescimento do sistema econômico, a política assume um peculiar caráter *negativo*: ela se orienta pela eliminação de disfuncionalidades e prevenção dos riscos que possam ameaçar o sistema, ou seja, ela não é direcionada à *realização de finalidades práticas*, mas à *resolução de problemas técnicos*” (Habermas, 2014, p. 105).

Trata-se de um passo além do diagnóstico pollockiano. A política ganhara sim autonomia em relação à economia, mas isso não significa que os homens se veem livres do automatismo das leis econômicas e passam a conduzir com autoconsciência, ainda que no interior de um conflito abafado, a tomada de decisão sobre a distribuição do produto social. Pois agora também a lógica da política é uma lógica sistêmica. O diagnóstico do capitalismo de Estado é engastado na teoria weberiana da racionalização, cujas implicações o levam para além de si mesmo. A racionalização sistêmica abrange dos processos sociais como um todo, econômicos e políticos, e sem que haja um sentido de determinação que parte de uma das esferas para a outra.

Diante dessa nova compreensão sociológica, Habermas considera, em 1973, em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, que “um conceito de crise adequado em termos de ciência social precisa, portanto, abranger o nexo de integração sistêmica e integração social” (Habermas, 1973, p. 13). Isto é, para compreender em que sentido ainda são possíveis crises nessa nova configuração do capitalismo, seria preciso abandonar um modelo, compreendido por Habermas como obsoleto, que postula que as crises advêm do automovimento internamente contraditório da valorização do capital. A sociedade é composta por distintos sistemas com legalidades próprias; e, ao lado, ainda pelo mundo da vida, que estrutura a sociedade pelo compartilhamento de normas e símbolos linguistificados. Seria preciso uma abordagem que visualizasse tendências distintas e variadas de crise. Os sistemas encontram-se num elevado grau de racionalização interna, o que lhes confere estabilidade e os equipa para a prevenção de crises. Se alguma crise pode emergir então, conclui Habermas, o mais provável é que não sejam crises

econômicas, que já não ocorreriam espontaneamente, mas crises complexas que emergem da interação dos sistemas entre si e com o mundo da vida, a partir da impossibilidade em encontrar uma solução de compromisso definitiva entre a apropriação privada e a legitimação pública das atividades estatais que a subsidiam, ou, em outras palavras, da dificuldade do Estado em “assegurar a lealdade das massas e, ao mesmo tempo, manter em curso o processo de acumulação” (Habermas, 1973, p. 88). Essa tensão poderia provocar crescentes crises de motivação e de legitimação, isto é, respectivamente para o *input* e o *output* do sistema político.

A *Teoria da ação comunicativa*, publicada em 81, sistematiza por fim uma macro-teoria ao mesmo tempo informada por esse diagnóstico e equipada para apurá-lo. O diagnóstico da tecnicização da política e o prognóstico da possibilidade de crises de legitimação desencadeadas pelos necessários fracassos administrativos e conciliatórios do Estado social encontram uma descrição e atualização nos termos da tese da colonização sistêmica do mundo da vida. A contínua mudança da relação entre Estado, mercado e mundo da vida pode ser conceituada a partir das noções de diferenciação funcional de distintos subsistemas (administrativo e econômico) que ganham autonomia a partir da especialização de códigos próprios e descomplexificados (poder e dinheiro). Em tendo se desacoplado do mundo da vida, isto é, se tornado relativamente independentes do compartilhamento de valores e símbolos culturais pelos indivíduos para operarem, “os imperativos dos subsistemas autonomizados, tão logo são despidos de seu véu ideológico, penetram *de fora* o mundo da vida - como senhores coloniais em uma sociedade tribal - e forçam a assimilação” (Habermas, 1987, v.2, p. 522). Consequentemente, apenas a intensificação da comunicação sem distorções, que reproduziria o mundo da vida em sua lógica própria, pode oferecer resistência à colonização. Diferentemente do “motivo do lucro” e do “motivo do poder” de Pollock, dinheiro e poder na obra principal de Habermas não estão um para o outro como espécie de um gênero maior, mas são ambos espécies de códigos sistêmicos, e nenhum deles possui a primazia de determinação, mas se relacionam um com o outro em distintos equilíbrios em diferentes contextos, mas agindo ambos na determinação do mundo vivido. Assim, Habermas descreve aquelas “estruturas do capitalismo tardio” (“intervencionismo estatal, democracia de massas e Estado social”) (Habermas, 1987, v.2, p. 512) à soleira histórica do dismantelamento da forma clássica do capitalismo de Estado.

Postone

Ultrapassado aquele limiar e no espírito de uma renovação da teoria crítica a partir de Marx, Moishe Postone apresenta uma crítica fundamental a Pollock e às implicações de seu diagnóstico para a tradição frankfurtiana em geral. Se o objetivo de Pollock e dos membros do Instituto à época fora o de determinar a especificidade histórica do capitalismo de seu tempo, Postone pode, a alguma distância histórica, propor o objetivo inverso e suplementar: encontrar “conceitualmente o núcleo fundamental do capitalismo” (Postone, 2014, p.17), que se mantém o mesmo em suas diferentes fases. Para Postone, é justamente por que Pollock não é capaz de determinar de modo correto qual é a estrutura do capitalismo que seu modo de avaliar o próprio diagnóstico precisa deixar lacunas e confusões conceituais. Mas, por outro lado, é apenas em face do mesmo diagnóstico, desta vez corretamente avaliado, que aquele “núcleo fundamental” do modo de produção capitalista pode ser encontrado para além de sua configuração liberal do século XIX (o que implica, num mesmo ato, descobrir também o que significaria deixar o capitalismo para trás *efetivamente*).

Para Postone, Pollock equivocou-se ao descrever a nova fase do capitalismo como uma fase caracterizada pela sub-rogação da primazia do econômico pela do político e, conseqüentemente, pela domesticação, como que vinda de um lugar exterior, da dinâmica instável e contraditória do capital. Sem poder rastrear contradições no objeto criticado, a partir daí a crítica não é mais capaz nem de encontrar na própria sociedade capitalista as possibilidades de sua superação, nem de localizar reflexivamente a constituição de si mesma como elemento imanente de tensão na ordem existente. Daí, para Postone, uma desorientação da crítica frankfurtiana posterior, que teria seguido Pollock e se encerrado na ilusão de totalização e achatamento das contradições, o que a levou a buscar os mais distintos pontos arquimédicos para uma crítica que já não podia mais ser imanente ao objeto, mas não podia deixar de sê-lo.

O engano de Pollock, numa palavra, teria sido o de considerar que as leis econômicas imanentes, cuja operação teria sido suprimida pela planificação autoconsciente, eram leis localizadas no *mercado*, entendido como instância de *distribuição* automática de bens econômicos. Quando a interferência do Estado não permite mais que essa distribuição por mecanismos de oferta e demanda se dê, Pollock vê abolidas as leis de movimento do capital em geral. O modo confuso como Pollock justifica o uso do termo “capitalismo de Estado” (“esta expressão indica quatro itens melhor

do que todos os outros termos sugeridos: que o capitalismo de Estado é o sucessor do capitalismo privado, que o Estado assume funções importantes do capitalista privado, que o interesse de lucro ainda desempenha uma função significativa e que este não é socialismo”) demonstra, para Postone, que Pollock não possui um conceito adequado de capitalismo. Ao sustentar que o econômico cede lugar ao político, Pollock opera com um conceito restrito de economia, igualada à coordenação automática de necessidades e recursos pelo mercado. Esta coordenação, sim, cede lugar no capitalismo pós-liberal a formas mistas de coordenação concorrencial, monopolística e planejada, mas, qualquer que seja a sua configuração, elas ainda são modos de distribuição decorrentes de desenvolvimentos da esfera da *produção*. Com pressupostos teóricos e fins distintos, Postone quer dissolver aquele paradoxo acusado por Marramao no modo de compreender a relação entre economia e política que ele considera que seria comum aos frankfurtianos em geral: ao fim e ao cabo, a primazia de determinação da política seria determinada contínua e subterraneamente pela economia, que preservaria, assim, a primazia.⁵ A dissolução do paradoxo seria possível por uma correta compreensão da relação entre produção e distribuição, e do valor não como lei que regula a distribuição, mas como estruturação, a partir da produção como momento preponderante, da sociedade capitalista como um todo.

Na base da avaliação de Pollock está uma má compreensão do que significa a dialética entre forças produtivas e relações de produção. Pollock considera que o progresso das forças produtivas se dá apenas em termos de medida, isto é, como dimensão de uma grandeza de uma mesma qualidade: apenas na maneira como é possível aprimorar meios cada vez mais eficientes para atingir um mesmo fim. As forças produtivas, entendidas sempre a partir de sua configuração industrial, que combina trabalho humano e artefatos técnicos que ampliam a produtividade desse trabalho, progrediriam em intensidade até alcançar um certo grau em que se torna inevitável uma adequação das relações de produção. Se, no capitalismo liberal, forças produtivas e relações de produção estiveram continuamente em contradição, o capitalismo de Estado representaria por fim a adequação das relações de

5 “O fato de que o Estado opera com registros opostos para reagir aos mesmos mecanismos apenas confirma sua estrita dependência das ‘leis’ da relação de troca e suas disfunções. Se são estas últimas que tornam necessária a intervenção reguladora da administração política, então a contradição não reside no Estado, mas apenas na relação de troca. Assim, autonomia e dependência absoluta do político coincidem de modo paradoxal e formam por ambos os lados uma única aporia”. (Marramao, 1982, p. 263).

produção às forças produtivas. O planejamento centralizado é o modo adequado, racional, de distribuir e alocar recursos da maneira como demandada por um certo rearranjo produtivo. Assim, a contradição desapareceria. Forças produtivas e relações de produção não mais agiriam como limites e obstáculos umas para as outras, mas operariam de modo harmônico e unidimensional. Em suma, o capitalismo de Estado é compreendido como uma nova configuração das relações de produção, o que Postone contesta. Ele significa, sim, que vigem novas relações de distribuição, mas as relações de produção permanecem as mesmas, e isso porque as forças produtivas permanecem qualitativamente as mesmas. E, do mesmo modo, suas leis imanentes e contraditórias de operação.

Mas, se Pollock se equivocou ao considerar que as relações de produção haviam se alterado, o fato de ter classificado o que entendeu como novas relações de produção ainda como relações capitalistas aponta para um reconceituação do que há de invariante no capitalismo através de suas sucessivas transformações. Se determinadas relações de produção que não são caracterizadas pelas i) relações de classe, institucionalizadas na ii) propriedade privada dos meios de produção, e mediadas pelo iii) mercado ainda são denominadas capitalistas, é porque ao menos esses três traços não são essenciais ao capitalismo:

A lógica da interpretação de Pollock deveria ter induzido uma reconsideração fundamental: se o mercado e a propriedade privada devem, de fato, ser encarados como as relações capitalistas de produção, a forma ideal-típica pós-liberal não deveria ser considerada capitalista. Por outro lado, caracterizar como capitalista a nova forma, apesar da (presumida) abolição dessas estruturas relacionais, exige implicitamente uma determinação diferente das relações de produção essenciais ao capitalismo (Postone, 2014, p. 124).

Para Postone, a abordagem de Pollock “tem o valor heurístico não intencional de permitir uma percepção do caráter problemático do marxismo tradicional” (Postone, 2014, p. 124). Foi preciso historicamente que o mercado perdesse a centralidade como instância de distribuição - justamente o que foi diagnosticado, mas mal interpretado por Pollock - para que ficasse manifesto que a categoria central do valor não pode ser interpretada de modo restrito como uma categoria distributiva, isto é, apenas como a mediação pela totalidade social daquilo que cabe, como equivalente, a cada uma das partes das relações de troca. Mais que isso, o valor é a compulsão a que a imensa riqueza produzida encontre sua medida em uma abstração que não diz

respeito às necessidades humanas, embora dependa delas: “quando é visto apenas como uma categoria de distribuição mediada pelo mercado, o valor será tratado como um modo de distribuição de riqueza historicamente específico, mas não ele próprio como uma específica forma de riqueza” (Postone, 2014, p. 63).⁶ Pollock e os frankfurtianos, diz Postone, “rompem com o marxismo tradicional em um aspecto decisivo” (p. 126), mas, seria preciso ainda que aquela configuração do capitalismo organizado começasse a se dissolver para que a ilusão de um achatamento da contradição fundamental do capitalismo pudesse ser abandonada.

Referências

Abromeit, John. *Max Horkheimer and the foundations of the Frankfurt School*. New York: Cambridge University Press, 2011.

Adorno, Theodor W. Reflexionen zur Klassentheorie. In: *Gesammelte Schriften*. Bd. 8. Soziologische Schriften I. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1997, pp. 373-391.

Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. *Briefwechsel 1927-1969*. Bd. II: 1938-1944. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2004.

Dubiel, Helmut. *Theory and Politics: Studies in the Development of Critical Theory*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985.

Jay, Martin. *A imaginação dialética*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

6 Sobre o valor como forma de riqueza e relação de produção capitalista: “Nesse quadro, as ‘relações essenciais’ do capitalismo são as formas de mediação social expressas por categorias tais como mercadoria, valor, capital e mais-valor. Essas não são as categorias da riqueza que são objeto da luta entre as classes sociais - onde estas são entendidas como as relações básicas do capitalismo. Em vez disso, elas são as próprias relações sociais essenciais do capitalismo - formas temporalmente dinâmicas e contraditórias de mediação social que subjazem a uma dinâmica histórica complexa” (Postone, 2017, p. 48).

Habermas, Jürgen. *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1973.

Habermas, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*. 2 v. 4. ed. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1987.

Habermas, Jürgen. *Teoria e práxis: Estudos de filosofia social*. Trad. R. Melo. São Paulo: UNESP, 2011.

Habermas, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Trad. F. Gonçalves. São Paulo: UNESP, 2014.

Honneth, Axel. *Kritik der Macht: Reflexionsstufen einer kritischen Gesellschaftstheorie*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1989.

Horkheimer, Max. “Teoria tradicional e teoria crítica”. Em: *Textos escolhidos*. Pp. 125-162. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Horkheimer, Max. Die Juden und Europa. In: *Gesammelte Schriften*. Band 4. Schriften 1936-1941. Frankfurt a.M.: Fischer, 1988, pp. 308-331.

Horkheimer, Max. Autoritärer Staat. In: *Gesammelte Schriften*. Band 5. Schriften 1940-1950. Frankfurt a.M.: Fischer, 1987, pp. 293-319.

Lenhard, Philipp. “In den Marxschen Begriffen stimmt etwas nicht”: Friedrich Pollock und der Anfang der Kritischen Theorie. *Sans Phrase: Zeitschrift für Ideologiekritik*, 5/2014, pp. 5–16.

Marramao, Giacomo. Die Formveränderung des politischen Konflikts im Spätkapitalismus: Zur Kritik des politiktheoretischen Paradigmas der Frankfurter Schule. In: Bonß, Wolfgang.; Honneth, Axel. (orgs.). *Sozialforschung als Kritik: zum sozialwissenschaftliche Potential der Kritischen Theorie*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1982, pp. 240-274.

Maura, Eduardo. Presentación de ‘Los judíos y Europa’ de Max Horkheimer. *Constelaciones*, 4, 2012, pp. 244-254.

Nobre, Marco. *A dialética negativa de Theodor W. Adorno: A ontologia do estado falso*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

Postone, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Postone, Moishe. The current crisis and the anachronism of value: A marxian reading. *Continental Thought & Theory*, 1 (4), 2017, pp. 38-54.

Regatieri, Ricardo P. *Do capitalismo monopolista ao processo civilizatório: A crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 40 e na elaboração da Dialética do Esclarecimento*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015.

Wiggershaus, Rolf. *The Frankfurt School: its history, theories, and political significance*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

